



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 18

I Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 19 de abril de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

A sessão iniciou-se com a apresentação de vários Votos de Pesar, os quais foram aprovados por unanimidade. A saber:

- [Voto de Pesar pelo falecimento de médico Armando Anahory](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cabendo a sua leitura à Sra. Deputada Graça Silva (*PS*).
- [Voto de Pesar pelo falecimento de médico Armando Anahory](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, mais precisamente pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*).
- [Voto de Pesar pelo falecimento de José Pracana](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. A leitura do voto coube à Sra. Deputada Susana Costa (*PS*).

- [Voto de Pesar pelo falecimento de José Pracana](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado António Vasco Viveiros (*PSD*).

- [Voto de Pesar pelo Falecimento do Eng.º Jaime Sousa Lima](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), usou da palavra a Sra. Deputada Susana Costa (*PS*).

Seguiu-se a [Interpelação ao Governo Regional sobre “Situação do sector da carne na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Após as intervenções do Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*) e do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*), iniciou-se o debate com a participação dos/as Srs./as Deputados/as António Almeida (*PSD*), António Toste Parreira (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Manuel Pereira (*PS*), José San-Bento (*PS*), Marco Costa (*PSD*), Iasalde Nunes (*PS*), Mónica Rocha (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Para interpelar a Mesa usaram da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Posteriormente passou-se para a apreciação do [Recurso para o Plenário do despacho da Presidente de indeferimento da transformação do requerimento n.º 88/XI em perguntas orais](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Sobre o mesmo usaram da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados André Bradford (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*) e Artur Lima (*CDS-PP*), o Sr. Presidente do Governo

Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Usou ainda da palavra a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da RAA.

Submetido à votação o recurso foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e André Bradford (*PS*).

Para defesa da honra usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), na sequência da qual usou da palavra o Sr. Deputado André Bradford (*PS*).

Em seguida foi apresentado, pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*), o [Projeto de Resolução n.º 27/XI – “Recomenda ao Governo Regional que apoie as raças bovinas autóctones”](#).

Sobre a [Petição n.º 48/X – “Contra a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada”](#), apresentada por José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo, na qualidade de primeiro subscritor, proferiram intervenções os/as Srs./as Deputados/as António Vasco Viveiros (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Carlos Silva (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*).

Na sequência da intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) proferiu um protesto o Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Por fim, foi apresentado pelo Sr. Deputado Bruno Belo, relator da Comissão de Política Geral, o relatório relativo à [Petição n.º 2/XI – “Solicitação de tolerância de ponto na terça-feira das Festas de Nossa Senhora do Rosário, na Vila das Lajes”](#), apresentada por Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses, na qualidade de primeiro subscritor.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 59 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Rodrigues Almeida Correia

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão, pode entrar o público.

Conforme tive oportunidade de informar ontem, hoje, também os nossos trabalhos serão iniciados com a apresentação e votação de votos de pesar.

Vamos então dar início à sua leitura. O primeiro é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Refere-se ao falecimento de Armando Anahory. Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar
Pelo falecimento de Armando Anahory

Faleceu no passado dia 14 de novembro o médico Armando Anahory que desempenhava, desde janeiro de 2011, as funções de Provedor do Utente da Saúde dos Açores.

Dr. Armando Anahory foi responsável pela instalação e chefia da Unidade de Hemodiálise do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, no ano de 1981, foi membro da Comissão de Gestão da Obra do mesmo hospital e presidente do Conselho de Administração desta unidade de saúde de 1996 a 2010.

Com a sua partida, relembramos o grande profissionalismo que sempre demonstrou nas funções que desempenhou ao longo da sua vida bem como o sentido cívico que demonstrou nos vários cargos públicos que assumiu.

O médico, tendo sido o primeiro Provedor da Saúde nos Açores, desenvolveu um trabalho de proximidade, indo ao encontro dos hospitais e centros de saúde açorianos para que no terreno verificasse realmente os cuidados que eram prestados, colocando sempre o utente em primeiro lugar.

Acreditando que só assim, com um acompanhamento lado a lado com as instituições, é possível que todos consigam contribuir para um Sistema Regional de Saúde de qualidade, eficaz e eficiente.

Reconhecido pelos seus pares pela competência que imprimiu no desempenho da sua atividade profissional, aliada à inegável humanidade com que tratava quem necessitava, Dr. Armando Anahory foi um modelo para as gerações que se lhe seguiram. Defendia que a medicina, antes de mais, era uma atividade humana e que o doente merecia toda a dedicação e amabilidade por parte de quem cuida.

Deixa assim um exemplo para todos os Açorianos de quem desempenhou a sua atividade com profissionalismo, mas também de quem se dedicou a uma causa: a de dar voz a todos os Açorianos através do seu desempenho como Provedor do Utente da Saúde nos Açores.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Armando Ademar Monteiro Anahory, do qual de ser dado conhecimento à sua família, ao Conselho de Administração do Hospital Divino Espírito Santo e ao Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Médicos.

Horta, 19 de abril de 2017

Os Deputados: André Bradford, Maria Graça Silva e Renata Correia Botelho

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se também ao falecimento de Armando Anahory, desta feita apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Armando Ademar Monteiro Anahory

Faleceu no passado mês de novembro, aos 65 anos de idade, o Dr. Armando Anahory.

Armando Ademar Monteiro Anahory nasceu na Guiné em 1951 e licenciou-se em Medicina na Faculdade de Medicina de Lisboa em 1975.

Em novembro de 1984, concluiu o internato complementar de Medicina Interna, tendo passado a Assistente Graduado da mesma especialidade a 02.05.1991 e a Chefe de Serviço a 22 de março de 1995.

Especialista em Gestão dos Serviços de Saúde pela Ordem dos Médicos, Armando Anahory foi, de forma sucessiva, Diretor Clínico do Hospital de Ponta Delgada, de 21 de dezembro de 1994 a 25 de novembro de 1996 e Presidente do seu Conselho de Administração, desde aquela data até dezembro de 2010.

Foi, igualmente, Presidente da Comissão de Ética para a Saúde do Hospital Divino Espírito Santo e Vogal da Comissão Instaladora da mesma unidade hospitalar.

Exerceu as funções de Professor Associado da Universidade dos Açores na Cadeira de Introdução à Medicina e Coordenador do Ciclo Básico de Medicina da Universidade dos Açores/ Universidade de Coimbra, tendo sido membro da sua Comissão Paritária.

A sua carreira é assinalada por momentos marcantes, mas um dos mais assinaláveis terá sido o da montagem e Chefia da Unidade de Hemodiálise do Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada em 1981, da qual tinha sido o seu grande impulsionador.

À data do seu falecimento desempenhava o cargo de Provedor do Utente da Saúde nos Açores, lugar para o qual tinha sido nomeado a 31 de dezembro de 2010.

Foi ao longo da sua vida formador de várias gerações de médicos, transmitindo o seu saber, sem nunca se querer evidenciar. A sua descrição no contato com os seus colegas e na amizade e trato que colocava perante os seus doentes, foram sempre inversamente proporcionais à sua dimensão científica e humana.

Defensor acérrimo de um Serviço Regional de Saúde de qualidade deixou um legado de respeito e admiração pelo seu percurso: a de um lutador pela vida do outro.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Armando Ademar Monteiro Anahory, do qual deve ser dado conhecimento à família, ao Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo e ao Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Médicos.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2017

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, Luís Maurício, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Mónica Seidi

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar refere-se ao falecimento de José Pracana e é apresentado pelo PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

Deputada Susana Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de José Pracana

Nascido a 18 de março de 1946, foi no contexto das revoluções da década de 1960 que José Pracana formalizou a sua paixão pela música. Em Lisboa, a capital do Fado onde vivia desde os 12 anos, a arte musical passou a ocupar um lugar de destaque na sua vida. Rapidamente, José Pracana - guitarrista amador de carreira, mas profissional no coração, - passou a ser respeitado pela qualidade da sua técnica e acompanhou grandes nomes da música portuguesa, como Alfredo Marceneiro, Teresa Tarouca, Maria do Rosário Bettencourt, João Sabrosa, Vicente da Câmara, Manuel de Almeida, Alcindo Carvalho, João Ferreira Rosa, João Braga, Carlos Zel, Carlos Guedes de Amorim, Orlando Duarte e Arminda Alverenaz, entre outros.

Além da sua qualidade como guitarrista, um dos principais méritos de José Pracana é o seu empenho na divulgação do Fado português, muito antes do reconhecimento deste como Património Imaterial da Humanidade. Com efeito, a par da sua carreira profissional na TAP, José Pracana desenvolveu diversos projetos dedicados à difusão deste género musical. Salientamos três:

O seu envolvimento na promoção do Fado não só em Portugal, como no estrangeiro. Neste contexto, participou em diversos eventos culturais em Macau, Espanha, França, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Dinamarca, Hungria, Israel, Tailândia, Zaire, República da África do Sul, Brasil, Argentina, Venezuela, Estados Unidos da América, Canadá e México.

A sua consciência sobre a importância da televisão como instrumento de comunicação. Assim, ao longo de trinta anos, contribuiu para a projeção da importância dos guitarristas-fadistas em vários programas televisivos, desde o Zip-Zip (1969), Curto – Circuito (1970), Um Dois Três (1985), Noites de Gala (1987), Piano Bar (1988), Regresso ao Passado (1991) e Zona Mais (1995), entre outros. Além do mais, a convite da RTP Açores, foi autor de duas séries

de programas alusivos ao Fado: um, no complexo ano de 1976, intitulado “Vamos aos Fados”, e outro em 1992, designado “Silêncio que se vai contar o Fado”.

Por fim, contribuiu de forma relevante para salvaguardar a memória do Fado. Neste aspeto, realçamos a sua colaboração na coleção “Biografias do Fado (editadas entre 1994 e 1998) e o seu envolvimento no Museu do Fado, no qual realizou, em 2007, um ciclo consagrado às memórias do Fado e da Guitarra Portuguesa, prestando homenagem a Armando Augusto Freire, Alfredo Marceneiro, José António Sabrosa e Carlos Ramos.

A mais recente participação artística culminou com a sua atuação como guitarrista no "Japão / Expo AICHI 2005" e com a conquista do "Prémio Fado Amador" que lhe foi atribuído pela Fundação Amália Rodrigues, também em 2005. Todavia, apesar de se distinguir como guitarrista, também gravou vários discos como cantor, como é o caso de “Lenda das rosas” e “Um fadista já cansado”.

José Pracana viria a morrer em Ponta Delgada, a cidade que o viu nascer, a 26 de dezembro de 2016. Aos 70 anos de idade, foi vítima de um outro fado. É reconhecendo o valor de todo o percurso deste micaelense, apreciado no país e no estrangeiro, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação deste voto de pesar e que do mesmo seja dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2017

Os Deputados: André Bradford e Susana Costa

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é apresentado pelo PSD, também referente ao falecimento de José Pracana.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR JOSÉ PRACANA

José da Silva Pracana Martins nasceu em 1946, em Ponta Delgada, e onde veio a falecer em 26 de dezembro de 2016.

Frequentou o ensino primário na escola de São José em Ponta Delgada e parte do ensino secundário no então Liceu Nacional da mesma cidade.

Dotado de particular intuição musical, recebeu as primeiras lições de solfejo, ainda em São Miguel. Mais tarde, já no Continente, apaixonou-se pelo Fado e pela guitarra portuguesa, o principal instrumento que acompanha essa típica canção popular.

Sendo a guitarra o que mais lhe interessava, a breve trecho foi-se aproximando e fortalecendo relações com os mais conhecidos instrumentistas quer da guitarra portuguesa quer da viola de fado.

Nomes como José Nunes, Raul Nery, Fontes Rocha, Carlos Gonçalves, na guitarra, ou José Inácio, Paquito, Júlio Gomes, na viola faziam parte de um

convívio que se prolongou por várias décadas. Também com Carlos Paredes, que muito admirava, estabeleceu diversos contactos.

Amália Rodrigues, Alfredo Marceneiro, Maria Teresa de Noronha, D. Vicente da Câmara, Teresa Tarouca, Manuel de Almeida, Carlos do Carmo, Maria João Quadros, Carlos Zel e, entre os mais novos, Camané, Cuca Roseta e Carminho, são alguns nomes das dezenas de fadistas que muito apreciavam ser acompanhados por José Pracana, dada a mestria com que explorava a sonoridade da guitarra.

Ao longo da vida empreendeu investigações sobre a história do fado e seus intérpretes possuindo um valioso arquivo documental e discográfico.

Interessando-se por temas culturais, nomeadamente literários e históricos chamou para alguns dos seus programas na RTP personalidades como David Mourão Ferreira e António Valdemar.

Sempre aberto a receber quem o procurava em busca de ensinamentos no que toca ao fado recebia todos, sem distinção, e pacientemente os aconselhava.

Nos Açores, onde fixou, nos anos 80, a sua principal residência, participou em inúmeras iniciativas, em várias ilhas, e particularmente trazendo, sobretudo a Ponta Delgada, tanto intérpretes do fado como guitarristas e tocadores de viola de renome.

Contribuiu ativamente para a candidatura, bem-sucedida, do Fado a Património Cultural e Imaterial da Humanidade.

Foi agraciado com diversas distinções entre as quais se destaca a Comenda da Ordem do Infante Dom Henrique e também as concedidas, pela Soberana Ordem de Malta, pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Câmara Municipal de Ponta Delgada.

José Pracana deixa um legado que em muito projetou os Açores, ficando o seu nome gravado na memória coletiva entre os grandes da nossa terra no campo da cultura.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de José Pracana, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2017

Os Deputados: Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Vasco Viveiros e Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O último voto de hoje refere-se ao falecimento de Eng.º Jaime Sousa Lima e é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Eng.º Jaime Sousa Lima

Faleceu a 30 de dezembro de 2016, na Lagoa, o empreendedor, visionário e distinto cidadão Açoriano Eng.º Jaime de Sousa Lima, com 94 anos de idade.

Nascido a 14 de agosto de 1922, em Ponta Delgada, licenciou-se em Engenharia Química, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, tendo, após a licenciatura, obtido especialização na Bélgica e Itália na fabricação de óleos alimentares e sabões.

Com uma visão e astúcia fora do comum, criou as bases para um império económico nos Açores, a partir de um simples e modesto estabelecimento de mercearia adquirido pelo seu Pai, Nicolau de Sousa Lima, na cidade de Ponta Delgada.

Foi uma das mais destacadas figuras da sua geração e da segunda metade do Séc. XX nos Açores, com um percurso profissional rico, vasto e imensamente reconhecido.

Em 1993 foi agraciado pelo Presidente da República com a comenda da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial. Em 2003 foi agraciado pela Câmara Municipal de Lagoa com a medalha de ouro de cidadão honorário do Concelho. Foi, ainda, agraciado com a medalha de mérito da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Lagoa, em 2010, e em 2011 recebeu do Governo Regional dos Açores a Insígnia Autonómica de Reconhecimento.

Foi, de facto, uma figura excepcional, com uma projeção que nasce, do seu dom nato para a gestão e administração de grandes empresas, marcado por uma série de investimentos ousados, mas também da sua dedicação às causas sociais e cívicas.

Pessoa determinada e fortemente ativa em todas as áreas em que se comprometeu, foi um dos grandes impulsionadores do desenvolvimento do tecido económico da ilha de São Miguel e dos Açores.

Além de fundador do Grupo Nicolau Sousa Lima, foi Presidente da Câmara de Lagoa entre 1955 e 1959, função que exerceu com reconhecida dedicação e competência a bem do desenvolvimento daquele concelho.

Foi Presidente do Conselho de Administração da Inscó – Insular de Hipermercados SA. Foi, ainda, Cônsul Honorário para os Açores do Principado do Mónaco durante cerca de 20 anos.

Além de membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, inscrito na Secção Regional os Açores desta Ordem, foi membro da Direção da Câmara do

Comércio de Ponta Delgada, membro do Conselho de Administração da Federação dos Municípios da Ilha de São Miguel, tendo colaborado com Comissão de Planeamento dos Açores criada em 1969, no Grupo de Trabalho para o sector da Indústria.

Partiu um Homem que marcou uma época e que deixa aos Açorianos um inegável legado.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Eng.º Jaime Sousa Lima, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 18 de abril de 2017

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, Luís Maurício, Paulo Parece, António Vasco Viveiros e Mónica Seidi

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Susana Costa tem a palavra.

(* **Deputada Susana Costa (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Pesar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Sendo assim vamos então passar à votação

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Concluimos assim este período de apresentação de votos. Vamos então entrar na Agenda da Reunião.

O primeiro ponto de hoje é o ponto dois da nossa Agenda: **Interpelação ao Governo Regional sobre a “Situação do sector da carne na Região Autónoma dos Açores”**, apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes e são os seguintes:

O interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos;

O PSD de 24 minutos;

O CDS-PP de 15 minutos;

O BE de 12 minutos;

O PPM de 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Trazemos a este Plenário uma questão estruturante para a nossa Região nos planos económico e social. Queremos discutir aqui as questões concretas, os problemas e dificuldades reais dos nossos produtores de carne, aprofundar o conhecimento dos obstáculos que se colocam ao desenvolvimento deste sector.

O acompanhamento das questões do sector produtivo é central para o PCP porque esta é a base da nossa economia. Ao contrário de outros, não achamos que uma economia de base agrícola seja sinónimo de um subdesenvolvimento. Orgulhamo-nos de ter uma economia baseada numa atividade útil, que contribui para a segurança alimentar regional e nacional, que representa a maior parte das exportações regionais, que é e que se quer que seja, cada vez mais sustentável e

amiga do ambiente, capaz de gerar emprego e riqueza para garantir um futuro melhor a todos os açorianos.

Nos últimos anos, o número de cabeças de gado bovino abatido nalguns matadouros da Região aumentou e a exportação de gado vivo continua a ser uma atividade importante, o que demonstra bem a importância crescente deste sector.

No entanto, permanecem problemas e dificuldades estruturais, resultado de políticas erradas a nível europeu, nacional e regional, que afetam o sector e prejudicam os rendimentos dos agricultores. É sobre eles que nos queremos debruçar primeiramente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Anunciam-se novos desastres resultantes da submissão aos ditames de Bruxelas, para os agricultores açorianos. Pesadas nuvens levantam-se no horizonte, com a possível assinatura de acordos comerciais da União Europeia com vários conjuntos de países, incluindo a América do Sul, que ameaçam inundar o mercado europeu e nacional – o nosso mercado! – com enormes quantidades de carne de baixo preço, produzida sem exigências ambientais ou sanitárias comparáveis, com a qual os nossos produtores não poderão, naturalmente, competir. O que dirão então dos resultados desta integração europeia e dos seus benefícios para os Açores?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Mas os problemas do sector da carne colocam-se a vários níveis e desde logo na fase da produção. Os agricultores açorianos suportam preços dos fatores de produção superiores aos dos agricultores do Continente, porque os custos da nossa distância continuam a ser insuficientemente compensados. Dizem-me: é o

mercado mais uma vez. Mas como sempre a funcionar contra os Açores e contra os agricultores açorianos.

Mas são também as opções regionais que pesam negativamente nesta fase do processo: a opção do Governo Regional de não apoiar as raças bovinas autóctones portuguesas prejudica os agricultores dos Açores, limita-lhes as possibilidades, uma vez que não podem recorrer às raças bovinas do seu país, nos mesmos moldes e com os mesmos apoios que os seus congéneres do continente.

Veja-se que, no âmbito dos Programas de Conservação Genética Animal e Programas de Melhoramento Genético Animal do PRORURAL+, o Governo Regional apoia até a utilização de raças exóticas, mas as portuguesas, não.

Se faz todo o sentido e concordamos com o apoio à criação da raça “Ramo Grande”, até de forma majorada tendo em conta que é originária da nossa Região, pensamos que, por outro lado, não faz sentido que as restantes raças bovinas do nosso próprio país não sejam apoiadas, como por exemplo a Barrosã, a Mertolenga, a Minhota, entre outras.

O mesmo já não sucede no continente, onde um agricultor que decida dedicar-se à criação da raça “Ramo Grande” é apoiado, e justamente, porque esta é uma raça autóctone tão portuguesa como as restantes. Para o Governo Regional é que parece que os agricultores açorianos não são tão portugueses como os outros!

Apresentámos por isso um Projeto de Resolução para corrigir este problema e garantir que todas as raças bovinas autóctones portuguesas são devidamente apoiadas também nos Açores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muitos problemas se colocam também em termos da Rede Regional de Abate. Neste assunto, importa reconhecer o esforço de modernização que tem sido feito, em especial através do investimento público.

Mas este reconhecimento não nos pode impedir de salientar as demoras de anos, as obras prometidas e reprometidas sem nunca chegarem a ser concretizadas, as inadequações dos projetos, as faltas de equipamento e diversos outros problemas que têm surgido um pouco por toda a Região.

Deputado André Bradford (PS): Nomeadamente...

O Orador: Assim, salientando os investimentos que foram feitos também com os fundos que pertencem aos açorianos, não dizemos: “graças ao Governo”, mas antes que, “apesar do Governo”, alguma modernização tem sido feita na Rede Regional de Abate dos Açores.

Mas continuamos muito aquém das expectativas, limitando as possibilidades de modernização e crescimento do sector da carne nos Açores. Temos matadouros com abegoarias ou capacidade de frio insuficientes, em especial nas épocas de maior produção, como é o caso do Pico e das Flores.

Temos matadouros com uma enorme falta de condições, como no caso de São Jorge, ou outros com obras em curso, mas pelas quais foi preciso esperar anos, como sucede no caso do Faial, São Miguel, Graciosa e Terceira.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E São Jorge!

O Orador: Temos falta de equipamentos, como é o caso gritante da sala de desmancha do matadouro da ilha das Flores, onde a única máquina existente é a de embalagem em vácuo, útil mas insuficiente só por si.

Poderíamos somar outros exemplos, e certamente que todos os senhores Deputados os conhecerão, mas o que importa aqui sublinhar é que este investimento não tem sido feito de forma planeada e estruturada, que a nossa rede de abate está malcuidada, a funcionar verdadeiramente a diferentes

velocidades, tornando-se infelizmente mais um fator de estrangulamento desta atividade.

Ainda relacionada com esta matéria, a questão do apoio ao abate, como se encontra atualmente regulamentada, tem permitido nalguns casos, que o apoio ao abate acabe por ser pago não a quem criou e tratou o animal,...

Deputado André Bradford (PS): Mas credibiliza bem as explorações dos Açores!

O Orador: ... mas a negociantes intermediários que se limitaram a mantê-lo durante noventa dias na sua exploração.

Este é outro aspeto a merecer ponderação e alterações aos regulamentos existentes.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Vale a pena ainda mencionar as questões mais diretamente relacionadas com o escoamento da nossa produção de carne.

São conhecidas as dificuldades nesta área, nomeadamente as que se relacionam com o transporte marítimo, as suas frequências e tempos de espera, bem como com a organização dos abates e contentorização da produção. Se, por um lado, existem aqui fatores de escala que só com o aumento da produção podem ser superados, por outro importava que fosse realizado um debate sério sobre as frequências e rotas do transporte marítimo, bem como um apoio maior para o seu custo.

A ausência de regras mais detalhadas e exigentes para os operadores de transporte marítimo prejudica os agricultores, que não conseguem garantir que a sua produção chegue ao continente em menos de cinco dias, desvalorizando os seus produtos.

Consideramos como uma condição estratégica para o desenvolvimento regional o estabelecimento de obrigações de serviço público, claras e objetivas,

determinando a redução dos preços suportados pelas empresas e pelos cidadãos, com frequências adequadas e suficientes nas ligações diretas entre as diversas ilhas e o continente.

Ainda no campo dos transportes marítimos pesa de forma muito negativa a opção do Governo Regional de deixar de apoiar o transporte de animais vivos para exportação, uma opção que apanhou desprevenidos muitos agricultores, e numa situação muito complicada os que realizaram investimentos com a expectativa legítima de serem apoiados, como sempre acontecera até aqui.

A exportação de gado vivo é uma atividade que continua a fazer sentido, em especial nas ilhas onde os matadouros não possuem capacidade suficiente, ou onde não sucedem abates regulares em dimensão suficiente para permitir a exportação regular de carcaças. Mas também naquelas ilhas, como é o caso das Flores, onde as condições naturais tornam mais caro e mais difícil o acabamento da maioria dos animais, obrigando as explorações a recorrer ao escoamento ao invés do abate.

O apoio à exportação de gado vivo não põe em causa a certificação da nossa carne, nem o crescimento da exportação em carcaça e os números comprovam-no. Mas continua a ser um apoio importante para muitos agricultores.

Recorde-se que os Açores, como outros territórios europeus, gozam de uma exceção, em função da sua distância aos mercados, em relação à exportação de gado vivo. Não há qualquer justificação para esta súbita inversão da política seguida até aqui.

Assim, apresentámos também um Projeto de Resolução sobre esta matéria, para que o Governo emende a mão, corrija a medida precipitada e volte a apoiar os custos de transporte na exportação de gado vivo. É mais um contributo que apresentamos.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ao concluir esta minha primeira intervenção neste debate, quero afirmar que, para o PCP, é tempo de se assumir a centralidade política do sector produtivo, começando pelo sector agrícola.

É isso que aqui estamos a fazer hoje: a colocar no centro da agenda política regional as preocupações dos nossos agricultores, os problemas concretos de um sector fundamental da nossa economia e a apresentar alguns contributos para as soluções necessárias.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Bom dia a todos.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado João Corvelo, antes de responder às questões que me colocou (quero eu fazer numa segunda intervenção) considero que é importante fazer um enquadramento geral sobre o sector da carne nos Açores.

De onde viemos, onde estamos e para onde queremos ir nesta importante fileira da atividade económica da Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Comece pela IGP!

O Orador: Também vamos lá chegar, Sr. Deputado.

A fileira da carne de bovino revela uma importância cada vez maior no desenvolvimento do sector agrícola na Região e abre perspectivas otimistas sobre o seu potencial de crescimento, sobretudo pela aposta que os produtores açorianos têm feito, ao nível da genética e nos modelos de produção.

Nos últimos 4 anos, o número de abates passou de cerca de 45.000 cabeças para mais de 71.000 cabeças, um crescimento acima dos 60%.

São Miguel, Terceira e Pico, concentram cerca de 90% dos abates da Região.

Em 2016 registou-se um crescimento dos abates de 18,5% e a expedição de carcaças para exportação aumentou 22,2%.

Contrariamente, o número de animais exportados em vivo diminuiu substancialmente.

Nos últimos 4 anos, o número de animais exportados em vivo decresceu 34%.

Hoje exporta-se apenas 23% dos que se expediam em 2006.

Veja-se o caso de São Miguel que, em 2016, exportou apenas 162 animais, cerca de 3% do registado há 4 anos atrás.

Ilhas como Santa Maria, Graciosa e Flores, adotaram estratégias diferentes, exportam mais gado vivo do que aquele que é abatido.

Em 2016 registou-se, em relação a 2015, um crescimento de 23% dos bovinos exportados em vivo.

Santa Maria, Graciosa, Pico e Flores foram as ilhas que contribuíram, de forma positiva, para este crescimento.

Esta situação explica-se em parte pela forte vocação de carne, com animais de muito boa genética e com muita procura no mercado local e no continente, onde são muito valorizados em vida, particularmente os animais das Flores e do Pico. Retirando a ilha do Pico, estamos a falar das três ilhas mais pequenas da Região, com exceção do Corvo, onde não existem muitas estruturas organizadas para o seu escoamento em carcaça e onde não existe abundância de animais em condições de abate que permita facilmente formar um contentor.

Como sabemos, são ilhas sem fábricas de rações, que estarão muito orientadas para a produção de vitelos na fase de desmame e sem operadores de dimensão na fase de engorda, onde a estratégia assenta em manter um elevado número de vacas aleitantes nas explorações (com os respetivos prémios), em detrimento do acabamento dos animais desmamados que consumiriam uma parte das disponibilidades alimentares das explorações.

Os abates destinados à exportação registaram uma evolução muito positiva, sendo que, nos últimos 4 anos foi de cerca de 24%.

Se recuarmos 10 anos, a evolução é extraordinária.

Em 2006, a exportação de carcaças na Região não chegou aos 8.000 animais, em 2016 este número superou as 40.000 cabeças.

Isto deveu-se aos efeitos positivos dos investimentos realizados pelo Governo dos Açores na rede regional de abate, associado à aposta que os produtores têm feito na melhoria da qualidade da carne produzida nos Açores.

O aumento significativo do número de animais abatidos na Região, cuja carne é comercializada em formato de consumo, permite reter na Região as mais-valias inerentes ao processo de desmancha e um acréscimo significativo do rendimento dos produtores.

Em 2015 e 2016, nos abates para consumo local na Região também cresceram. Muito provavelmente valores justificados pelo acréscimo significativo do número de turistas que nos visitam e também pelo aumento da exportação de carne desmanchada em formato final para consumo.

Este percurso que a Região fez nos últimos anos, na fileira da carne, assente numa estratégia acertada, deve-nos orgulhar a todos porque transmite-nos a confiança e a convicção que este sector continuará a ter futuro.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: Uma estratégia que sempre foi desenhada em conjunto com as associações do sector, que tem necessariamente de ser ajustada em função dos desafios que vão surgindo, mas também em função dos recursos disponíveis.

Resultou de um grande trabalho, centrado num plano de ação partilhado com produtores, com dirigentes associativos e com agentes económicos do sector da carne.

Na fileira da carne também temos dado passos seguros no seu rejuvenescimento, se não vejamos.

No âmbito do anterior Quadro Comunitário de Apoio, 25% dos projetos de primeira instalação de jovens agricultores e 16% dos pedidos de apoio para a modernização de explorações agrícolas foram na bovinicultura da carne.

No PRORURAL+, 30% dos pedidos de apoio para investimento nas explorações agrícolas e 30% dos projetos de primeira instalação são de jovens agricultores que querem entrar na fileira da carne.

Verificámos assim que nos últimos 2 anos há mais 20 jovens agricultores que pretendem concretizar projetos de primeira instalação, a que acresce mais de 50 que entraram no anterior Quadro Comunitário de Apoio, na fileira da carne.

Estes números evidenciam que há jovens a continuar a apostar no sector agrícola.

Nenhum jovem arriscaria a empregar o seu futuro e a investir num sector que não lhe oferecesse garantias de sucesso.

Nos últimos 4 anos, o Governo dos Açores investiu na Rede Regional de Abate mais de 4,5 milhões de euros.

As obras em curso, relacionadas com a construção de novos matadouros na Ilha Graciosa e Faial, assim como a modernização em S. Miguel e Terceira representam no seu total um investimento de 15 milhões de euros.

Com estas intervenções, fundamentais para a estruturação a jusante da atividade produtiva neste sector, contribuámos fortemente para a valorização da produção na fileira da carne, disponibilizando serviços de elevada qualidade aos produtores e operadores do sector e, do mesmo modo, cumprindo e fazendo cumprir os mais exigentes critérios em defesa da segurança alimentar.

Acresce a isso a implementação do sistema de gestão da segurança alimentar, através da certificação dos matadouros da Região pela norma ISO 22000, demonstrando uma preocupação crescente com a segurança dos consumidores, além disso permite criar vantagens competitivas pela qualidade e crescimento

sustentado tendo em vista reforçar a sua presença nos mercados nacionais e internacionais.

A produção de carne dos Açores possui características únicas, não só devido à excelência sanitária dos nossos efetivos bovinos, ao maneio alimentar dos animais que, sendo sustentados em pastagem, transmite à carne elevadas características alimentares.

A garantia da qualidade que a nossa carne apresenta conta com o trabalho intenso de técnicos competentes, motivados e profissionalmente aptos a desenvolverem a atividade de Inspeção Sanitária ou no cumprimento de diversos Planos Sanitários.

Estas ações são imprescindíveis para garantir o cumprimento das disposições da legislação europeia, de que a carne é produzida sob condições adequadas, com vista a assegurar um elevado nível de segurança dos consumidores.

Acresce ainda o contributo dos médicos veterinários oficiais na melhoria das condições de bem-estar animal, controlo de Ph e temperatura de carcaças, para além de ainda colaborarem com os produtores, reportando a ocorrência de doenças e auxiliando no diagnóstico de patologias.

O crescimento da fileira da carne não se tem feito só em quantidade, mas também em qualidade, contribuindo assim para o reforço da presença dos Açores nos mercados de exportação que valorizam e apreciam a nossa carne.

Os números de 2016 atestam bem a qualidade da carne que é abatida nos matadouros.

Em 2016, 95% das carcaças analisadas apresentaram um Ph inferior a 6, sendo que, 89% das carcaças para exportação foram analisadas.

Se olharmos para os valores do primeiro trimestre deste ano, concluimos que estamos no bom caminho e a melhorar os resultados.

95,5% das carcaças analisadas apresentaram um Ph inferior a 6, quando em 2016, no mesmo período, este valor era de 92.2%.

Se é verdade que os números atuais são muitos bons, a sensibilização dos produtores e intermediários é fundamental para a eliminação desta preocupação e, neste domínio, o Governo Regional tem promovido ações de divulgação e formação na área do bem-estar animal.

O consumo de carne em Portugal oscila inevitavelmente com a variação do poder de compra e o consumo de carne de bovino não é exceção.

No último ano, quase 60% das carcaças da Região aprovadas para consumo, destinaram-se à exportação.

Em 2016, entre carcaças e animais vivos, mais de 50.000 animais saíram da Região.

Assim, o mercado da carne na Região está extremamente dependente do exterior e da sua evolução.

No ano de 2015, a carne abatida nos matadouros da RAA resultou num valor estimado por baixo cerca de 33 milhões de euros e, em 2016, cerca de 40 milhões de euros.

Recentemente, já em 2017, fruto de um aumento na procura de animais, tem-se registado uma tendência positiva e interessante na subida do preço da carne paga aos produtores.

Em simultâneo, o nosso excelente estatuto sanitário já permitiu o escoamento de gado vivo para Marrocos, criando novos mercados e novas oportunidades de negócio aos comerciantes e produtores dos Açores.

A produção de carne bovina a nível mundial tem vindo a aumentar e as tendências recentes são para que esse crescimento continue, pelo menos até 2021.

Se olharmos, no entanto, para dados disponíveis relativos à União Europeia e, em particular, a Portugal, podemos observar que a sua produção tem vindo a diminuir.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Responder à oposição, nada!

O Orador: Em Portugal são abatidas anualmente cerca de 90.000 toneladas de gado bovino, correspondente a 48% da procura do mercado, havendo ainda uma necessidade muito expressiva de importação de gado bovino, o que naturalmente é uma oportunidade para a fileira da carne dos Açores que importa aproveitar.

Os Açores têm condições climatéricas favoráveis para a produção de pastagem e a criação dos animais em regimes menos intensivos, o que permite poder optar por uma estratégia que invista noutros fatores críticos de sucesso que não o preço, onde tenha alguma vantagem competitiva, como é o caso da carne IGP dos Açores.

Esta reorientação torna-se cada vez mais necessária à medida que os consumidores têm uma cada vez maior heterogeneidade de produtos alimentares ao seu dispor, adquirindo uma atitude mais exigente e responsável sobre questões do ambiente, bem-estar-animal e da segurança alimentar.

Uma das chaves para que a carne dos Açores seja bem-sucedida no mercado passa pela clareza da comunicação e pelo reforço da imagem da produção natural.

Como sabemos, neste sector operam vários intervenientes, os produtores, as suas organizações, os matadouros, os industriais, os distribuidores, a logística, entre outros, tornando-se esta numa cadeia diversificada e importante na criação de valor.

Não tenho dúvidas de que o sucesso do sector agrícola, no futuro, neste caso o da carne, passa por mobilizar todos estes intervenientes com o objetivo de produzir e comercializar melhor.

Para este objetivo, importa ter a participação dos operadores e considerar a leitura que estes fazem do sector e os desafios de melhoria que propõem para o futuro tais como:

Uma melhor uniformização da produção, com menos sazonalidade, menos variabilidade de raças e uma maior padronização das carcaças;

Maior aposta na formação dos produtores para as questões alimentares, acabamentos e bem-estar animal;

Minimizar o impacto ambiental e valorizar a imagem de natureza, característica dos Açores;

Mais e melhor divulgação da nossa carne, não só de dar a conhecer, mas também de fidelizar os consumidores;

Continuar a inovar e diferenciar os produtos e a forma como são apresentados aos consumidores;

Continuar a modernizar a rede de abate muito para além das infraestruturas, considerando novos parâmetros de qualidade, de higiene e segurança, bem como, mais monitorização, melhores condições para aproveitamento de subprodutos e novas tecnologias no arrefecimento das carnes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Conforme já tive oportunidade de anunciar, vamos constituir, muito em breve, uma estrutura que assegurará a participação empenhada do Governo e dos principais agentes da fileira, que acompanhará e defenderá os interesses do sector da carne.

Uma estrutura essencial para a definição de uma estratégia mais global e concertada para o futuro da promoção da carne bovina açoriana.

A construção de novas infraestruturas e a melhoria das existentes é muito importante, mas, por si só, não chega.

Daí que seja necessário dar primazia e continuidade a outras medidas igualmente importantes e complementares, tais como o processo de implementação da Marca Açores ou o da certificação da Carne dos Açores incluída na Indicação Geográfica Protegida.

Simultaneamente, a fim de imprimir melhores desempenhos no sector das carnes e aumentar os rendimentos dos titulares de explorações leiteiras, naturalmente não vocacionadas para a produção de carne, continuamos a disponibilizar o programa de incentivos à introdução ou produção de cruzados, bem como o apoio à aquisição de reprodutores bovinos de raças produtoras de carne, associando-se a todo este esforço as medidas necessárias ao estabelecimento de um plano global de sanidade animal, que projete a nossa Região para um estatuto sanitário de excelência.

Temos mais desafios que importam vencer, como sejam, promover também a passagem de expedição em carcaças para carne embalada e em formato final de consumo, estimular a organização da produção aproximando-a o mais possível do mercado e reduzindo segmentos na cadeia comercial, sem descurar os sinais dos mercados que podem sempre e a todo o momento surpreender os operadores e obrigar ao reajuste das estratégias.

Reforçaremos a aposta na formação dos agricultores e dos técnicos que dão apoio às explorações, em áreas de grande relevância, como o manejo sanitário e de bem-estar animal, reprodutivo, alimentar e melhoramento genético.

Apesar do progresso técnico e da melhoria da competitividade que se tem verificado na agricultura açoriana nos últimos anos, as nossas características ultraperiféricas conferem particularidades e constrangimentos muito próprios, resultantes da grande distância aos mercados, do ponto de vista da obtenção das matérias-primas e fatores de produção.

Sabemos todo o caminho que já percorremos, porém estamos também conscientes dos complexos desafios que estamos permanentemente a enfrentar ou que enfrentaremos no futuro.

A estes, responderemos com trabalho para o desenvolvimento e sucesso do sector e pela melhoria dos rendimentos.

Muito obrigado

Deputado Paulo Parece (PSD): Ocupou o tempo todo, Sr. Secretário. Já não tem tempo para responder!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

Deputado António Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Num cenário de instabilidade e de mudança no sector agrícola, de alteração do comportamento dos mercados e da persistência nas fragilidades da economia agro rural dos Açores, importa refletir sobre a fileira da produção de bovinos para obtenção de carne.

Estratégia tem sido, sistematicamente, a palavra a que recorremos para determinar um método para alcançar um objetivo ou um resultado específico que urge considerar.

Se olharmos para os indicadores do recenseamento geral agrícola de 2009 existiam 7.767 explorações com 248 mil bovinos dos quais 39 mil eram machos, 92 mil vacas leiteiras e 25 mil de outras vacas.

Em 2014 saíram da região 17.637 cabeças de gado bovino vivo totalizando 4.556 toneladas e 32.394 cabeças em carcaça. Foram abatidos nos matadouros dos Açores 55.146 cabeças totalizando 12.281 toneladas.

Em 2016 foram apresentados para abate 84.314 cabeças num total de 17 mil toneladas, das quais 71 mil cabeças foram aprovadas totalizando 16 mil toneladas. Do efetivo aprovado em abate, cerca de 30 mil cabeças e 7.298 toneladas destinaram-se ao consumo local e 40 mil cabeças, cerca de 8.800 toneladas corresponderam ao total expedido. Foram rejeitadas 13.230 cabeças num total 1.111 toneladas.

Se observarmos um intervalo de 10 anos constatamos uma diminuição da saída de gado vivo, um aumento do gado abatido nos matadouros da região, uma ligeira diminuição no consumo local e um aumento nos abates para exportação, sendo que, a classificação de conformação das carcaças, se situaram respetivamente em Médica, Fraca e Boa.

Relativamente à Carne dos Açores Certificada, no ano 2016, o número de animais abatidos foi de 2.816, num total de 729 toneladas, nas ilhas do Pico, Terceira e Faial.

Entre 2014 e 2017 e nos diversos escalões da grelha de classificação de carcaças, verificou-se uma redução no preço médio por kg de carcaça, com algumas exceções.

Numa apreciação qualitativa a fileira da carne distribui-se de forma distinta nas diversas ilhas tendo nos cruzados de raças para produção intencional de carne uma maior relevância nas ilhas do Pico, Faial e Flores, sendo que nas ilhas de maior apetência para a produção leiteira os animais subproduto das explorações leiteiras, bem como os cruzamentos com a raça Holstein, tenham uma maior presença.

Mais do que uma política orientada para a produção de carne determinada pela região, são os apoios da União Europeia, quer ao nível do POSEI quer do PRORURAL + que vêm determinando as opções dos produtores nas várias ilhas, como o caso da manutenção da extensificação da produção pecuária, porquanto a instabilidade nos mercados ora beneficiam a relação oferta/procura, como o caso recente das operações com a exportação para Israel, que logo provocaram escassez na oferta com alguma melhoria no preço pago aos produtores, ora com o risco da interrupção dessa operação e de outras que provocará um excesso da oferta de bovinos e nova baixa de preços.

Atenuar essa instabilidade exige normalizar a fileira quer no âmbito da produção, no tratamento do produto acabado e na consolidação de mercados que valorizem o produto.

Com a instabilidade no sector leiteiro a produção de bovinos de carne passa a ter uma importância distinta em algumas das nossas ilhas e exige uma nova orientação de políticas para a fileira.

Desde logo fazendo opções de apoio à produção de carne nas ilhas onde as condições, o histórico e a vontade dos produtores se orienta para a produção de bovinos de carne.

Em segundo lugar, estabelecendo com rigor a dimensão adequada dos matadouros às projeções de crescimento da produção de bovinos, de acordo com o modelo de desenvolvimento pecuário de cada ilha e da valorização de mercado dos bovinos expedidos em vida, do seu abate e expedição em carcaça ou na respetiva desmancha e embalamento das peças finais.

Para cada solução e para cada ilha importa considerar a viabilidade técnica do matadouro e das estruturas complementares como a rede de frio, e, em alguns casos a estrutura de desmancha e as condições de transporte para a expedição.

Estudos sérios ditarão a dimensão que justifique a existência de estruturas de preparação das carcaças e de embalagem da carne.

Nos casos em que tais estruturas não se justifiquem deve ser assegurada a qualidade e a regularidade do transporte marítimo das carcaças e/ou nalguns casos dos bovinos vivos das ilhas de produção para as ilhas onde se justifique o tratamento final.

Um objetivo que tem de estar subjacente a médio longo prazo é o de assegurar a retenção da maior valia possível na região em detrimento do rendimento de operadores externos ao Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Da mesma forma como interrogamos o Governo dos Açores relativamente aos custos de produção por litro de leite, fazemo-lo também na produção de bovinos de carne, pois estudos sobre o custo médio de produção de uma tonelada de bovino em carcaça, em cada uma das nossas ilhas e de acordo com diversos tipos de produção, determinará a política estratégica para esta fileira, a dimensão mínima viável para cada tipo de exploração e a estruturação das estruturas necessárias à sua viabilidade.

O que é que não faz sentido, se a fileira da carne for uma opção séria nas opções agrícolas regionais? O que é que não faz sentido?

Não identificar o potencial produtivo em número de animais, raças, método de produção, disponibilidade forrageira e complementação alimentar de acordo com o produto final que se pretende obter e para que mercados se destinam;

Ter matadouros sub ou sobre dimensionados ao potencial produtivo projetado e de crescimento de cada uma das nossas ilhas;

Não adequar os transportes às necessidades de qualidade e de regularidade, bem como de preço competitivo, para os mercados interno e externo destinados a animais vivos, carcaças e peças embaladas;

Não construir nem apoiar, para exploração pública ou concessão privada, as estruturas de tratamento das carcaças sem condições de viabilidade;

Não assegurar os apoios regionais e da União Europeia na exata medida das estimativas de crescimento das produções de bovinos e de carne em cada ilha, evitando os rateios que penalizam o valor unitário desses produtos;

Não estudar os mercados de destino das diversas produções da fileira da carne, nem as opções dos consumidores atuais;

Não envolver especialistas no uso gastronómico de todas as peças e carnes valorizáveis, nem ter planos de comunicação e marketing dirigidos às cadeias de valor e compra dos produtos da fileira.

Aproveitamos este instrumento de interpelação ao Governo para identificar os indicadores positivos obtidos na fileira da carne, mas também para alertar na correção de assimetrias entre ilhas e estimular uma mudança para uma atitude proativa e da capacidade de perspetivar as mudanças necessárias antes dos impactos negativos destruïrem a capacidade de acrescentar valor a esta fileira complementar da produção de leite e de lacticínios, muito relevante em algumas das nossas ilhas.

Tenho dito.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, falou numa estratégia diferente, por exemplo, na Ilha das Flores. Permita-me corrigir que não é estratégia nenhuma diferente, mas, sim, a possibilidade existente na Ilha das Flores, ou seja, os produtores agrícolas e produtores de carne na Ilha das Flores, assim como na Ilha do Corvo, não conseguem fazer a exportação de carcaça daquelas ilhas, porque tanto o matadouro da Ilha do Corvo como o matadouro da Ilha das Flores não têm condições de fazer estes abates.

Como disse e volto a afirmar, o matadouro da Ilha das Flores, na sala de desmancha, tem uma única máquina de vácuo. É importante que exista, mas só por si não funciona a sala de desmancha.

A rede de frio não tem capacidade para albergar mais do que dois contentores de carne de frio na Ilha das Flores.

Portanto, não há aqui opção estratégica nenhuma da Ilha das Flores, há uma imposição pela rede regional de abate.

Sr. Secretário, queria fazer-lhe uma pergunta em relação a esta situação:

Visto que não há capacidade de abate na Ilha das Flores para exportação nos meses de maior produção, estará o Governo disponível para voltar atrás, na medida em que cortou o COMPETIR+, no apoio de gado vivo em todas as ilhas dos Açores, em especial nas Ilhas das Flores e Corvo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem agora a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membros do Governo:

De certa forma ao fazer esta intervenção responderei a algumas das questões aqui colocadas pelo Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas o senhor não está a ser interpelado!

Deputado Bruno Belo (PSD): Ninguém lhe fez perguntas!

O Orador: Mas posso debatê-las!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pode ajudar, mas não pode responder pelo Governo!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Secretário, onde o senhor se foi meter!

O Orador: Posso tirar algumas dúvidas, Sr. Deputado.

O sector da carne nos Açores, na última década e meia, sofreu uma evolução sem paralelo, nomeadamente:

A melhoria da genética do efetivo produtor, através da importação de fêmeas reprodutoras de alta genética, do financiamento da aquisição de reprodutores machos para a melhoria dos rebanhos;

A implementação do programa de cruzados que permite a obtenção de animais com maior vocação para a carne, a partir das explorações leiteiras;

Na sanidade animal, como já foi referido, os excelentes resultados alcançados, hoje podemos dizer que na Região Autónoma dos Açores temos uma sanidade animal de excelência;

Como já disse e bem o Sr. Secretário Regional, o investimento realizado na rede regional de abate, nomeadamente agora com a remodelação dos dois matadouros, o da Ilha Terceira e o de São Miguel, bem como os novos matadouros da Ilha Graciosa e do Faial, sendo assim possível responder à revolução que se verificou na Região ao substituir-se de forma relevante a expedição de gado em vida pelo abate local;

O investimento na modernização das explorações de carne, quer nas detentoras de vacas amas, quer nas de recria e engorda;

As designadas medidas MAST, pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, faz uma clara discriminação positiva para as ilhas, que não a Terceira e São Miguel, além de na sua última revisão ter havido um aumento de 25% nos dois primeiros escalões;

A recente alteração ao POSEI permite às ilhas com maior escoamento de animais receber mais apoios na campanha de 2017, relativamente a 2016, atendendo a que se criou um único escalão, cujo apoio é de 170 euros para os bovinos machos, mais de sete meses e até aos dezoito meses. Antes existiam dois escalões, de 140 para os animais de sete a doze meses e de 160 para os animais de doze aos dezoito meses.

Também bastante importante a certificação da carne IGP.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O reforço significativo do número de direitos à vaca aleitante, situando-se nos 31.064 direitos, correspondendo a um apoio anual de cerca de 9.3 milhões de euros.

Uma revisão do POSEI de 2014 para 2015, os cerca de 3 milhões de euros que os produtores recebiam como suplemento à extensificação foram totalmente destinados à exploração com vacas aleitantes, quer por via da distribuição de direitos, quer pelo reforço do valor pago por direito que passou de 250 para 300 euros por animal.

Na campanha de 2014 e 2016 o número de beneficiários passou apenas de 1736 para 1825 e o pagamento médio por beneficiário passou de 3.568 euros para 4.993, verificando-se um crescimento de 40%.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Este resultado só foi possível com o esforço de todos, do Governo Regional, dos representantes dos produtores e dos próprios produtores. Só assim é possível termos o sector que temos hoje e assim, de certa forma, respondi, ou debati, ou discuti, como queira o Sr. Deputado Artur Lima, algumas questões aqui colocadas.

Para já ficava por aqui. Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não sou um apologista do mundo cor-de-rosa que o Sr. Deputado António Toste aqui traçou em relação à fileira da carne, mas obviamente reconheço (e o PSD reconhece!) que foi feito um caminho ao longo dos anos no sector da carne.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Ah!... Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ouçam, ouçam!

Deputado Paulo Parece (PSD): A nossa grandeza vai mais longe!

O Orador: O Governo Regional fez investimentos na Região, nomeadamente nos matadouros, nas salas de desmancha, nas abegoarias.

O Governo Regional criou expectativas legítimas aos produtores nesta Região. Os produtores melhoraram o seu desempenho, os produtores especializaram-se na produção de carne, os produtores fizeram a sua parte.

O Governo Regional não conseguiu prever as consequências deste melhoramento, e não foi consequente. Não foi consequente, porque não consegue hoje assegurar que os financiamentos, através das ajudas comunitárias, tenham estabilidade. Veja-se a forma como as candidaturas, hoje, estão a ser feitas em relação às agroambientais de forma condicionada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Segunda questão:

O Governo não consegue assegurar o financiamento das ajudas comunitárias através das candidaturas, o que vai acontecer, brevemente, um rateio, uma ajuda comunitária aos produtores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas todas as ajudas já estão com rateio, não é só uma!

O Orador: O Governo não conseguiu prever as condições de mercado que fossem capazes de atenuar o financiamento das explorações e garantir as necessidades de financiamento destas explorações.

O Governo não conseguiu adequar as linhas de transporte às ilhas para permitir um escoamento de gado, quer vivo, quer abatido. Mais do que isso, Sr. Secretário, com a retirada da ajuda aos animais vivos, que havia em relação ao COMPETIR+ (não sou eu que o digo; a Associação Agrícola da Ilha das Flores refere, num ofício que remeteu ao Governo),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da qual o senhor faz parte, conselho fiscal!

O Orador: ... poderá ter um impacto de 20 a 25 cêntimos por quilo de carne na Ilha das Flores, por exemplo.

Mas, Sr. Secretário, o Governo sabe, tem alguma ideia de qual o custo estimado de um quilo de carne nos Açores?

O Governo tem alguma ideia de qual o custo estimado nas diversas ilhas dos Açores, quando as assimetrias existem e as desigualdades existem?

Na sua intervenção, Sr. Secretário, o Sr. Secretário referiu que as Ilhas das Flores, Graciosa, Pico e Santa Maria, tinham optado por uma estratégia de exportação de gado vivo. Não optaram por uma estratégia de exportação de gado vivo.

Não têm outra estratégia! Não têm alternativa, Sr. Secretário!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem! Exatamente!

O Orador: E é aqui que o Governo deve fazer a sua parte. O Governo deve permitir que um agricultor das Flores, de Santa Maria, do Pico ou da Graciosa tenha a oportunidade de poder produzir um quilo de carne ao mesmo preço que outras ilhas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Orador: Sr. Secretário, para finalizar, eu percebo que V. Exa. chegou recentemente ao Governo e obviamente que tudo tem o seu tempo, mas esta área, este sector, é seguramente uma área e um sector que precisa de alguém que saiba do assunto e não queira só fazer carreira política, Sr. Secretário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários, Sra. Secretária:

Ouvi com atenção todas as intervenções até agora, e sobretudo a primeira intervenção do Deputado João Paulo Corvelo, da Representação Parlamentar do PCP e proponente desta interpelação ao Governo, assim como também a intervenção inicial de tribuna do Sr. Secretário Regional.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo referiu, e bem, aquilo que ainda não foi sequer aqui mencionado, que tem a ver com as políticas europeias que têm reflexos diretos na nossa realidade regional e terão reflexos diretos também no sector da carne e no sector agrícola da Região.

Estou a referir-me aqui a algo que vai de certeza ter um impacto muito significativo no futuro do sector. O Sr. Secretário reforçou na sua intervenção, e bem, que devemos estar preocupados com o futuro do sector na Região.

Gostaria aqui de referir o CETA – o Acordo Económico e Comercial Global entre a União Europeia e o Canadá –, um acordo que tem merecido o apoio tanto do PS, do PSD, como do CDS, e que é vendido como uma forma de alavancar as nossas exportações, mas esquecendo-se que, para se exportar mais, alguém terá de comprar e que os efeitos do CETA funcionam em dois sentidos, ou seja, tando podemos colocar, neste caso, a nossa carne noutros mercados, como também podemos sofrer a concorrência de carne que poderá vir para cá a preços muito mais competitivos.

E como é que se conseguem esses preços muito competitivos no mercado como este, entre um gigante, que é o Canadá, que é somente o sexto maior produtor de carne do mundo, os reflexos que isso terá na nossa economia, incluindo a nossa economia regional? Porque este CETA o que promete é a colocação de

produtos no mercado a preços competitivos e como é que se alcança essa competitividade? Como é que por exemplo o Canadá consegue os preços que consegue?

Tem a ver com a forma como se produz e quanto se paga a quem produz, e tem a ver também com a forma/modo de produção de carne no Canadá que recorre à criação de gado intensivo em modo industrializado e recorre a hormonas.

Ora, este acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Canadá tem particularidades que nos poderão ser muito prejudiciais e tem a ver, por exemplo, com aspetos que implicam tanto com a sanidade como com a qualidade da carne, porque o nivelamento não será por cima, o nivelamento será por baixo para quem conseguir vingar neste mercado selvagem.

Está a Região preparada para competir com o gigante como o Canadá, quando nem o país no seu todo está? Vamos recorrer a hormonas na nossa carne? Vamos baixar o preço à produção? Se calhar até vamos continuar a aumentar o recurso a rações com o milho OGM.

Só podemos por isso concorrer, ou melhor, sobreviver neste mercado selvagem, se investirmos na qualidade do que produzimos. É verdade que certificamos a carne que produzimos junto ao consumidor com a Marca Açores, que é o mesmo, segundo algumas campanhas publicitárias, que certificada pela natureza.

Mas será mesmo certificada pela natureza?

Isto porque o caminho está, de facto, na distinção do nosso produto reconhecido como feito na natureza, pela natureza.

Outra pergunta que lhe coloco:

A imagem das vacas que pastam em liberdade é compatível com a alimentação que realmente é dada a essas mesmas vacas com recursos a rações com milho OGM?

Como é que vamos colocar o nosso produto no mercado? Vamos enganar os consumidores?

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP sempre defendeu um sistema de exploração extensivo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que permite, além de uma gestão sustentável do território, apostar no sector da carne numa perspetiva ambiental.

O isolamento geográfico que é sistematicamente apontado como uma das principais limitações da Região, neste contexto representa uma mais-valia, pois a carne dos Açores pode afirmar-se como uma alternativa de qualidade credível, uma vez que, devido exatamente à nossa situação geográfica, é mais difícil evitar a importação de doenças como a BCE e a febre aftosa.

A carne dos animais produzidos à base de pastagem possui, para além de uma qualidade organolética característica, um valor nutricional muito superior, quando comparada com a de animais com acabamentos em ração,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... para além dos benefícios relacionados com a saúde, resultando, por exemplo, da sua riqueza em Ómega 3.

Sras. e Srs. Deputados, com a crise que se vive neste momento no sector agropecuário na Região e com o peso que este representa na nossa economia, não nos podemos dar ao luxo de continuar a abordar este sector de uma forma amadora. Infelizmente, segundo as declarações públicas do Sr. Secretário Regional da Agricultura, demonstram um total desnorte.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Ora vejamos:

O Governo Regional acaba com o apoio ao transporte de gado vivo para exportação, uma vez que a Região se quer afirmar no sector como exportadora de carne, ficando na Região a mais-valia do abate e da desmancha, ao contrário do que se passava no passado com os produtores que se esforçavam por criar os animais em pastagem e que depois não eram recompensados monetariamente, uma vez que os animais chegavam ao seu destino em más condições e completamente desvalorizados.

Estranhamente, uma das primeiras medidas anunciadas por este novo executivo para o sector da carne é exatamente a exportação de animais vivos para Marrocos, o que não só representa um retrocesso de décadas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): São coisas completamente diferentes!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah! Vivos para Marrocos podem seguir!

A Oradora: ... num sector que se pretende de futuro, como representa um total desrespeito pelo esforço dos nossos produtores de carne bovina da Região que trabalham todos os dias para que a carne dos Açores se diferencie por uma qualidade de excelência.

Mais. O Sr. Secretário apresenta como medida estratégica para o sector a criação de uma estrutura de decisão conjunta para a fileira da carne, e cito, “à semelhança da desenvolvida na fileira do leite, com a criação do CALL”.

A questão, Sras. e Srs. Deputados, é que não existe qualquer semelhança entre a fileira da carne e a fileira do leite, uma vez que o grande problema do sector dos lacticínios é o excedente que temos na produção, enquanto que o principal problema no sector da carne é a falta de capacidade da Região de abater as quantidades de carcaças exigidas pelo mercado de uma forma regular.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E por último, como todos nós sabemos, a qualidade das nossas pastagens contribui de uma forma determinante para a qualidade da carne nos Açores, e foi em 2003 reconhecido pela Comissão Europeia, concedendo à Região o selo de Identificação Geográfica Protegida – IGP.

Desde essa altura, os produtores da Região aderiram a este modo de produção, o qual acresce em muito os custos de produção devido às exigências do caderno de especificações, mas que eram compensados pelo preço que esta carne adquiria no mercado.

O Governo Regional, numa atitude de completa irresponsabilidade,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... atribui à carne o selo Marca Açores e cede às grandes superfícies a permissão de utilizar este selo nas carcaças açorianas, promovendo uma concorrência desleal, uma vez que não é possível o preço da carne IGP concorrer com o preço da restante carne,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... fazendo com que a carne IGP fique na prateleira, pois para os consumidores menos informados, ao ver a denominação Açores numa carne a metade do preço, optam automaticamente por esta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É verdade!

A Oradora: Sr. Secretário, a que preço está a ser pago ao produtor a carne dos animais exportados para Marrocos? Pagam menos, os custos de produção?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O que já foi feito ao nível da sincronização das inseminações dos bovinos de carne de forma a garantir uma oferta regular de carcaças para evitar o que se tem vindo a verificar muitas vezes na Região, que em muitas alturas

não se consegue dar resposta às solicitações dos clientes e noutras os produtores estão a pedir por favor para se tirar os animais da pastagem.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No que se refere ao selo da Marca Açores, como é que o Sr. Secretário nos pode garantir de que as carcaças desmanchadas nas grandes superfícies, este será colocado, única e exclusivamente, em carne de animais provenientes dos Açores?

Por último, Sr. Secretário, a Região está a preparar-se para as renegociações da MERCOSUL?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é que é uma interpretação da realidade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, peço-lhe imensa desculpa.

Presidente: ... sugiro que possa marcar uma consulta, porque de facto já ontem não ouviu. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado, Sra. Presidente!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foi merecida a chamada de atenção, Sra. Presidente. Peço desculpa da minha parte.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): É da constipação!

O Orador: Quero dizer em relação a este assunto o seguinte:

Eu penso que em 2015, o Governo anunciou, em relação às Ilhas do Corvo, Graciosa e Flores, a realização de um estudo que eu penso que tinha o maior interesse. Era um estudo que permitia “evidenciar as vantagens competitivas do desenvolvimento de uma estratégia comercial que associe a produção em pastagem de carne de bovino na Graciosa, Flores e Corvo, com a classificação de Reserva da Biosfera, atribuída pela UNESCO, para estas ilhas”.

Ou seja, o que este estudo evidenciava era que se estava a desenhar uma estratégia específica para estas ilhas. Eu concordo com esta estratégia, concordo que se desenhe, do ponto de vista estratégico, uma abordagem específica para estas ilhas, porque como aqui já foi dito, a ilha do Corvo tem algumas especificidades e algumas condicionantes, nomeadamente, nós, do ponto de vista histórico, sempre produzimos mais carne do que leite, sempre estivemos muito mais dependentes da fileira da carne.

Por isso, esta é uma condicionante histórica.

Depois, há também uma outra questão que aqui já foi abordada, que é a impossibilidade de exportar em carcaça. Não é uma opção dos nossos agricultores, é algo que advém de um condicionalismo que tem a ver com as infraestruturas que, entretanto, foram montadas por parte do Governo.

Portanto, há aqui já algumas condições que nos mostram que há um carácter específico para a Ilha do Corvo. Acontece que este estudo tendo sido anunciado

em 2015, e que, repito, seguia um bom caminho estratégico, não foi até ao momento tornado público.

Aliás, pedi-o três vezes através de requerimento. Da última vez o Governo respondeu-me o seguinte:

“Quando o Governo dos Açores receber o documento final do estudo, o mesmo será remetido para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”.

Continuo a aguardar que este estudo me seja remetido.

De qualquer das formas é importante verificar qual a estratégia que vai ser desenhada, mas não há dúvida de uma coisa: é absolutamente injusto e incompreensível que os apoios, para quem está a exportar gado vivo, diminuam para ilhas que não têm a hipótese de o fazer em termos de exportação da carcaça. Ou seja, há do ponto de vista lógico uma proteção que é necessário fazer para os produtores que não têm outra oportunidade. Só podem exportar o gado vivo, uma vez que estão impossibilitados de o exportar em carcaça. Portanto, não têm essa opção.

Nesse sentido, estas ilhas, nomeadamente a Ilha do Corvo, deve ser protegida e esses apoios devem ser implementados, ao contrário do que sucede nas atuais circunstâncias em que até foram diminuídos.

Nesse sentido, o Governo, em relação a esta matéria, tem que decidir de forma diferente e tem que implementar uma estratégia diferente.

Aguardo que o estudo, que de acordo com a última informação, seria concluído no final do primeiro trimestre de 2017, seja tornado público para que esta questão possa ser debatida de uma forma muito mais específica.

Por fim, quero aqui referenciar também uma outra questão que está relacionada com este sector, que tem a ver com o facto de a administração regional ter dificuldades em funcionar nas ilhas mais periféricas, como por exemplo na Ilha do Corvo.

Eu vou aqui referenciar um episódio: eu não percebo por que é que a médica veterinária...

Deputado André Bradford (PS): Outra vez?!

O Orador: É outra vez, infelizmente!

Eu tive, como sabem, que tomar uma posição pública muito forte sobre esta questão, porque alegadamente não existia uma casa para médica desempenhar as suas funções na Ilha do Corvo.

Como se demonstrou, a senhora médica veterinária foi colocada no Corvo e começou a desempenhar as suas funções.

O que acontece é que esta semana, em que estavam planeadas diversas atividades, até também com uma necessidade do talho local e dos agricultores locais, a médica veterinária pura e simplesmente não está presente.

Os agricultores foram informados? Não!

A médica veterinária foi substituída?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não!

O Orador: Não!

Não existia informação. A médica veterinária não foi substituída e há uma população, um conjunto de agricultores que está absolutamente dependente do exercício das suas funções por parte da médica veterinária, que é remunerada e é paga para exercer essas funções, mas ninguém controla, ninguém se preocupa e ninguém assegura o funcionamento deste serviço.

Portanto, eu considero que este tipo de comportamentos não é aceitável (não é aceitável!).

Se a senhora médica veterinária não pode estar, informa-se e realiza-se a respetiva substituição. O que não pode acontecer é que este tipo de episódios se repitam.

O Sr. Deputado André Bradford disse: “mas está a trazer este assunto? É a quarta ou a quinta vez que traz aqui!”

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse nada disso!

O Orador: Infelizmente tenho que trazer o assunto, porque é uma situação recorrente e inaceitável, porque a administração pública tem que exercer as suas competências, quer esteja na Ilha de São Miguel, ou nas Flores ou no Corvo. Não interessa.

Há um contrato que está assinado, o vencimento é pago no final do mês por todos os açorianos e esse senhor, esse funcionário, tem que exercer as suas funções onde está colocado, seja em São Miguel, em Ponta Delgada, ou na Ilha do Corvo. Tem que desempenhar as suas funções com o mesmo profissionalismo e com a mesma exigência.

Eu aproveitava este debate para mais uma vez referenciar essa questão e dizer que isto é inaceitável e o Sr. Secretário que tutela este sector tem que colocar ordem na casa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer agora um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 36 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade ao debate da interpelação sobre o sector da carne nos Açores.

Eram 12 horas e 19 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, é fundamental clarificar aqui um assunto que se passa diferente nas ilhas, por exemplo, das Flores e do Corvo.

As Ilhas das Flores e do Corvo têm tapadas, que são tapadas comunitárias, em que uma grande parte dos animais que são de lá retirados no fim do verão não vêm em condições de abate e em carcaça nas devidas condições, assim como exigem os mercados consumidores.

Por isso, também por esta especificidade, é muito difícil existir o abate nas nossas duas ilhas.

Queria questionar-lhe, fazendo duas ou três perguntas:

Em relação às raças autóctones, está o Governo disposto a apoiar as raças autóctones portuguesas da mesma maneira que são apoiadas no continente português?

Está o Governo Regional disposto a ampliar a rede de frio no matadouro da Ilha das Flores e a abegoaria na Ilha do Pico?

Está o Governo Regional disposto a voltar a apoiar a exportação de bovinos vivos no âmbito do programa COMPETIR+, como foi feito até dezembro do ano passado?

Agora ficaria por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Venho a debate. Tenho escutado com muita atenção tudo o que tem aqui sido dito, designadamente no que se refere à Ilha das Flores, e gostaria de dar uma achega no sentido de esclarecer a câmara e quem nos ouve.

Em primeiro lugar, a sala de desmancha que existe junto ao matadouro está entregue à Associação Agrícola, por protocolo, que foi quem a reivindicou.

Sobre a questão dos problemas da rede de frio, devo dizer que nunca a Associação Agrícola, nos Conselhos de Ilha e nas reuniões que com ele tem

mantido, colocou este problema, pelo que não sei se efetivamente existe, mas quero crer que o Sr. Deputado João Paulo Corvelo esteja perfeitamente por dentro dela.

Foi ainda falado aqui, sendo a Ilha das Flores uma ilha predominantemente ligada à produção de carne, que os acordos internacionais, designadamente com a América do Sul, podem criar problemas sérios.

Eu penso que sim, mas neste momento essa ameaça estará, digamos, mais distante, dadas as contingências políticas, os desenvolvimentos políticos que têm existido naqueles países.

Importará aqui não esquecer que o Governo Regional, para além do sector da carne, tem feito uma aposta clara no sector do leite e os resultados alcançados pela Cooperativa Ocidental estão à vista de todos e importará aqui realçar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Estamos a falar de carne ou de leite?!

O Orador: Eu sei que está incomodado, Sr. Deputado, mas são verdades que devem ser ditas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A interpelação ao Governo é sobre o sector da carne, não do leite!

O Orador: Sobre a exportação de animais em carcaça, já existiu ou já foi feita, mas os problemas que existiram, como certamente sabem, não têm a ver nem com o frio, nem com o matadouro, foi com o acondicionamento das carcaças dentro do contentor que danificou/prejudicou a qualidade do mesmo, mas penso que é uma aposta que deve ser feita para benefício dos produtores.

Sobre a questão dos transportes e a exportação de gado, dos animais vivos, os transportes marítimos regem-se por obrigações de serviço público com escalas quinzenais e importará aqui dizer que os navios, logo que saem das Flores (15 dias), uma vez escalam o Pico, outra vez a Praia da Vitória e, no seguimento

para o continente, têm que ir à Ilha da Madeira por vezes levar animais vivos, provenientes também da Ilha das Flores.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): É isso que estamos a reivindicar!

O Orador: Mas é o que está a ser feito.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Exatamente! Tem toda a razão! É isso que está a ser feito!

O Orador: Obrigado.

Portanto, isso obriga, de facto, a que se façam esses desvios.

Agora, outro aspeto relativamente também aos animais vivos. Sabemos que mais de metade dos animais que são exportados são adquiridos pela Cooperativa da Associação Agrícola.

Presumo eu que os apoios que são concedidos no âmbito do abate aos animais, que sendo a Cooperativa da Associação, naturalmente os dividendos serão distribuídos pelos associados, mas aí os Srs. Deputados saberão melhor do que eu, porque são sócios da Cooperativa da Associação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Este subsídio, este apoio que é dado através do COMPETIR+, reverte também em preço de quilo de carcaça pago ao produtor de carne.

Demonstra, esta última intervenção, que falta um bocadinho de compreensão para com a Associação Agrícola, ou até reuniões com os sócios daquela Associação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é do Conselho Fiscal!

O Orador: No entanto, o problema que se passa com os transportes marítimos é um problema grave que tem que ser resolvido por parte do Governo Regional.

O que se passa é o seguinte: é que os animais têm que ser abatidos hoje e cinco dias depois têm que estar no mercado consumidor, ou seja, em Lisboa. O que se passa é isto. Ou seja, um barco de 15 em 15 dias é manifestamente pouco, porque não faz ligação direta com Ponta Delgada...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e depois com Lisboa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Ou seja, nós não viemos exigir aqui, nem queremos exigir aqui, um barco por semana. O que queremos é uma ligação mensal que seja direta e seja, no máximo, em cinco dias, para que o produto seja valorizado no mercado consumidor.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria começar por saudar o Sr. Deputado António Almeida pela sua intervenção. Sr. Deputado, digo isto com a maior franqueza.

O registo que o senhor trouxe a esta câmara, uma análise com muitos dados técnicos, uma análise de âmbito regional, e trouxe aqui um esclarecimento e uma lucidez que é digna de registo...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fica-lhe bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... e, além disso, deixando também um conjunto de sugestões que merecem ser ponderadas.

O PS sempre se caracterizou, e eu várias vezes defendi aqui nesta Assembleia, ser uma maioria positiva,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... reformista e dialogante, e isso consubstancia-se com muito mais propriedade quando nós temos uma oposição, ou pelo menos um deputado de um partido da oposição, com um registo sereno...

Deputado António Almeida (PSD): Obrigado!

O Orador: ... e de propostas construtivas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sempre defendi o mérito desta abordagem, da crítica construtiva. Parece-me fundamental na lógica parlamentar.

Por diversas vezes lamentei a inexistência desta atitude. Portanto, neste caso, Sr. Deputado, permita-me o elogio com toda a sinceridade e também salientar o registo de profunda diferença em relação ao seu líder partidário, Deputado Duarte Freitas,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... mas a vida é feita disso e a diversidade também faz parte da vida.

Gostava também de deixar aqui uma referência em relação ao acordo comercial entre a União Europeia e o Canadá.

Este Grupo Parlamentar nunca teve, nem tem, a atitude de diabolizar a União Europeia. Parece-nos uma atitude errada. A União Europeia é uma construção extraordinária e permite um espaço de paz, de democracia e de prosperidade, que nunca é por demais salientarmos, ainda mais nas vésperas de uma eleição muito importante na grande França.

Deputada Mónica Rocha (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas queria deixar aqui uma referência. Ao contrário do que foi sugerido, nós não estamos neste acordo comercial perante uma liberalização selvagem. Isso não é verdade.

Nós estamos perante um acordo onde foi estabelecida uma redução muito acentuada das tarifas aduaneiras, em 90% dos produtos agrícolas.

Portanto, não é uma liberalização selvagem. Muito longe disso! Continua a ser um mercado regulamentado e mais ainda no caso da carne de vaca, da carne de porco e do trigo. São três produtos agrícolas que estão sujeitos a quotas,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... aquelas quantidades, sobre as quais a grande redução tarifária está sujeita a quotas. Isso ainda reforça mais esta lógica.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Depois, é bom que se diga, que o Canadá é um espaço, o Canadá é uma economia social e ambiental do mercado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem visto!

O Orador: É um espaço que em muitas áreas tem *standers* superiores à União Europeia. Portanto, este acordo tem tudo para funcionar.

É verdade que alguns acham que estes grandes acordos normalmente só favorecem as grandes economias exportadoras. Infelizmente isso verifica-se em alguns deles, mas, neste caso particular, estou convencido que é um acordo da maior importância, até porque as partes comprometeram-se, na área do emprego e do ambiente, a terem liberdade de legislar sem nunca baixar os padrões que já foram atingidos.

Deputada Mónica Rocha (PSD): Muito bem!

O Orador: Mesmo no mecanismo de arbitragem é constituído um tribunal permanente, o que também confere uma segurança e uma robustez a toda a regulamentação comercial que é digna de registo. Aliás, basta dizer isto: este acordo é já considerado como uma nova referência ao nível de acordos de comércio internacional e isso diz bem da grande importância.

Deputada Mónica Rocha (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas queria também terminar com uma referência ao Sr. Secretário Regional, para deixar aqui uma nota de encorajamento por (e ficou provado aqui neste debate) aquilo que foi feito ao nível da melhoria do efetivo bovino, da melhoria da sanidade ambiental, ao nível da rede de abate, ao nível da modernização das exportações e das explorações e sobretudo na implementação da estratégia que nós há muito tempo defendemos, que em vez de exportarmos animais vivos a prioridade deveria ser o abate desses animais, para nós termos um salto na cadeia de valor e deixando assim mais riqueza nos Açores.

Portanto, esta é a estratégia de fundo. Obviamente que isto não significa que se deixe de exportar gado vivo (não é disso que estou a falar), mas é uma estratégia de mais valor, de valorização do sector da carne e criando mais riqueza para os nossos agricultores e para os Açores. Isso é muito importante.

Quando nós anunciámos essa estratégia há alguns anos atrás muitos desconfiavam dela. Agora estão aí as provas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Eu queria também terminar saudando o PCP.

É verdade! Esta interpelação foi muito oportuna.

É verdade que há alguns problemas em algumas ilhas que têm que ser corrigidos e que eu confio e acho que serão corrigidos.

Agora a grande conclusão que se retira deste debate, desta interpelação, é que o sector da carne está pujante e em crescimento nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Eles estão todos falidos, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: De 2015 para 2016 nós crescemos 19,4%. Esta é que é a grande conclusão.

O sector da carne cresceu de um ano para o outro quase 20% nos Açores e esta é que é a grande conclusão deste debate, desta interpelação e é isto que deve

ficar registado, sem deixar de reconhecer que há alguns pequenos problemas que certamente vão ser resolvidos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quem resolveu o grande problema não deixará de resolver o pequeno problema.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer agora uma segunda intervenção para procurar responder às questões que me foram colocadas neste debate, sem primeiro fazer uma nota introdutória e dizer que, de facto, a evolução que tivemos no sector da carne é indiscutível.

Aliás, queria não citar, mas dar o exemplo da intervenção do Deputado António Almeida,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Pode citar, não lhe fica mal!

O Orador: ... e também não fazer minhas as palavras do Deputado José San-Bento, mas fez uma análise muito correta e muito prospetiva daquilo que é o sector da carne e por onde é que nós devemos caminhar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isto não é uma análise, é uma interpelação ao Governo! Responda!

O Orador: Para além disso, dizer que no percurso que fiz nestes últimos meses, reunindo com associações, reunindo com o sector, de facto, a conclusão a que se chega é que a fileira da carne está no bom caminho.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Está no bom caminho e devemos continuar empenhados na valorização e no desenvolvimento de um sector muito importante como complemento ao sector leiteiro na Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Agora, nós não escondemos que há problemas. Os problemas vão sempre existir,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os problemas sempre existiram, o Governo é que tarda em resolvê-los!

O Orador: ... os recursos financeiros são limitados e mesmo se fossem ilimitados as exigências eram maiores e nunca chegariam para aquilo que é a exigência dos agricultores do sector e ainda bem que é assim.

O facto de termos agricultores empenhados, exigentes e associações exigentes, todos ganhamos com isso e também ganha o sector.

Falando, Sr. Deputado João Corvelo, em relação à situação das Flores, eu estive em visita às Flores há bem pouco tempo, e não acredito que neste último mês as coisas tenham-se alterado profundamente.

Deixar uma nota: o matadouro das Flores tem todas as condições para responder àquilo que são os abates que ocorram neste momento e até incrementar os abates se, de facto, se verificar necessário no futuro.

Foi isso que eu pude constatar, é isso que se verifica na prática.

Agora, é preciso fazer ajustes? É preciso fazer melhoramentos? Naturalmente que iremos fazer sempre que se justificar e sempre que for necessário. Aliás, o investimento que o Governo Regional está a fazer na rede regional de abate dá um bom exemplo daquilo que é o empenho do Governo em criar condições para

a melhoria das infraestruturas e sobretudo para disponibilizar essas infraestruturas em termos de mais-valias e de maior rendimento para os agricultores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Secretário não sabe como é que vai resolver o problema do rateio, essa é que é a verdade!

O Orador: Sei que às vezes os Srs. Deputados não gostam que se fale em milhões, mas os 15 milhões que estamos a investir em quatro matadouros, mais os quatro milhões e meio que foram investidos na última legislatura, são prova da aposta que o Governo fez. Aliás, se essa aposta não tivesse sido feita e se não tivesse havido visão estratégia para investir nessa área, hoje não estaríamos na situação que estamos em termos de exportação de gado abatido na Região.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor nem sequer tem o sistema de higiene implementado nos matadouros!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado João Corvelo, eu não vi nenhuma nuvem negra na Ilha das Flores (não vi!) no sector da carne.

Agora, estamos empenhados para continuar a melhorar as condições existentes. Eu não disse aqui, ou pelo menos não foi essa a minha intenção, quando transmiti a questão da estratégia em relação à produção de carne em determinadas ilhas. Agora o que é verdade é que há ilhas que pelo seu afastamento, pelas suas condições geográficas, têm menores condições para determinadas fileiras, entre a carne e a fileira...

Deputado Bruno Belo (PSD): São essas menores condições que os senhores têm que consertar e o primeiro passo o senhor já o deu, assumir que elas existem!

O Orador: Daí que o caso concreto das Flores, a aposta na carne que foi feita, e bem, com resultados (não é?), e mesmo nas outras ilhas onde houve uma

aposta no sector da carne, acabou por trazer mais-valias para esses agricultores, quer ao nível das ajudas que existem quer no PRORURAL, quer no POSEI.

Se nós olharmos para os valores e se fizermos algumas contas, o que verificamos é que em ilhas, como o caso das Flores, o caso do Pico, o caso da Graciosa e mesmo aqui no Faial, há naturalmente um aproveitamento dessas ajudas que se tem traduzido numa compensação enorme na redução dos custos que essas próprias ilhas têm para a opção que fazem em termos de produção agrícola.

Portanto, dizer que os agricultores nas Flores estão prejudicados, não é verdade. Não é verdade, tanto mais que no âmbito dos apoios em termos das ajudas MAST, e mesmo no que se refere à ajuda ao escoamento, já este ano houve um aumento de 30 euros por animal, se abatido até aos 12 meses,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Sim, 30 euros! Isto é uma coisa impressionante!...

O Orador: ... e as MAST também têm discriminações positivas para todas as ilhas, que não São Miguel e Terceira.

Em relação à sala de desmancha, Sr. Deputado, como sabe, a sala de desmancha foi concessionada à Associação Agrícola e a Associação Agrícola é que está a gerir aquela sala.

Agora o facto de não ter equipamentos, a informação que tenho quando lá estive foi que os equipamentos estão a ser utilizados no matadouro, numa boa gestão dos recursos públicos. Em vez de se estar a comprar equipamentos para o matadouro, utiliza-se os equipamentos que estavam na sala de desmancha, mas no dia em que a sala de desmancha iniciar as suas atividades, naturalmente os equipamentos serão repostos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso vai ser como os equipamentos do laboratório de veterinária, vai demorar mais um bocadinho!

O Orador: Sr. Deputado João Corvelo, em relação às raças portuguesas devo dizer o seguinte:

Como sabe, ao nível do POSEI, existem apoios para este tipo de raça, agora não existem apoios no âmbito do PRORURAL. A questão em termos daquilo que é o entendimento do Governo sobre essa matéria (e isso sempre foi visto e sempre foi discutido com as associações), acho que não nos interessa do ponto de vista estratégico estar a trazer mais raças para a Região, sem termos a certeza se essas raças vão ou não adaptar-se àquilo que são os nossos modos de produção.

Eu diria que nós, em termos de genética, quer na carne, quer no leite, fizemos uma aposta correta, uma aposta com resultados e os números que aí estão, quer na produção de leite, quer na produção de carne, assim o comprovam.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Bruno Belo, o senhor começou a sua intervenção muito positiva. Foi feito um caminho positivo. De facto, foi.

Registei isso com agrado. Acho que também fica bem a coerência e a verdade ao maior partido da oposição.

O Sr. Deputado sabe muito bem que aquilo que foram as dotações que a Região conseguiu, quer para o POSEI, quer para o PRORURAL, foram e são verbas importantes para a garantia da sustentabilidade do sector e sobretudo para compensar os custos acrescidos que temos aqui na Região.

Diria que quer num programa, quer no outro, o bolo foi dividido por fatias, para a gente tornar isso numa linguagem mais simples.

Agora não podemos estar a meio do percurso e dizer, bom o Governo não conseguiu prever que ia haver um aumento no rateio,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pois, não conseguiu!

O Orador: ... nem conseguiu prever que ia haver mais necessidades no âmbito das ajudas ambientais.

Aqueles valores não esticam. Têm que ser feitas opções.

Deputado Bruno Belo (PSD): Podem é ser sempre os mesmos a pagar!

O Orador: O Governo, na anterior negociação que teve no âmbito do POSEI, uma negociação interna, entenda-se, com os parceiros do sector, definiu aquela estratégia, no PRORURAL no início e anualmente no POSEI.

Nós, no próximo mês, vamos iniciar, no âmbito do POSEI uma conversação com o sector e, no fundo, vamos fazer uma avaliação para onde é que queremos ir.

Agora, não temos possibilidade de aumentar aquela dotação. A dotação que existe é à volta dos 73 milhões, as nossas necessidades seriam 80, mas isso tem a ver essencialmente com uma questão, é porque o sector continua a crescer, o sector continua a produzir mais, o sector continua em franco crescimento e isso tem que ser visto também de uma forma positiva, não deve ser visto numa perspetiva negativa.

Portanto, nessa matéria não podem ser imputadas responsabilidades ao Governo.

Eu acho que nessa matéria deve valorizar-se o trabalho dos produtores, o trabalho dos agricultores que, mesmo numa situação difícil, têm conseguido produzir mais do que aquilo que produziam no passado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Bruno Belo deixou uma nota em relação à minha carreira política. Eu não queria falar nisso, mas eu também não sou pessoa de levar coisas para casa.

Eu, ao longo da minha vida, sempre me dediquei a todos os projetos com a paixão que me é conhecida, com toda a entrega total. Não fiz tudo bem na vida, é verdade, e quando sair daqui, deste lugar, naturalmente que hei de fazer um balanço entre o positivo e o negativo.

Agora há uma coisa que pode ter a certeza, enquanto cá estiver vou entregar-me a 100%, de corpo e alma, ao sector.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: A única atividade que eu tenho é a produção de laranjas, ao fim de semana, e é quando tenho tempo.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem! Uma boa produção!

Deputado José San-Bento (PS): Alguns é só bichos-da-seda!

O Orador: São muito boas, por acaso.

Portanto, sinto-me à vontade. Não tenho explorações agrícolas, não tenho produção de carne.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a Sra. Deputada tentou apanhar aqui uns mal-entendidos da minha parte.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Então explique!

O Orador: Exatamente!

Há aqui várias questões que convém serem esclarecidas.

Quando eu me referi à criação da estrutura da carne semelhante à estrutura do leite não tem a ver naturalmente com os objetivos em termos de uma ou de outra estrutura.

Naturalmente o leite, no âmbito do CALL, tem uma estratégia própria e a carne terá outra.

Agora, nós reunirmos, à volta da mesma mesa, o sector, os produtores, a parte comercial, a parte do Governo, acho que isso é positivo.

É nessa medida que nós queremos criar uma estrutura, digamos, semelhante na génese, porque, de facto, os objetivos e os desafios são diferentes, hoje para o leite e para a carne.

Portanto, espero muito em breve que essa estrutura esteja criada para começarmos a trabalhar com serenidade e sobretudo com uma perspetiva de

futuro, uma perspetiva que quer neste sector, quer no sector leiteiro, é importante e que todos os dias devemos estar a acompanhar.

Em relação à situação da IGP com a Marca Açores, naturalmente que a carne com a referência Açores não é produzida da mesma forma como a carne IGP. Uma carne IGP é uma carne mais valorizada, uma carne que tem nichos de mercado próprios.

Acho que toda a carne dos Açores também ganhou, do ponto de vista de notoriedade, com a IGP, e o facto de nós hoje termos um selo Marca Açores é também importante do ponto de vista de notoriedade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os senhores viram essa notoriedade e deram cabo dela!

O Orador: Agora é assim, o mercado é que decide as opções que faz. O cliente é que decide se quer comprar uma carne IGP ou se quer comprar uma carne não IGP. Portanto, isso é uma questão que nós nunca poderemos condicionar no futuro.

Agora, a carne IGP é uma carne de características diferentes, tem um caderno de especificações diferente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Governo Regional incentivou os produtores a gastar dinheiro a produzir carne IGP e depois deram cabo dela com a Marca Açores!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Secretário está no uso da palavra. Pode continuar.

O Orador: Portanto, estamos a falar de duas coisas diferentes. Uma coisa é carne de excelência, que é a carne IGP, que é produzida com base num caderno de especificações próprias, outra coisa é a carne que tem a Marca Açores, e que naturalmente é uma carne também de referência, mas com um valor diferente. Os clientes, os consumidores, é que terão que optar qual a escolha que terão que fazer...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o que é que o Governo faz à carne IGP para ela não ficar nas prateleiras?

O Orador: ... e se estão dispostos ou não a pagar a diferença de preço. Portanto, essa é uma matéria que julgo que é clara e que não merece mais comentários.

O Orador: Em termos da situação da expedição de animais para Marrocos, julgo que aí, também é algo que devemos respeitar as opções dos agricultores. Se os agricultores acham que a opção de exportar animais para Marrocos representa uma mais-valia para eles, por que é que não o hão de fazer, não é? A questão é essa. O Governo não pode decretar a proibição de exportar gado para Marrocos ou para outra parte do mundo.

Os agricultores é que têm que ver, no âmbito daquilo que são as suas explorações, no âmbito daquilo que são as suas estruturas de custos, aquilo que são as melhores opções em termos de valorização do seu gado.

Agora, naturalmente que o Governo apostou e bem em deixar mais-valias na Região, daí que fez um grande investimento na rede regional de abate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado – perdoe-me esta expressão – deve ter alguma “fixação” (entre aspas) pela veterinária do Corvo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não sei se perdoe essa expressão!

(Risos dos Deputados das bancadas do PS, do CDS-PP e do PSD)

O Orador: Sr. Deputado, essa questão, naturalmente é uma questão séria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem dois amores!

O Orador: Eu devo dizer o seguinte: o Governo Regional tem conhecimento que naturalmente a senhora médica veterinária autorizou-se da Ilha do Corvo. Ela autorizou-se não no gozo de férias, porque ainda não tem direito a tal, porque não cumpriu parte do que dá direito do contrato, mas sim em folgas

compensatórias por trabalho feito no âmbito sanitário, fora do horário normal de serviço e fins de semana.

Aquilo que foi feito, que é um procedimento normal na Ilha do Corvo, é informado o matadouro, são informadas as associações que a médica veterinária vai ausentar-se, no sentido de haver antecipação de abates.

Isso foi feito. Não houve interesse.

Entretanto, nos últimos dias houve a necessidade. Amanhã vai um veterinário deslocar-se lá para assistir aos abates na Casa de Matança, de dois animais, um suíno e um bovino.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado tentou criar, que era um facto político, deixou de ser um facto político neste momento, quer dizer, nunca chegou a ser porque na verdade as coisas estavam resolvidas.

Agora, é preciso dizer aqui uma coisa também, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que anda a veterinária?

O Orador: O ruído que foi feita na altura e o ruído que se pretende fazer à volta disso também não é bom, porque da outra vez a médica veterinária ficou incomodadíssima com essa situação que foi criada e o risco que se corre é a médica veterinária dizer assim: meus amigos, eu vou para a minha terra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Abre-se o concurso e alguém há de concorrer!

O Orador: Abrimos concurso, ficamos mais uma série de meses sem médico veterinário e vamos assistir outra vez a esse filme.

Portanto, acho que essas coisas têm que ser geridas dentro da legalidade, mas também com muito bom senso e é nessa medida que o Governo tem acompanhado essa situação.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação ao estudo da biosfera, é verdade, Sr. Deputado, aquilo que disse aí. Devo dizer que o estudo chegou a semana passada e já nos foi entregue.

Nós, neste momento, estamos a proceder a uma avaliação final e julgo que dentro de duas semanas, no máximo três, o estudo será entregue aqui na Assembleia Legislativa Regional, tal como foi o nosso compromisso sobre essa matéria.

É também um trabalho importante que naturalmente terá que ser refletido no âmbito também da estrutura da carne e também aqui na Assembleia, porque no fundo vem dar aqui também uma oportunidade muito interessante para a valorização da carne produzida naquelas ilhas que estão incluídas na reserva da biosfera.

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo terminou. Terá que ser mesmo muito breve.

O Orador: Sr. Deputado Paulo Mendes, eu não tenho uma visão tão assustadora e catastrófica daquela que fez em relação à situação do futuro dos acordos comerciais e também aos OGM.

Eu posso dizer é que o Governo naturalmente, naquilo que são os acordos a nível europeu, tem acompanhado essa situação ao nível do Ministério da Agricultura.

Naturalmente, em relação ao MERCOSUL, são acordos que já se falam há 15 anos. Andamos nisso há 15 anos.

Portanto, não acredito que nos próximos anos a situação vai ser concretizada, daí que vamos continuar o trabalho que temos feito de defesa dos interesses da Região e de defesa do sector, dado a nossa fragilidade em termos de dimensão do mercado e sobretudo da nossa distância para os mercados.

Agora eu acho que a experiência que temos dos últimos anos no sector da carne dá-nos uma vantagem competitiva muito grande em relação ao futuro, em

relação a termos uma carne de grande qualidade e por via disso sejamos capazes de manter quotas de mercado muito interessantes ao nível de Portugal Continental e não só, e ser também fonte de rendimento para o sector e para a agricultura.

Em resumo, acho que há um bom trabalho feito no sector da carne, há uma aposta do Governo no sector da carne para esta legislatura e a carne terá futuro e terá sucesso na economia da Região

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Governo esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário, vou relevar com sentido de humor a sua referência,...

Deputado André Bradford (PS): Fica-lhe muito bem!

O Orador: ... porque evidentemente (e eu tenho que dizer aqui com alguma brejeirice) fixação eu só tenho pela minha mulher.

Deputado José San-Bento (PS): Espero que ela também tenha por si!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E pelo Presidente do Grupo do Parlamentar do PS! (*Risos*)

Deputado André Bradford (PS): Eu não sou comparável!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Mas devo dizer que tenho uma fixação. A fixação que eu tenho é com a defesa dos interesses da Ilha do Corvo, com a defesa dos interesses dos Açores.

O que lhe quero dizer é o seguinte: não vale a pena perder muito mais tempo em descrever a situação anterior, em que foi inventada uma desculpa para não

prestar serviço na Ilha do Corvo, onde estava colocada do ponto de vista profissional.

Quero dizer-lhe também o seguinte: posso comprovar que nenhum agricultor foi informado que a senhora médica veterinária estaria ausente esta semana.

Não foi nenhum agricultor informado dessa situação.

Vou dizer-lhe outra coisa: além dos agricultores (posso dizer-lhe também uma outra coisa) como é que justifica... Por exemplo, o Governo, e muito bem, no Corvo, tem solicitado que existam investimentos.

Eu vou dizer-lhe uma coisa: há quem tenha investido, por exemplo, num talho. Neste momento o seu negócio está parado, não pôde realizar aquilo que estava previsto, portanto, não pôde vender, porque a senhora médica veterinária está ausente.

Eu digo-lhe uma coisa, e mesmo que tivesse sido informado, que não foi (mesmo que tivesse sido informado, que não foi!) essa informação não chega. Ela tem é que ser substituída, porque não se pode aqui pensar que para o Corvo é diferente. Não!... No Corvo o professor se faltar é substituído e as crianças não são prejudicadas.

O médico veterinário falta é substituído, e qualquer outro funcionário público que falte ou está ausente, por diferentes motivos, é substituído. Mas isto é uma coisa básica.

Eu não estou, Sr. Secretário, com nenhum tipo de fixação. Eu só quero é que se trate a Ilha do Corvo como qualquer outro território da Região Autónoma dos Açores, mais nada, e que não exista este paternalismo que para ali serve qualquer coisa.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Informa-se e está cinco ou seis dias fora. Não tem problema!

Porquê? É o Corvo! É no Corvo, não faz mal!

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: Eu termino, Sra. Presidente.

Este tipo de atitude não pode acontecer ao mesmo nível de exigência e ao mesmo nível de rigor.

Digo-lhe uma coisa: se temos dificuldades em ter determinados profissionais na Ilha do Corvo como temos em outros sectores nos Açores, temos que implementar a mesma estratégia, que é criar os incentivos para que eles se possam deslocar.

Agora, o incentivo não pode ser: “nós estamos aqui até a fazer um favor! Olhe, eu venho para aqui, estou a fazer um favor”.

Não!... Esse tipo de mentalidade não pode imperar, nem para os Açores, nem para o Corvo. Não há nenhum tipo de favor. Cumpre os seus compromissos profissionais como em qualquer outro sítio.

Sr. Secretário, quero terminar – Sra. Presidente peço-lhe desculpa por este abuso em relação ao tempo regimental, mas termino nos próximos 15 segundos – dizendo-lhe o seguinte:

Este debate foi um debate da maior importância. Este debate não foi seguido pela RTP-Açores que esteve desde as 9 horas a transmitir um simultâneo com a RTP 3.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Um simultâneo com a RTP 3 que tem entradas da Assembleia da República e não desta Assembleia.

Presidente: Tem que terminar.

O Orador: Portanto, eu considero de uma irracionalidade absoluta quando as câmaras estão ali.

Por que é que não se faz o direto? Qual é a dificuldade? Qual é o custo adicional em relação a esta matéria?

Eu não aceito que me venham com classificações a dizer, porque no Parlamento dos Açores os intervenientes têm má qualidade. Não!... Não!... O que há aqui é

um desrespeito pela Autonomia dos Açores, pelos legítimos representantes dos Açores, que têm a qualidade que têm, e que têm uma coisa de certeza absoluta, a legitimidade de terem sido eleitos por todos os açorianos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... para os representar e debater os assuntos do interesse dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a nossa legitimidade!

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, brincar aqui, não transmitir os trabalhos e transmitir ao mesmo tempo os assuntos de Lisboa, de Aveiro e não sei de quê, a RTP autonómica, a RTP que serve os interesses dos Açores, que está ao serviço dos açorianos, fazer este tipo de serviço...

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar, para além de que essa questão não tem nada a ver com o debate em causa.

O Orador: ... e depois dizer que não se podem transmitir os trabalhos do Parlamento, não se pode aceitar.

Sra. Presidente, peço desculpa, termino imediatamente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

Presidente: Nós também vamos encerrar para o almoço. Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional esgotou o seu tempo;

O PS tem 17 minutos e 38 segundos;

O PSD tem 12 minutos e 1 segundo;

O CDS-PP tem 9 minutos e 54 segundos;

O Bloco de Esquerda tem 7 minutos e 48 segundos;

O PCP tem 14 minutos e 7 segundos e o PPM esgotou o seu tempo.

Presidente: Regressamos às 15H00.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade ao debate.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários do Governo:

Começo por fazer uma pequena observação.

Apesar de eu estar nesta Casa há relativamente pouco tempo, tive oportunidade de assistir a plenários com alguma frequência desde 2008 e, bem me recordo, em 2008, trazer tudo o que tivesse a ver com matéria da União Europeia, com políticas da União Europeia, que apesar de terem reflexos na Região, era tido nesta Casa como algo estratosférico.

Felizmente fizemos um percurso em que se tornou cada vez mais natural trazer tudo o que fossem políticas e medidas europeias para esta Casa para serem discutidas, e ainda bem que assim foi, apesar (é verdade) de que sempre que alguém levanta questões europeias nesta Casa ainda persiste algum burburinho acerca daquilo que trazemos e que implicações ou o que é que isso tem a ver com a nossa Região.

Normalmente ainda percorre uma certa lógica redutora da Europa na Região,...

Deputado José San-Bento (PS): Esse barrete a gente não enfia!

O Orador: ... aliás, em total discordância e até mesmo dissonância com aquelas que são as campanhas públicas que se fazem de tentar, junto à opinião pública, sensibilizá-la para que os Açores também são Europa e que Bruxelas não é algo que está lá ao longe, distante e que nada nos diz.

Portanto, ter ainda este incómodo relativamente a tudo o que sejam políticas europeias que sejam discutidas nesta Casa, e não me estou a referir a si, Sr. Deputado, porque ainda bem que trouxe...

Deputado José San-Bento (PS): Eu não enfiava esse barrete, pode estar descansado!

O Orador: Exato. Eu sei.

Agora, também é verdade que quando começamos a discutir política europeia nesta Casa somos tidos como antieuropeístas...

Deputado José San-Bento (PS): Depende do anti...

O Orador: ... como eurocéticos, sempre que colocamos em causa políticas que vêm de Bruxelas.

É exatamente por isso que a União Europeia atravessa a crise que atravessa, porque é uma União Europeia fechada sobre si própria, que não quer ouvir os pobres, não quer ouvir as pretensões dos seus cidadãos e cidadãs, e esta lógica de que se nós estamos em desacordo com as políticas emanadas da União Europeia é porque estamos contra a União Europeia, faz lembrar aquela velha lógica, que felizmente está ultrapassada, de que o partido é o Estado e o Estado é o partido.

Eu penso que a União Europeia não deveria funcionar dessa forma, mas para o Sr. Deputado San-Bento tenho a impressão que é assim, porque sempre que alguém critica alguma política emanada de Bruxelas, é porque estamos contra a União Europeia.

A política europeia não deve ser tida, não deve ser considerada dessa forma, não deve estar imune ao debate político.

Deputada Zúrida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Quero também me concentrar naquelas que foram as palavras do Sr. Deputado San-Bento quando defende que o CETA é o melhor dos acordos. E é o melhor dos acordos porquê?

Deputado José San-Bento (PS): É um bom acordo. Não disse que era o melhor!

O Orador: É um bom acordo.

Deputado José San-Bento (PS): É dos melhores acordos! É uma referência nacional!

O Orador: Aliás, é antecâmara daquele que seria um outro acordo, o TTIP, desta vez feito não com o Canadá mas com os Estados Unidos, mas que tem um formato um tanto ou quanto semelhante. Ou melhor, até nós desconhecemos mais ou menos os detalhes destes acordos, porque eles são mantidos no segredo e nós não sabemos quase nada.

Aliás, toda a informação que é transmitida cá para fora é sempre a muito custo e a pouca informação que é transmitida cá para fora só nos permite concluir que estamos perante acordos que serão desastrosos para os pequenos produtores, e os pequenos produtores não só da Europa, mas também do Canadá, no caso do CETA, porque estes acordos beneficiam, em primeiro lugar, as grandes multinacionais e prejudicam, em primeiro lugar, os pequenos produtores de ambos os lados do Atlântico, quer na Europa, quer no Canadá.

É verdade que o Sr. Deputado San-Bento alude aos tais tribunais arbitrais que são criados no âmbito destes acordos.

Deputado José San-Bento (PS): Não são “os tribunais”, é “o”!...

O Orador: Aliás, de certeza que o Sr. Deputado conhece outros acordos de livre comércio que também contemplam estes tribunais arbitrais e conhece de certeza muito bem o historial destes tribunais arbitrais que, em primeiro lugar, até se sobrepõem ao poder judicial.

Portanto, são tribunais que, na prática, pelo historial que temos vindo a assistir acabam por beneficiar não os pequenos produtores, mas grandes multinacionais, de forma até que, é verdade que nós podemos legislar no nosso país, temos competência para isso, mas se uma grande multinacional considerar que a

legislação e a regulamentação do nosso país prejudica a sua atividade e os seus interesses, recorre ao tribunal arbitral e às tantas será indemnizada para cumprir a lei de um país onde opera.

Portanto, este também é um acordo que, no que diz respeito à Europa, favorece essencialmente e em primeiro lugar a Alemanha, nem favorece Portugal nem os países ultraperiféricos, muito menos as regiões ultraperiféricas. Porquê? Porque assim a Alemanha consegue escoar a sua produção tecnológica de ponta para o Canadá e este é o primeiro passo para, no futuro, quem sabe, termos o TTIP, que é isso que a Alemanha persegue, para que consiga não só escoar a sua produção tecnológica para o Canadá, mas também para os Estados Unidos.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Registamos aqui que a prática do Sr. Secretário Avelino Meneses está a dar frutos, uma vez que o Governo e os Secretários perdem o tempo nas suas intervenções de tribuna...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e responde-se pouco às questões não beneficiando nada o debate, que acho que deve ser...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bem lembrado! Usa o tempo todo e não responde às perguntas da oposição!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... o fio condutor de uma interpelação e que poderá promover o debate de ideias, de perspetivas e de esclarecimentos, que é o que todos

procuramos, principalmente num sector tão importante como o sector da carne para a nossa economia.

Deputado Paulo Parece (PSD): O Governo gere mal o tempo!

A Oradora: No entanto, como o CDS ainda tem tempo, vamos colocar aqui as nossas observações e as nossas questões que consideramos importantes.

Em relação à polémica que foi aqui levantada pelo Deputado do PCP relativamente às ajudas à exportação de animais vivos, sem dúvida que o CDS considera que o caminho terá de ser, e tem de ser, os animais serem abatidos na Região, ficando essa mais valia aqui na nossa Região.

Mas também a verdade é que o Governo deveria ter-se preparado, e devia ter preparado os produtores, salvaguardando esta situação, de forma a que os produtores a que não têm a possibilidade de poder abater os animais na Região pudessem fazê-lo, uma vez que muitas vezes também não o fazem porque o matadouro não pode dar a resposta necessária ao abate.

Também, Sr. Secretário, relativamente à questão a nível da MERCOSUL, para dizer que considero que o Governo Regional não pode fazer no sector da carne o que fez no sector do leite, ou seja, passámos anos e anos a falar do fim das quotas leiteiras, não nos preparámos,...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... o Governo entrou numa fase de negação não aceitando que essa realidade iria acontecer, e não nos preparámos devidamente para isso.

E no sector da carne, em que queremos que os mesmos erros não sejam novamente cometidos, acho que é importante negociar, analisar e posicionarmos em relação ao nível destas negociações e da renegociação por parte da Comunidade Europeia quanto à entrada da América Latina e de carne da América Latina, através da MERCOSUL.

A verdade é que tudo pode acontecer e o nosso mercado passe a ser inundado por carne da Argentina e do Brasil a um custo muito mais reduzido e nós fiquemos aqui perdidos um bocado neste mercado.

Portanto, acho que é imprescindível trabalhar de forma a capitalizar as características únicas da nossa carne para que estejamos preparados para caso essa realidade venha a acontecer.

Quanto à rede regional de abate, a verdade é que muita coisa foi feita, é verdade, mas também estamos aqui a falar não de dois anos de governação, mas sim de vinte.

Portanto, muitas vezes também não é admissível que ainda estejamos aqui a falar de falta de linhas de abate, de refrigeração, de espaço na abegoaria.

Portanto, há uma série de situações que já deviam ter sido ultrapassadas.

Temos que lembrar aqui a boa proposta do CDS-PP ao nível do controlo do pH que, se se calhar, graças a ela fez com que hoje em dia se controlasse o pH das carcaças abatidas na Região.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, há situações que é verdade que foram melhorados, há outras que ainda não o foram e que é um bocadinho inadmissível que ainda não tenham sido feitas.

Na sua intervenção de tribuna ressaltou a importância deste sector da carne e, como tal, ficámos sem perceber, uma vez que ainda no mês passado o CDS apresentou uma boa proposta para a implementação de uma rede frio de ultracongelção no matadouro do Pico, uma das ilhas que mais importância tem a nível da carne, e a mesma foi chumbada.

E já agora, Sr. Secretário, uma vez que estamos aqui a falar da rede regional de abate, queria perguntar-lhe, e considerando que a Ilha de São Jorge apresentou um crescimento de 43% ao nível dos abates, para quando um matadouro condigno para a Ilha de São Jorge,...

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... reconhecendo a resposta positiva que os produtores daquela ilha têm dado a este sector?

Sei que não tem tempo para responder. Lanço o desafio, uma vez que a bancada do PS ainda tem tempo poderá querer responder a algumas das questões.

Realmente a questão do matadouro de São Jorge é uma questão pertinente.

A verdade é que vai dando resposta na medida das suas capacidades, mas acho que nos dias de hoje já justificava uma nova infraestrutura com outras condições e não continuarmos a investir em remendos que vão resolvendo as coisas no imediato.

Era isto. Muito obrigada.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar pela nota que o Sr. Secretário deixou sobre os jovens agricultores nesta Região. Falou que 30% dos jovens que entram na agricultura entram para o sector da carne, mas a verdade é que consideramos que a Secretaria e o Governo Regional não têm avaliado como deve ser as preocupações e o futuro, que deve ser salvaguardado, destes jovens. Senão vejamos:

A estrutura de receitas de um jovem agricultor, em 2008, na Região, corresponderia, sensivelmente, a 55% de receitas provenientes das vendas e o restante dos apoios comunitários.

Neste momento, em 2017, 55% a 60%, em muitos casos das receitas de exploração de carne, provêm de apoios comunitários.

Portanto, esta é uma preocupação que deve existir, porque é o futuro desses jovens que fica em causa perante as negociações que irão existir e o futuro das regras da Política Agrícola Comum.

Talvez aqui se explique que não existe trabalho de extensão rural nesta Região.

Portanto, os técnicos que existem são administradores de fundos comunitários.

Esta é uma nota, são as perguntas que são formuladas pelos jovens...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor lembrou-se disso depois do Governo ficar sem tempo!

O Orador: ... e daí a enorme preocupação perante as indefinições, como recentemente foram públicas, sobre a manutenção da extensificação da produção pecuária...

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Secretário não poderá responder porque já não tem tempo!

O Orador: ... e até sobre a produção integrada, questões que sei que o Sr. Secretário não pode, ou pelo menos ainda não respondeu aos requerimentos que foram apresentados nesta Assembleia, que já vêm do mandato anterior, mas que preocupam porque a estrutura de receitas destes jovens agricultores é esta e assusta.

Depois, gostaria de deixar uma nota, que tem a ver com o que é o plano empresarial destes jovens agricultores, que muitas vezes assenta em produção de carne IGP.

A produção de carne IGP representa 4% dos abates que o senhor referiu há pouco na sua intervenção e representa no todo nacional 30% da carne que é comercializada em Portugal com a definição de qualificada.

Mas depois apresenta notas que também são preocupantes e que achamos que deve existir estratégia para corrigir.

Em relação à cotação é a mais barata que está no mercado nacional dentro das carnes qualificadas e a estrutura de comercialização, 98%, em grandes superfícies.

Portanto, nichos não é claramente o que está a ser trabalhado para a valorização da carne dos Açores.

Gostaria também de deixar claro que na nota que deixámos há pouco, se claramente temos ainda 23% dos animais exportados em vivo, há um diferencial entre o preço que os produtores regionais recebem e o que são as bolsas de bovino nacional na ordem dos 30%.

Portanto, isto são números da Bolsa Nacional do Bovino, quando comparados com os valores.

O Sr. Secretário pode não nos conseguir responder sobre a regulação do mercado regional, porque nós também consideramos que o IAMA tem que ser muito mais do que um administrador de matadouros, tem que ser uma entidade reguladora e tem que ter dados concretos, a cada momento, para qualquer produtor da Região ter noção de como é que os mercados vão evoluindo.

Portanto, continua a ser uma aposta do PSD e espero que o Governo Regional a acolha, mesmo que lhe dê outro nome, que se forme o Centro Tecnológico e Promocional da Carne de Bovino dos Açores. Acho que será um bom contributo em prol da bovinicultura de carne dos Açores.

Tenho dito.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados:

Venho a este debate sobretudo devido à última intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu já não tenho tempo!

O Orador: Pois, eu sei que não, mas eu também não vou dizer nada, nem vou fazer nada que possa provocar...

O Sr. Deputado Paulo Estêvão teve uma intervenção diria um pouco entusiasmada, que pode dar uma ideia errada a quem nos vê e nos ouve.

Dá a ideia de que o Governo Regional não apoia, nem está atento aos problemas dos agricultores corvinos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Se é verdade que existem alguns problemas a resolver e também alguns ajustes a fazer...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ainda há duas semanas elogiei o Presidente do Governo!

O Orador: É verdade. Também é verdade que quer o Grupo Parlamentar do PS, quer o Governo Regional, estão completamente empenhados na defesa dos interesses dos agricultores corvinos, não é só o Sr. Deputado Paulo Estêvão que tem essa preocupação.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional tem respondido à quase totalidade das exigências dos agricultores do Corvo.

Basta ver o ano passado que os agricultores pediram reprodutores de raça e os mesmos foram atribuídos. Basta ver que com o objetivo de aumentar a produção de leite o Governo Regional disponibilizou apoios à compra de vacas leiteiras que acabaram por não ser utilizados, porque os agricultores interessados desistiram da compra das mesmas, mas, no entanto, o apoio existiu, já para não falar de um investimento na agricultura para o Corvo que

consta do Plano para 2017 que totaliza 963 mil euros, quase um milhão de euros.

Por isso, Sr. Deputado, só para não ficar a ideia errada, nem dúvidas, existem, sim, problemas, quer nesta área como noutras, mas quer o Governo Regional, quer o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, partilham das suas preocupações, sempre na defesa dos interesses dos nossos agricultores e de todos os corvinos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): Vai pedir desculpa? Peça desculpa, não custa nada!

Deputado André Bradford (PS): Vai retirar o que disse!

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o Governo reconheceu que não tem nenhum plano estruturado para a fileira da carne nos Açores. Há umas ideias (há umas ideias!).

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é a sua!

Deputado José San-Bento (PS): Pergunte ao seu colega!

Deputado António Almeida (PSD): Calma, calma!

O Orador: O Governo reconheceu também que existem assimetrias entre as ilhas e a minha pergunta, Sr. Secretário, é, o que é que o Governo está disposto a fazer para as corrigir?

O Governo reconhece que no âmbito do POSEI não tem condições de garantir que as ajudas comunitárias tenham a estabilidade necessária em relação aos agricultores.

Deputado Miguel Costa (PS): E pedir desculpa?

O Orador: Aqui queria recordar-lhe o que aconteceu recentemente e no anterior Governo Socialista também. Relativamente à fileira do leite foi atribuída uma ajuda de 45 euros nas ilhas de São Miguel e Terceira onerando o Orçamento Regional.

A pergunta, Sr. Secretário é: atendendo a que vão existir rateios, atendendo a que esses rateios representam uma percentagem significativa na estrutura de receitas das explorações de carne, está ou não o Governo Regional disposto a compensar estes agricultores no montante do valor que foi rateado?

Finalmente, eu não poderia deixar de ouvir aquilo que foi a posição do Partido Socialista ao longo deste debate, nesta Casa. O Sr. Deputado San-Bento interveio, o Sr. Deputado António Toste interveio, o Sr. Deputado Manuel Pereira e o Sr. Deputado Iasalde.

Deputado André Bradford (PS): E ainda não acabou!

O Orador: E acredito que ainda não tenha acabado.

Deputado Paulo Parece (PSD): Só quem não fala é o Sr. Secretário! Já não tem tempo!

O Orador: Realmente, numa peça jornalística de um jornal diário está uma síntese muito bem-feita daquilo que é o comportamento da bancada socialista em relação ao Governo.

Eu vou ler apenas um parágrafo:

“No Parlamento açoriano o PS abstém-se de escrutinar a atividade Governativa, seja qual for o debate. Os Deputados Socialistas optam por defender todo e qualquer resultado alcançado ou não alcançado pelo executivo.”

Deputado Carlos Silva (PS): Quem é que subscreveu isso?

O Orador: “Sem surpresa, a estratégia foi posta em prática ontem, mas correu mal”.

Srs. Deputados, está na hora dos açorianos estarem primeiro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bruno Belo, fiquei agora perplexo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já estamos habituados!

O Orador: Tinha tido oportunidade de destacar a postura do Grupo Parlamentar do PSD, nomeadamente a abordagem que o Sr. Deputado António Almeida fez, não editando algumas críticas construtivas, mas dando uma ideia geral de uma estratégia que está a ser implementada e que tem sucesso.

Vem agora o Sr. Deputado Bruno Belo dizer que o Governo não tem estratégia, tem umas ideias.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não foi eu que disse, foi o Sr. Secretário!

O Orador: Só me ocorre, como célebre anedota, “meus senhores, organizem-se!”.

Deputado António Toste Parreira (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, devo dizer-lhe que fico sempre chocado quando vejo deputados (e a senhora, deixe-me dizer, utilizou um velho argumento na boca de uma nova deputada) dizerem que o Governo não se preparou para o fim das quotas.

Desde logo, Sra. Deputada, deixe-me que lhe diga, e a senhora é de uma ilha...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): E não se preparou!

O Orador: Se me deixar! Sra. Deputada, estou a tentar... Não interrompi ninguém.

O que eu queria dizer, Sra. Deputada (chamar-lhe a atenção) é que a senhora vem de uma ilha onde a questão da agricultura tem um peso muito grande e que esta acusação que a senhora faz não é sobretudo direcionada ao Governo. A senhora o que faz é uma acusação muito injusta aos agricultores dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esse é que é o problema.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Esse é que é um velho argumento!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Um velho argumento na boca de um decrépito deputado!

O Orador: E digo-lhe porquê, Sra. Deputada, porque nós temos que encarar o sector da agricultura como muitos sectores económicos, para não dizer todos, como sectores permanentemente em transformação.

Nós não temos uma postura de que: olhe, acabámos agora a reestruturação, estamos prontos para o fim das quotas.

Não é assim que as coisas funcionam, como é evidente.

Nós não podemos esquecer aquele trabalho impressionante – e eu tenho a certeza que a senhora conhece vários exemplos, tal como eu também conheço –
...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP): E a estratégia? Diga aos agricultores!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas responda!

O Orador: ... ao nível da reestruturação do sector agrícola, ao nível da modernização, da qualificação de recursos humanos, da mecanização, da integração tecnológica.

Portanto, foi feito um esforço imenso com grandes reflexos ao nível da produção, quer ao nível da quantidade da produção, quer ao nível da qualidade da produção.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é que é essencial.

Nós temos um problema. Temos sim senhor um problema...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputado...

O Orador: Sra. Presidente, peço-lhe que desconte o tempo em que estão a interromper-me. Muito obrigado.

Como eu dizia, toda essa reestruturação e modernização teve um grande impacto ao nível da produção.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isso é uma intervenção para queimar tempo!

O Orador: Nós temos uma produção em quantidade e com enorme qualidade.

O problema que nós temos, e temos um problema, é ao nível comercial, sobretudo das grandes cadeias de distribuição e de regulação do comércio. Aí, sim, é uma área onde temos de trabalhar, o país tem muito que trabalhar e a Europa também tem que introduzir algumas medidas que estão também a ser trabalhadas. Isso é que é essencial

Gostava também de dizer ao Sr. Deputado Paulo Mendes que o senhor quando fala na questão dos acordos, eu também dei exemplos. Há acordos que, de facto, acho que não foram muito bem negociados, mas nesse particularmente é um bom acordo. Nós temos grandes oportunidades ao nível das nossas indústrias e temos belíssimos produtos, ao nível, por exemplo, dos lacticínios, nomeadamente do queijo...

Deputado Bruno Belo (PSD): Queijo fatiado!...

O Orador: ... ao nível das conserveiras, ao nível do tabaco.

Há muitos produtos que temos agora capacidade de escoar e sobretudo de escoar em melhores condições, a preços mais altos, dando, portanto, mais riqueza e mais valor aos nossos agricultores e também ao nível dos vinhos, que

eu não tinha falado na primeira intervenção, em que esse acordo também permite uma abertura e grande desoneração das taxas alfandegárias, o que permitirá que o crescimento imenso que o sector vitivinícola tem tido nos Açores possa ter mais um mercado *premium* para podermos exportar.

Também gostava de lhe dizer, Sr. Deputado, da maneira como o senhor fala, eu gostava que isto ficasse absolutamente claro: o PS não tem medo nenhum nem da concorrência, nem da competição.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: O que nós defendemos é uma coisa diferente, nós queremos a competição e a concorrência, mas queremos que existam regras justas e leis para que essa competição e essa concorrência possa ser feita numa base de justiça e numa base de premiar os produtos que têm qualidade.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: E nessa matéria nós não temos qualquer receio. Nós temos excelentes produtores, excelentes indústrias, excelentes produtos.

Portanto, nós estamos aqui para a concorrência e deixe-me que lhe diga, tal como o Presidente Trump também já está a aprender, o protecionismo é uma ilusão e o protecionismo não traz prosperidade, antes pelo contrário, traz é regressão e traz subdesenvolvimento.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: É bom que isso fique absolutamente claro.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Secretários:

Sr. Deputado, queria dizer-lhe que efetivamente, como o senhor disse e bem, as políticas levadas por este Governo, relativamente ao sector leiteiro que estava a mencionar,...

Deputado José San-Bento (PS): Estamos a discutir a carne, mas podemos passar para essa questão!

A Oradora: Mas o senhor levantou a questão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não respondas àquele Sr. Deputado!

A Oradora: ... levaram efetivamente ao aumento da produção, como o senhor disse e muito bem.

Agora a questão que eu lhe deixo aqui é, de que é que serve e de que é que serviu essa política, se agora estão a pedir aos produtores para reduzir a produção?

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Ainda considera-se que foi o caminho correto? É esta a questão que eu deixo aqui.

Muito obrigada.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, eu falei no leite porque a senhora é que levantou o assunto.

O que eu queria dizer-lhe é que aquelas medidas que a senhora aqui refere...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fale daquelas toneladas!

O Orador: Já vou falar.

Eu acho que (Sra. Deputada, como lhe disse, e se quer lhe diga, acho que é um conselho que a senhora devia pensar nisso), quando os partidos dizem que o Governo não se preparou para o fim das quotas, repito, acho que essa é uma acusação injusta que é feita aos agricultores.

Eu acho que nunca pode ser diminuído o facto de termos nos Açores...

O Governo teve mérito, implementou boas políticas, com certeza, mas eu queria aqui centrar o esforço que foi feito pelos agricultores. Nós não podemos diminuir o grande salto qualitativo que demos na nossa produção.

Há agora alguns casos pontuais em que as indústrias estão num processo de ajustamento e a solicitar a alguns produtores que reduzam a produção, é verdade...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Alguns?!

O Orador: ... mas isso é, na minha opinião, uma questão conjuntural, tem a ver com o período de ajustamento.

Como toda a gente sabe o preço do leite está a subir nos mercados internacionais e, portanto, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Porque houve uma redução!

O Orador: ... já é possível, como é dito no jargão económico, termos um *Outlook* positivo, ou seja, uma perspetiva francamente encorajadora e acho que, por tudo aquilo que tem vindo a ser feito (e também felicito a forma como o Sr. Secretário aqui explanou esse trabalho abordando o tema com rigor e com o detalhe que a matéria merecia), dá-nos de facto uma grande esperança.

Nós temos bons produtores, nós temos um Governo que está atento e a trabalhar em várias frentes, nomeadamente na frente europeia e não só.

Portanto, temos aqui condições para enfrentar o futuro com confiança e com um sentido de esperança.

Agora temos é que trabalhar, e volto a citar, para termos regras comerciais justas e leais, e continuaremos a bater-nos por isso.

Muito obrigado.

Deputados Manuel Pereira e António Toste Parreira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo pede a palavra para?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Presidente.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar a Mesa, Sra. Presidente, que farei chegar uma cópia da transcrição das declarações que proferi nos Arrifes, em 22 de novembro de 2013, e que são bem elucidativas quanto à falsidade da afirmação de que o Governo não se preparou para o fim das quotas leiteiras.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Depois então será distribuído.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma intervenção!

Presidente: Está inscrito então.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(Pausa)

Sra. Deputada tem a palavra.

(*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Boa tarde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para referir que a colega Graça Silveira falava de que faltava uma colega falar... (*corte na gravação*).

É um bom trabalho de equipa que acho que deve acontecer numa discussão tão plena, tão complexa e tão furtiva nesta Casa da Autonomia e nesta Assembleia.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado referir também, e acho que é de uma extrema importância, uma questão que acho que não ficou suficientemente explanada. A cara colega Catarina Cabeceiras falou na questão de que a Marca Açores se torna concorrencial.

Nesse sentido, lia aqui um pequeno excerto da estratégia da operacionalização da Marca Açores, que penso que vai ser bastante elucidativo:

“Neste âmbito assume-se como um dos objetivos primordiais da Marca Açores a intensificação de candidaturas de produtos regionais, à certificação de Denominação de Origem Protegida, à Identificação Geográfica Protegida, à especialidade tradicional garantida assim como o incremento do seu consumo.

Por outro lado, também referir que esta Marca Açores pretende instalar condições estruturantes para que as empresas regionais progridam na cadeia de valor, aumentem a sua competitividade, promovam a criação de emprego e de riqueza.”

Deputado Marco Costa (PSD): Os números provam o contrário. O que está escrito não corresponde ao que é dito!

A Oradora: Por aqui acho que se consegue perceber que efetivamente o que Marca Açores pretende é ser uma representação mais vasta, uma representação mais alargada, com mais força e com mais projeção nos restantes mercados.

Portanto, parece-me que não será concorrencial, mas sim uma mais-valia.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

A Oradora: Por outro lado referir que os produtores da Marca IGP têm um valor naturalmente, que é bastante querido pessoalmente, e que por si só fala. O preço inclusive da carne também.

Por outro lado, refiro um outro excerto, e aqui vai ser interessante:

“Destá forma a marca assume duas principais valências enquanto marca de pertença à Região e ao seu património e como selo de origem para os seus produtos e serviços.

A Marca Açores pode ainda ser utilizada isoladamente ou em conjugação...

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): O papel aceita tudo!

A Oradora. ... com outras marcas”.

Portanto, aqui parece-me que é complementar e não concorrencial. Acho que aqui fica bem esclarecida essa questão.

Deputado Marco Costa (PSD): Os números provam o contrário!

A Oradora: Por outro lado, o colega do Bloco de Esquerda falou nos OGM e na questão que se pode colocar: nós, como estratégia de entrarmos nestes mercados ou de conseguirmos ser competitivos, diminuiremos a qualidade.

Eu penso que isso é uma questão que devia repensar, até porque o Governo dos Açores já se expressou muito fortemente em relação à entrada dos OGM. Portanto, acho que essa questão não se coloca.

Também não se coloca porque os nossos produtores, e os açorianos em geral, sabem que a nossa grande mais-valia é a nossa qualidade. Portanto, nunca recuaríamos nesse sentido.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, peço só que com sensatez reconsidere essa questão.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Não estava para intervir neste debate, naturalmente, mas apenas para enfatizar e reafirmar o seguinte:

O Governo não se preparou devidamente para o fim das quotas leiteiras.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: E quando se refere o Governo, Sr. Presidente do Governo, embora o senhor possa ter a pretensão de só o Governo presidido por si é que ser “o Governo”, não é. O Governo presidido pelo outro Presidente também era “o Governo”.

O fim da quota leiteira vem desde 2007, de 6 para 7.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Já nessa altura o CDS chamava a atenção e preocupava-se com isso e quando dizemos que o Governo não se preparou temos alguma razão, Sr. Presidente, e é o nosso dever fazer isso. E tanto temos razão que temos hoje em São Jorge um produto *premium* que é mal e pobremente promovido por uma coisa criada por vós chamada LACTAÇORES, que é o último a ser promovido e vendido,...

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É verdade!

O Orador: ... e temos toneladas de queijo em São Jorge que não se consegue exportar e já vai para cura de dois anos. Já se fala em cura de dois anos, porque os senhores não são capazes de exportar.

E mais. Os senhores não foram capazes nestes anos de acrescentar valor ao leite, de investir nos produtos lácteos, em quantidade e qualidade, Sr. Presidente.

Portanto, os Governos do Partido Socialista, não só naturalmente o seu...

Eu não nego que o senhor não se tenha preocupado,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): No discurso!

O Orador: ... eu não nego que o seu Governo não o tenha feito.

Agora não me venha entregar um papelinho de 2013...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não vá por aí!

O Orador: Não, não. Como não nego que o outro Governo também não se tenha preocupado. Agora não há o novo Governo e o velho Governo. É sempre velho Governo e 20 anos de Partido Socialista, Sr. Presidente do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: A herança é sua.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Isso é o que o senhor queria!

O Orador: O senhor nega a herança dos outros Governos?

Sr. Presidente, está a dar-nos uma novidade fabulosa.

Então há o velho Governo, o novo Governo; o bom Governo e o mau Governo?

Há o Governo que não se preocupava com as quotas leiteiras...

Deputado André Bradford (PS): Isso é o que o senhor diz!

O Orador: ... e o Governo que se preocupa com as quotas leiteiras.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Eu não disse isso!

O Orador: Não, não! Eu não nego!

Eu quando me refiro ao Governo, não é ao Governo de Vasco Cordeiro, é ao Governo dos Açores que está lá há 20 anos.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Governo está lá há 40 anos!

O Orador: Estamos entendidos?

É ao Governo do Partido Socialista que está lá há 20 anos.

Portanto, é o Governo que apanha o fim das quotas leiteiras, é o Governo que apanha o anúncio do fim das quotas leiteiras e é um Governo que teve como camarada Jaime Silva, Ministro da Agricultura.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem lembrado!

O Orador: Muito obrigado

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):
Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PS): O pior Ministro da Agricultura da história de Portugal, Jaime Silva! Isso é mais ou menos consensual!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Uma intervenção muito rápida só para negar e repudiar totalmente essa acusação do Deputado Artur Lima.

É óbvio que o Governo se preparou para o fim das quotas e é óbvio que o sector se preparou para o fim das quotas, mas a questão do *devidamente* é uma questão que nos levava para outro tipo de análise.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que está a responsabilizar os agricultores!

O Orador: Nós estamos a debater o sector da carne nos Açores e os senhores é que começaram.

Mas eu não resisti, Sr. Deputado, a dizer-lhe o seguinte: tanto se preparou...

(Apartes inaudíveis da câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Basta ver: o senhor fala na questão do queijo de São Jorge. O queijo de São Jorge, Sr. Deputado (eu lembro-me do senhor aqui, nesta Assembleia, fazer gravíssimas acusações), nós passámos de cerca de 40% para mais de 90% de certificação DOP do queijo de São Jorge, Sr. Deputado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Para quê?!

O Orador: Para quê?! Para vendê-lo, como é evidente.

Portanto, isso é uma questão que será resolvida e, repito, nós não devemos, nem podemos diminuir a importância do salto qualitativo que foi dado na produção e é esse erro que os senhores estão aqui a fazer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É vender como marca branca! Deviam ter vergonha!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é a sua visão soviética, o Governo agora vai vender queijo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados... Para intervir tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não tivessem criado a LACTAÇORES!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José San-Bento:

Quem criou a LACTAÇORES foi o Governo. O Governo vende queijo, o problema é que vende mal.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor sabe quem é que compõe a LACTAÇORES?

O Orador: Se vendesse bem, nós estávamos bem, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: O problema é que o senhor aumentou, sim senhor, a produção, mas está lá em São Jorge a apodrecer, porque o senhor não consegue vender.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: E mais grave do que isso, os senhores vendem como marca branca nas superfícies comerciais do continente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e disso o senhor devia ter vergonha.

Deputado José San-Bento (PS): Eu não tenho vergonha nenhuma!

O Orador: Isso é que é um insulto aos produtores, isso é que é um insulto a quem se esforça para produzir um produto de qualidade e que diferencia os Açores.

Disso, o senhor, a sua bancada e o Governo deviam envergonhar-se.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP) e Deputado Paulo Estêvão (PPM):
Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Temos é orgulho nessa produção!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Toste Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado André Bradford (PS): A LACTAÇORES é uma associação!

Deputado Paulo Parece (PSD): Ainda bem que o Sr. Secretário não tem tempo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por isso é que a RTP não transmite isto em direto!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PS)

Presidente: Sr. Deputado António Toste Parreira, penso que já estão criadas as condições para iniciar a sua intervenção. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Sim senhora, Sra. Presidente. Obrigado.

Eu vou tentar recentrar o debate naquilo que foi proposto, que é o sector da carne.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

O Orador: Deixemos o sector do leite para outra ocasião.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: O que se propõe é que haja um próximo debate do sector do queijo, do leite, de tudo o que seja possível. Cá estamos nós para debater este ou qualquer outro assunto, sem nenhum problema, Sr. Deputado. Esta é a realidade dos factos.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Agora, aqui, estamos a discutir o sector da carne.

Deputada Mónica Rocha (PS) e Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Vamos a isso.

MERCOSUL, e indo ao encontro das palavras da Sra. Deputada, é uma preocupação aqui do Sr. Deputado João Corvelo, e muito bem, como da Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, e muito bem,...

Deputado Paulo Parece (PSD): Ainda bem que o Sr. Secretário não tem mais tempo!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco Coelho (PS): Isto não pode ser assim!

Deputado Miguel Costa (PS): Deixem o Sr. Deputado falar!

Deputado Mário Tomé (PS): Mas o que é isto?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Assim não é fácil.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não é nada fácil!

Deputado Paulo Parece (PSD): Mas também não o queremos ouvir! Queríamos ouvir era o Governo!

O Orador: Como eu disse, indo ao encontro das palavras da Sra. Deputada,...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sr. Deputado António Toste Parreira, estou solidária consigo, mas só efetivamente quando a câmara o permitir é que o senhor vai conseguir falar.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Orador: Relativamente ao MERCOSUL, como falou ali a Sra. Deputada Graça, é uma preocupação do CDS-PP (muito bem!) e do Sr. Deputado do PCP (também muito bem!), mas é de todos nós, nesta Casa. Não é só desses três partidos. É de todos nós.

Só gostaria de lembrar que houve uma Resolução aprovada por unanimidade nesta Casa, em 8 de junho de 2011, onde se recomendava (eu não vou estar a ler aqui os pontos, porque depois podem consultar isso) ao Governo, à Europa e à Comissão Europeia precisamente esse acordo que poderia vir a acontecer.

Portanto, é uma preocupação de todos nós, não é só do CDS-PP, nem é só do PCP.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Essa é a realidade dos factos.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a senhora falou nos matadouros não darem resposta ao abate. Não é verdade!

Os matadouros dão resposta ao abate. Nunca ficou nenhum animal por abater, que me digam os senhores.

Na Ilha Terceira, daquilo que eu conheço bem, estão a fazer-se 7, 8 e 9 contentores por semana. Nunca ficou nenhum novilho por abater e nunca ficou nenhum contentor por ser exportado e daquilo que eu conheço, em nenhuma outra ilha.

Portanto, não é verdade que os matadouros não deem resposta.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Temos, como já disse, e já aqui muito bem referido, uma excelente rede regional de abate, com as obras de remodelação dos matadouros da Ilha Terceira e da Ilha de São Miguel, bem como as duas novas infraestruturas da Graciosa e do Faial que certamente ficaremos melhor. Esta é que é a realidade dos factos.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à carne certificada que a senhora defende e muito bem, mas todos nós aqui também defendemos, que é a carne IGP (abatemos cerca de 3000 cabeças, 2.800 e qualquer coisa), a senhora fala que ela fica nas prateleiras. Também não é verdade. Não existe carne dessa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não existe carne dessa?

O Orador: A carne é toda absorvida, é toda vendida.

O que acontece, e também faz parte da estratégia, é essa mesma carne promover toda a outra carne.

Portanto, ao nível da carne IGP são abatidos cerca de 3.000 animais, mas na restante carne são mais 40.000 cabeças. Essa é que é a realidade dos factos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quase que tenho pena de si, Sr. Secretário!

Deputado Bruno Belo (PSD): É a diferença entre a ficção e a realidade!

O Orador: Portanto, estamos de acordo consigo, mas uma coisa não tem a ver com a outra. São dois produtos distintos e está nas prateleiras dos mercados à escolha das pessoas que a compram. Essa é que é a realidade dos factos.

Sr. Deputado Bruno Belo, o senhor começou num mundo cor-de-rosa, mas acabou num mundo meio escuro, não foi?

O senhor falou aqui de vários assuntos da parte da manhã...

Presidente: Sr. Deputado, alerta apenas que o seu tempo está a terminar. Agradeço que resuma.

O Orador: Não está sendo fácil. Termina já, Sra. Presidente.

Então eu vou ficar-me pela última e vou pôr aqui duas questões ao Sr. Deputado.

O senhor falou na questão de produzir um quilo de carne em que o custo seja igual em todas as ilhas. O senhor sabe que isso não é possível, nem é possível dentro da mesma ilha e há várias razões. Eu dou-lhe uma razão:

Nessas mesmas ilhas, diga-me o senhor numa ilha mais pequena, e se calhar na sua ilha, quanto é que custa um alqueire de terra ou quanto é que custa o aluguer ou arrendamento dessa mesma terra,...

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: ... e, por exemplo, quanto é que custa na Ilha Terceira ou em São Miguel, quer o custo, quer o aluguer dessa mesma terra?

Deputado Bruno Belo (PSD): Não confunda as coisas!

O Orador: Como é que pode ser o custo do quilo de carne igual em todas as ilhas? Eu penso que isso não é possível.

Só para finalizar, como eu estou com pouco tempo, queria referir que o senhor falou aqui na falta de estratégia do Governo. Não é verdade!

Então se o Governo não tem estratégia como é que chegámos até hoje com esses aumentos todos verificados?

Deputado José San-Bento (PS): Claro que tem!

O Orador: Então na última década, ou seja, em 10 anos... O Sr. Deputado não me quer ouvir!...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Uma década são 10 anos?

O Orador: Na última década, nos últimos 10 anos, temos um aumento substancial na evolução da carne, 77% de 2006 para 2016, no total.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Em cinco anos, na exportação, 34%, Sr. Deputado. Então isso não é estratégia?

Agora eu pergunto ao senhor:...

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor pergunte ao Sr. Secretário!

O Orador: ... qual é a vossa estratégia?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Pegando aqui no vosso Programa do Governo, a vossa estratégia está definida aqui em duas linhas. Em duas linhas está a vossa estratégia! Essa é que é a realidade.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Mas eu pergunto (o senhor tem tempo e eu não tenho), que me diga qual é, porque eu tenho aqui as duas estratégias do PSD.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS também esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado Francisco César (PS): Não estrague tudo!

(*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para agradecer as referências elogiosas do Sr. Deputado José San-Bento...

Deputado José San-Bento (PS): Foram sinceras!

O Orador: ... ao Partido Social Democrata e ao seu Grupo Parlamentar, porquanto as nossas intervenções, ricas e diversificadas, mesmo que apontem soluções para os problemas dos açorianos, não deixam de ser posições do

Partido Social Democrata e do Grupo Parlamentar. Sempre que a esta tribuna subimos é em seu nome que falamos e é em nome dos açorianos que o fazemos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, um agradecimento às suas referências elogiosas.

Deputado José San-Bento (PS): Fica-lhe bem!

O Orador: Voltemos à questão da carne.

Gostaria também de dizer ao Sr. Secretário que já por diversas vezes há aqui a dificuldade de podermos contar com o debate do Sr. Secretário Regional por falta de tempo. Em situações posteriores, se calhar, é preciso gerir melhor as disponibilidades de tempo para que possamos dialogar consigo.

Não quer dizer que o debate não tem sido enriquecedor com a participação de inúmeros Deputados, mas o que está aqui em causa...

O Sr. Deputado José San-Bento e alguns Deputados da bancada do Partido Socialista tiveram o cuidado de realçar os gráficos, o crescimento dos números, o crescimento do abate, a diminuição da exportação de gado vivo e aumento do abate e da utilização da rede de abate.

Deputado José San-Bento (PS): E o rendimento!

O Orador: É preciso cuidado, porque o enfoque não está exclusivamente no crescimento,...

Deputado José San-Bento (PS): Não! Tem que ter rendimento!

O Orador: ... está na viabilização e na rentabilidade das explorações. É isso que está em causa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E quando estamos a falar na fileira da carne, e aqui já foram referidos, existem apoios da União Europeia (nacionais e regionais) pelo facto

de haver uma consciência de que os custos de produção são elevados e nem sempre são compatíveis com a disponibilidade desses recursos desses produtos no mercado de consumo.

Portanto, se existem apoios, naturalmente é porque é um setor que tem problemas na sua estrutura de custos, tem problemas de competitividade.

Gostaria de deixar aqui uma nota também relativamente aos apoios, que é:

Se nós tivemos um conjunto de apoios da União Europeia e passámos a ter um rateio de 18%, se calhar estamos a pôr em causa o lucro das explorações...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem mais!

O Orador: ... que se candidataram com um conjunto de pressupostos e que deixaram de os ter.

Gostaria de vos deixar aqui um exercício meramente teórico, porque este deve servir para que o Governo Regional tome decisões.

Vamos supor que as candidaturas aos apoios na fileira da carne desciam 50%. Teoricamente, se os apoios comunitários do POSEI, e eventualmente do PRORURAL+, se mantiverem no mesmo nível, o efeito, ou os pressupostos desses apoios deixam de existir, porque em termos unitários não têm valor, não têm relevância.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, das duas, uma, ou há negociação com a Comissão Europeia, tal como o Sr. Secretário teve oportunidade de dizer publicamente (penso que há dois meses, há nota disso), de que ia negociar com a Comissão Europeia o aumento das verbas do POSEI e do PRORURAL+ – hoje já não disse isso, já disse que não era possível prever um aumento dessas verbas do POSEI, portanto, é uma situação completamente diferente – e sendo esse o pressuposto de que não há aumento dos fundos comunitários nos próximos anos, das duas uma, ou há, como disse o Sr. Deputado Bruno Belo, uma intervenção de fundos regionais para o efeito, ou há uma alteração da política

das candidaturas, sob pena de, sempre que mais candidaturas aparecerem, menos competitivos ficam os produtores que estão a candidatar-se às ajudas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto, aqui, Sr. Secretário Regional, já não vai haver tempo para cortesia. É preciso tomar decisões.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: E as decisões vão ter que ser tomadas por qualquer uma das três vias. Ou há capacidade negocial com a Comissão Europeia...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte): Está a fazer demagogia agora!

O Orador: ... para rever os pressupostos de um Programa que já tem muitos anos, é construído com base numa situação de mercado completamente diferente, e, portanto, há argumentos para validar junto da Comissão Europeia, de acordo até com o nosso princípio da ultraperiferia (há aqui argumentos fortes para rever com a Comissão Europeia esses apoios), e, não acontecendo, há decisões que têm que ser tomadas a nível regional, sejam de compensar os produtores que se candidatem a essas ajudas, seja de rever o número de candidaturas, sob pena do efeito desses apoios, além da instabilidade do mercado, prejudicarem a rentabilidade das explorações.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria também de deixar só uma nota, que tem a ver com o nosso sistemático recurso à estratégia, que é: não vale a pena falar apenas na rede de abate, na modernização dessa rede de abate, se não houver a montante e a jusante uma política consertada para cada uma das ilhas relativamente ao que

vai acontecer antes ao nível da produção e o que acontece depois ao nível dos mercados.

Portanto, não vamos poder estar sistematicamente a recorrer...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... ao argumento da volatilidade dos mercados para justificar sempre que as políticas corram mal nos Açores.

Deputado António Toste Parreira (PS): Não é o caso!

O Orador: Portanto, nós vamos ter que ter a capacidade (é tal e qual como o leite)...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e a previsibilidade para amortecer os impactos negativos que possam decorrer dessas oscilações do mercado.

Deputados Duarte Freitas e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas também digo-vos mais: se nós ficarmos concentrados, é aí que entram os fundos públicos, designadamente do Governo Regional. Os instrumentos de política financeira e de política económica estão na mão do Governo.

É o Governo que tem que criar as condições para que os operadores no mercado possam conquistar novos mercados. São os instrumentos que o Governo tem para promover estudos isentos e transversais para proporcionar aos operadores a conquista de novos mercados com novos produtos.

Ora, na carne também fica claro, ou deve ficar claro, que há aqui um objetivo último. O objetivo último é transformar a carne o mais possível nos Açores para que toda a mais-valia cá fique.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado explique como é que se faz isso!

O Orador: Naturalmente que é um percurso que temos que fazer...

Deputado Manuel Pereira (PS): Novos mercados!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Mesmo que em algumas ilhas não exista a capacidade da desossagem, da embalagem, haverá algumas com essa capacidade. As outras apenas terão que contar com os apoios para minimizar os aspetos negativos da otimização do percurso final da valorização da carne. É isso que temos que fazer.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas embalar a carne dos Açores, desossá-la, trabalhá-la em termos de marcas, exige também que venhamos a conhecer em que mercados é que queremos estar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Fazer investimentos nos Açores numa perspetiva estrutural e depois não perceber que a ponta final é vender bem no mercado certo com o consumidor certo, se não pensarmos nisso, tudo o que fizermos em termos de infraestruturas vamos perder no final da cadeia.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Parreira, é óbvio que para o consumo das próprias ilhas não há animais que fiquem por abater. O que é levantado aqui é uma questão simples e concreta, que é a de que não há condições de abate, por exemplo, nas Flores e no Corvo, para exportação, devido, neste momento, a duas ou três

condicionantes, duas delas do matadouro, porque a rede de frio que lá existe só tem capacidade para dois contentores de carne...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e outra porque os transportes levam mais do que cinco dias na exportação, desde que os animais são abatidos...

Deputado António Toste Parreira (PS): E nas outras ilhas?

O Orador: ... até à carne ser consumida no continente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado António Toste Parreira (PS): É como nas outras ilhas!

O Orador: ... ao contrário do que acontece em algumas outras ilhas.

Esta situação também se passa e é grave na Ilha do Pico, porque a abegoaria não tem tamanho suficiente e o barco leva mais do que cinco dias desde que os animais são abatidos até que são consumidos no continente português.

Neste momento é só.

Deputado António Toste Parreira (PS): É como nas outras ilhas, Sr. Deputado! Na Terceira também leva 5 dias!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes. Dispõe de cerca de dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Mónica Rocha, penso que confunde deliberadamente aquilo que é o cultivo de milho OGM, aquilo que é a produção de ração OGM, e aquilo que ainda é diferente e distinto que é a alimentação de gado através de rações com milho OGM. São três coisas completamente distintas e que nos Açores já provámos nesta Casa que temos gado alimentado com ração que contém milho OGM. Isso nós provámos nesta Casa já na legislatura passada.

Mas tem toda a razão quando diz, e nós nunca dissemos o contrário, que os nossos produtos só poderão vingar no mercado se se distinguirem pela sua qualidade. E essa qualidade tem a ver com a sua certificação.

Nós acompanhamos toda a promoção que tem sido feita da nossa produção, justamente através do privilégio que nós damos àquilo que produzimos dizendo que é certificado pela natureza, que é produzido da forma mais tradicional possível, da forma mais próxima daquilo que é o modo de produção natural.

Agora, isso não é compatível (e aliás a qualidade da carne e do leite também tem a ver com o bem-estar animal, e eu não estou aqui a acusar todos os agricultores de o fazerem) com situações que vemos no nosso dia a dia.

Estou a lembrar-me, por exemplo, de manter o gado desta forma, porque a qualidade da carne e do leite também tem a ver com o maneio do gado e não podemos ter gado mantido desta forma, como podem ver.

(Neste momento, o Sr. Deputado mostrou uma imagem à câmara)

Aliás, já todos tiveram oportunidade de assistir a cenas lamentáveis dessas, de termos vacas enterradas com lama até ao pescoço.

Deputada Mónica Rocha (PS): E que são fiscalizadas e que recebem muitas!

O Orador: Infelizmente temos situações dessas que não deviam ocorrer.

Além disso, a qualidade da carne tem a ver – como aqui já recordou e já venceu muito bem a Sra. Deputada Graça Silveira em ocasiões anteriores – com o pH. Quando temos carcaças com pH elevado, isso quer dizer que há algum problema e esse problema tem a ver com o bem-estar animal.

Deputado António Toste Parreira (PS): E não só, Sr. Deputado! É muito mais do que isso!

O Orador: E quando temos animais que infelizmente e apesar das distâncias dos Açores não serem muito grandes... Na realidade não é só a distância percorrida...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... desde o produtor até ao matadouro que conta, é também a densidade dos animais que são transportados.

Aqui recordo, e mostro uma cena que lamentavelmente também se repete por esta Região,...

(Neste momento, o Sr. Deputado mostrou uma imagem à câmara)

... que é haver animais (e eu não tenho a certeza se este é um caso de transporte de animais do produtor para o matadouro, mas é um exemplo recorrente, infelizmente)...

Deputado António Toste Parreira (PS): Como é que o senhor sugere o transporte desses animais?

O Orador:... acondicionados num atrelado que está completamente sobrelotado.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já terminou.

O Orador: Além disso, como já sabemos e foi público, é notória a falta de condições e abegoarias nos matadouros e isso também não pode acontecer e até são os próprios produtores que o admitem e acusam.

Lembro-me que foi notícia, penso que há duas semanas ou a semana passada, de que houve um agricultor na Ilha Terceira que acusou o Governo Regional de não manter a abegoaria do matadouro da Ilha Terceira em condições ou de não proceder a obras para aumentar, porque os animais não têm condições...

Deputada Mónica Rocha (PS): Então o investimento não é para isso?!

O Orador: ... e como não têm condições acabam por ser abatidos quando passaram por situações de stress que só contribuem para o aumento do pH nas carcaças...

Deputada Mónica Rocha (PS): Veja os registos novos!

O Orador: ... e para, lamentavelmente, a redução da qualidade daquilo que é produzido.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo.

De momento a Mesa não tem mais inscrições?

(Pausa)

Julgo que não há mais inscrições. Sendo assim, para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo, uma vez que o Governo já não dispõe de tempo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o Governo Regional recusa-se a responder às perguntas que lhe são incómodas.

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é verdade, mas está escrito!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Lamentável!

O Orador: Esta atitude é inaceitável e é característica de quem quer mandar sozinho, sem ter de dar explicações, nem esclarecimentos, reservando para si a informação e as decisões que em democracia têm de pertencer aos cidadãos e aos seus representantes eleitos.

Habitado que está, viciado que está, diríamos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor é que está viciado na leitura!

O Orador: ... à arbitrariedade e ao poder discricionário e autocrático, o Governo Regional esqueceu-se que o poder legislativo nesta Região pertence por inteiro e exclusivo a esta Assembleia.

As competências do Governo estão no campo do regulamentar e são, e têm de ser, instrumentais da vontade desta Assembleia.

Serve esta introdução...

Deputado André Bradford (PS): Ah! Isso é a introdução?

O Orador: ... para dizer que o Sr. Secretário Regional da Agricultura deixou várias das nossas questões sem resposta,...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... como antes já tinha feito o Sr. Secretário Regional do Mar e o Sr. Secretário Regional dos Transportes.

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Agricultura não respondeu à nossa pergunta sobre a necessária reposição do apoio aos custos dos transportes na exportação de gado vivo.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas o senhor apresentou um Projeto de Resolução sobre isso!

O Orador: Não respondeu porque sabe que esta opção está a prejudicar os nossos agricultores.

Recorde-se que quando este apoio foi criado o preço pago aos agricultores aumentou. Portanto, ficam claros os efeitos de o retirar.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura não respondeu à nossa pergunta sobre se está ou não disponível para executar obras para ampliar a capacidade de frio no matadouro das Flores ou a abegoaria no matadouro do Pico.

Podemos concluir que não respondeu porque mais uma vez sabe que as opções do Governo que integra não colocam estas ilhas, nem os seus produtores, como uma prioridade.

A única preocupação do Governo Regional é aqui, como noutros campos, meramente silenciar os descontentes e investir o menos possível.

O Sr. Secretário Regional da Agricultura não respondeu à nossa pergunta sobre se está ou não disponível para encontrar maneiras de os produtores de carne terem garantias de que conseguem colocar os seus produtos no continente num prazo máximo de cinco dias, como tecnicamente é exigível.

E podemos concluir que não respondeu porque também aqui a vontade do Governo é a de deixar tudo como está, sem se preocupar com o efeito desvalorizador que esta circunstância tem sobre a nossa produção.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Um exemplo mais de como a política deste Governo Regional, apesar da preocupação com a aparência, não está realmente dirigida para apoiar os nossos agricultores, nem para promover a coesão entre as diversas ilhas.

Os produtores da Ilha das Flores perderam uma parte significativa dos seus rendimentos quando o apoio dos vitelos machos com mais de oito meses desapareceu.

Se não é possível abater os vitelos na sua ilha, para chegarem ao mercado consumidor em cinco dias, é claro que perdem rendimentos.

Este exemplo, que não é pequeno, demonstra qual é a verdadeira política do Governo Regional para este sector e ela não é definitivamente orientada para apoiar o nosso sector produtivo no seu conjunto, nem para promover a coesão entre as várias parcelas da nossa Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Trouxemos aqui hoje uma interpelação que permitiu desmascarar uma parte importante da política deste Governo Regional.

Deputado André Bradford (PS): Oh!... Ainda por cima é presunçoso!

O Orador: Leiam-se com atenção as intervenções das diferentes bancadas para se tornar claro que os problemas existem e não são poucos.

Pela nossa parte, e como anunciámos, demos hoje entrada de dois Projetos de Resolução respeitantes aos problemas específicos deste sector, porque não nos ficámos por levantar dos problemas. Apontámos as soluções e o rumo necessário para a nossa agricultura.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Continuaremos a lutar pelo nosso sector produtivo e pela nossa agricultura, porque sabemos que deles dependem o futuro dos Açores e progresso das nossas ilhas.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de fazer uma interpelação, tendo em conta as afirmações e o teor de muitas das afirmações feitas pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo, dando a ideia de que o Governo não respondeu às perguntas que lhe foram colocadas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma interpelação para?

O Orador: Na gestão do tempo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma interpelação é sobre a condução dos trabalhos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, calma.

O Orador: ... que nós fizemos, o Governo teve direito a 32 minutos. Na primeira intervenção que o Sr. Secretário fez daquela tribuna gastou 11 minutos e teve os restantes minutos a responder às dezenas de perguntas que foram aqui colocadas por todos os partidos neste Parlamento.

Deputado José San-Bento (PPM): Muito bem!

(Risos do Deputado António Almeida)

O Orador: Era esse o esclarecimento que julgo importante fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa confirma naturalmente o tempo que o Governo dispõe, 32 minutos, e o tempo foi utilizado quer na apresentação da interpelação, com uma intervenção inicial, e o restante foi usado em intervenções de bancada.

Encerrámos assim este nosso ponto da Agenda.

Conforme define o nosso Regimento, entregue um recurso ou uma decisão de admissão, de admissibilidade, ele tem prioridade no agendamento da reunião seguinte. Assim aconteceu. O nosso ponto 15 é o **Recurso para o Plenário do despacho de indeferimento da transformação do requerimento n.º 88/XI em perguntas orais**. O recurso é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Conforme foi definido pela Conferência de Líderes cada Grupo e Representação Parlamentar pode intervir, querendo, uma única vez até cinco

minutos, o mesmo tempo que dispõe também o Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentar o seu recurso.

Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A questão que aborda este recurso é uma questão da maior importância. É uma questão que diz respeito às competências coletivas do Parlamento e às competências de cada um dos Srs. Deputados. Diz respeito à capacidade de fiscalização política, que é absolutamente fundamental num sistema parlamentar e democrático, deste Parlamento.

Como todos sabem, todos nós, os diferentes Parlamentares que aqui se sentam têm o poder de colocar perguntas escritas ao Governo através de requerimento.

A verdade é que também o Regimento prevê que no caso dessas perguntas não serem respondidas no prazo de 60 dias os Deputados têm a competência e o poder de as transformar em perguntas orais. É isso que estabelece o Estatuto, é isso que estabelece o Regimento e é isso que estabelece o Decreto Legislativo Regional n.º 8/1989/A, de 20 de julho.

A questão fundamental, portanto, é esta capacidade de fiscalização.

Entendeu a Sra. Presidente, através de dois despachos, o último dos quais um despacho que inviabiliza esta pretensão estatutária, prevista na lei e prevista no Regimento, por parte da Representação Parlamentar do PPM de transformar as perguntas que não foram respondidas em perguntas orais.

Trata-se de um facto de enorme gravidade e de grande arbitrariedade que não pode ser aceite numa democracia parlamentar.

Aquilo que eu estou aqui a representar, e este recurso é um recurso em defesa das competências de todos os Deputados (de todos os Deputados!) para que o possam fazer...

Meus senhores, a questão é esta: esta norma foi criada para obrigar o Governo a responder às questões que lhe são colocadas. Se não responde no prazo legal, a questão é-lhe colocada diretamente no Parlamento e este é o único mecanismo que existe, o único mecanismo de pressão política efetiva sobre o Governo, porque senão, o que é que acontece?

Se não existir, se for inviabilizada de forma absolutamente ilegal esta capacidade, o Governo não responde e acabou tudo.

Estas questões que colocámos são da maior relevância e têm a ver com a transparência da vida política, com a transparência da administração regional nos Açores.

Meus senhores, o que nós perguntámos foi quanto é que o Governo paga, em termos de rendas e a quem?

Deputado André Bradford (PS): Não foi isso que o senhor perguntou?

O Orador: É uma questão da maior relevância, meus senhores. Está em causa a transparência.

Perguntámos no dia 2 de fevereiro e o Governo no dia 19 ainda não respondeu.

Esta questão é incompreensível. O Governo não tem estes dados.

Meus senhores, o PPM não faz política com base em boatos e em informações que nos chegaram segundo as quais estas rendas são rendas, nalguns casos, exorbitantes e injustificadas.

Meus senhores, eu até tenho os nomes de algumas dessas pessoas que pressupostamente estão a receber essas rendas, mas eu não o posso fazer, porque eu não faço política com base no boate, com base em informações que me chegam sem ser informações que eu possa confrontar o Governo com a exatidão desses dados.

Deputado João Vasco Costa (PS): O que é que está a fazer agora?

O Orador: Meus senhores, só podemos levantar o problema perguntando ao Governo quanto é que paga e a quem paga essas rendas.

Esta questão é uma questão de transparência evidente e eu não vejo como é que possa funcionar um sistema democrático parlamentar se o Governo se recusa a transmitir esta informação.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E termino, Sra. Presidente.

A questão é muito simples: a questão anda à volta da definição da pergunta.

Eu fui aqui ao dicionário da Porto Editora. E o que é que diz o Dicionário da Porto Editora?

Deputado André Bradford (PS): Isto não é o dicionário, Sr. Deputado, é a lei!

O Orador: “Pergunta – palavra ou frase com que se interroga; interrogação; pedido de informação”.

Portanto, a questão é esta, e termino, Sra. Presidente: se a Sra. Presidente, de forma absolutamente arbitrária e protegendo os interesses do Governo Regional, que é suportado pelo partido político ao qual pertence, se arroga de poderes absolutamente arbitrários, a democracia não funciona nos Açores.

Portanto, esta é uma questão de democracia, de fiscalização e de transparência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No final da última legislatura, também a propósito da mesma figura regimental agora em causa, transformação de perguntas escritas ao Governo Regional em

perguntas orais, a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa inaugurou uma interpretação do Regimento no que a esta figura diz respeito.

De acordo com esta interpretação as perguntas escritas que implicassem a disponibilização, por parte do Governo Regional, de listagens, documentos ou cópias de documentos, não poderiam ser transformadas em perguntas orais.

Na altura, em Conferência de Líderes, e em nome do Bloco de Esquerda, eu defendi que reconhecia alguma razoabilidade a esta interpretação.

De facto, não me pareceu curial que um Membro do Governo Regional se levantasse da sua bancada para, de pasta na mão, entregar ao Deputado, e só ao Deputado que no momento o interpelava, um conjunto de documentos trazidos para o plenário.

Obviamente, que esta interpelação e a minha aceitação da mesma, da Sra. Presidente, já na altura levantava, continua e continuará a levantar uma questão absolutamente pertinente, que é, os Grupos e Representações Parlamentares deste Parlamento ficam sem a principal figura de pressão que têm sobre o executivo no sentido de cumprir uma das suas principais missões: fiscalizar a ação governativa.

É verdade, Sras. e Srs. Deputados, ficamos!

No entanto, este terá que ser um dos assuntos a rever, clarificar e complementar, em sede da eminente revisão do Regimento desta Casa que, eventual e presumivelmente, estará concluído em setembro ou em outubro deste ano, em nome da democracia e em nome da transparência da prática governativa.

Mas, até que este desiderato seja alcançado, dizia eu eventualmente em setembro ou outubro próximos, que tipo de regras, ou praxes, ou interpretações, ou acordos, guiarão os critérios para admissibilidade da pretensão de transformar perguntas escritas ao Governo Regional em perguntas orais.

Até prova em contrário, concordando ou discordando dela, e eu, em nome do Bloco de Esquerda, repito, concordei (até prova em contrário), o critério é a interpretação feita pela Presidente desta Assembleia no final da Legislatura anterior.

Sendo assim, atentemos nas perguntas formuladas pela Representação Parlamentar do PPM, relativamente a contratos de arrendamento do Governo Regional.

Primeira pergunta: quantos contratos de arrendamento, em que a Região é inquilina, estão atualmente em vigor?

Sras. e Srs. Deputados, a resposta é: um, quatro, vinte, cem! Não há listagem, não há documentos. Há um número.

Segunda pergunta: qual a sua localização, Ilha Terceira, Ilha de São Miguel, Corvo, Flores, Graciosa, Santa Maria? Não há listagem.

Deputado André Bradford (PS): Não! É um a um!

A Oradora: Terceira: qual o serviço que utiliza...

Deputado André Bradford (PS): Não, não é a ilha!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Posso continuar? Terão ocasião, porque ainda ninguém falou, a não ser a Representação Parlamentar do PPM, de concordar ou de discordar daquilo que estamos a dizer. Permitam-me que conclua.

Outra questão: qual o serviço que utiliza, o edifício ou o terreno? Também me parece que a resposta é simples e óbvia.

Agora outra pergunta: qual o valor pago por cada um dos edifícios, dos terrenos?

Bom, aqui já há uma listagem: o edifício, o terreno e o respetivo valor.

Se for, vamos imaginar, 230 euros e 25 cêntimos, não vai estar o Membro do Governo a dizer e a repetir cêntimos, e euros, e milhares e milhões daquela bancada, pelo que esta pergunta...

Deputado André Bradford (PS): Pagam, pagam! É esse o objetivo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esta questão tem que ser transparente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... já se inclui, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, no critério que a Sra. Presidente impôs, na legislatura anterior, e ao qual o Bloco de Esquerda reconheceu razoabilidade.

Da mesma maneira, quem são os proprietários desses edifícios e terrenos? Pois obviamente que isto tem que ser uma listagem.

Eu pessoalmente não sei se são 20, ou 30 ou 40. Não vamos ouvir um Membro do Governo dizer “o senhor tal”, “a senhora tal”, 20 ou 30 vezes.

E, finalmente, que duração tem cada um desses contratos de arrendamento?

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: O que é que eu quero dizer com isto?

Há três perguntas. Relativamente à pergunta escrita dos contratos de arrendamento, há três perguntas que na opinião, na interpretação do Bloco de Esquerda, poderiam ser respondidas neste plenário, diretamente pelo Membro do Governo, e há três outras que na mesma interpretação e de acordo com o critério (volto a dizer) que eu, em nome do Bloco de Esquerda, aceitei em Conferência de Líderes, não poderão ser ou não poderiam ser.

Mas há uma coisa que pode ser sempre feita nesta câmara: é o Governo Regional explicar, fundamentar, por que é que em 60 dias não pôde responder a estas questões. Isso também é uma justificação.

Sras. e Srs. Deputados, não precisa de listagem, não precisa de cópias de documentos. É apenas uma justificação, que é devida a esta Casa e que pode ser formulada oralmente.

Diga-me lá Sr. Secretário, seja o Secretário que for, por que é que não conseguiu estes elementos, qual foi a dificuldade? E a explicação com razoabilidade também pode ser dada.

Sendo assim, o Bloco de Esquerda, em coerência com a interpretação à qual aderiu feita pela Sra. Presidente, no final da Legislatura anterior, e em coerência com a interpretação que faz das perguntas que o PPM pretendia na sua totalidade transformar em perguntas orais, abstém-se relativamente a este recurso.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Presidente do Governo para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a consciência naturalmente (porque não é isso que está aqui em causa) de que não são as respostas ao requerimento, mas sim o recurso que foi apresentado pelo PPM, o que eu gostaria de qualquer das formas era, em nome do Governo, dizer que na interpretação que o Governo fez deste requerimento, está em causa a resposta a 11 quesitos (11 quesitos!... 11 quesitos!...), a multiplicar por cada um dos arrendamentos que nós temos.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não são muitos!

O Orador: A multiplicar! Eu estou a dar...

Portanto, o Governo está a ultimar a informação para enviar à Assembleia. Fá-lo-á nos termos habituais, sem qualquer questão em relação a transparências ou a menores transparências.

Portanto, como é habitual responde aos requerimentos, e é isso que gostaria, nesta interpelação, fazer chegar à Assembleia.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não o faz no prazo!

O Orador: Não o faz no prazo, é verdade. Não o faz no prazo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não o faz no prazo legal!

O Orador: Não o faz neste requerimento no prazo legal, porque entende que a resposta cabal aos 11 quesitos do requerimento exige uma recolha aturada de informação que está a ser concluída.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem então agora a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em relação à apreciação deste recurso apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, eu, se me permitem, se calhar vou fazer um pouco o inverso do que é habitual e deixar o contexto para o fim e ir de vez à conclusão. A conclusão daquilo que tenho para transmitir à câmara é que o Partido Socialista compreende integralmente os fundamentos da decisão da Sra. Presidente da Assembleia, considera perfeitamente adequada e ajustada a leitura que V. Exa. faz do Estatuto Político-Administrativo, nomeadamente no seu artigo 31.º que sustenta esta sua argumentação e salienta que além do mais se trata de uma decisão coerente e em linha com aquilo que foi estabelecido, digamos, como doutrina, a partir da sua interpretação anterior de casos idênticos a este e de matérias semelhantes a esta.

De facto, julgo que qualquer pessoa que seja um observador desapaixonado desta situação perceberá que não é a mesma coisa colocar questões, perguntas diretas ao Governo, ou solicitar elementos informativos que levem a uma multiplicação de respostas e de detalhes de resposta que depois tenham que ser trabalhadas do ponto de vista de listagens.

Portanto, não é a mesma coisa, não é aqui, não é com as nossas regras, como não é em nenhum outro sítio. Qualquer observador que não tenha interesse direto e político nestas matérias perceberá com certeza que não é a mesma coisa. Aliás, tanto não é a mesma coisa que o próprio legislador faz questão de separar as alíneas destas duas prerrogativas dos Deputados. Se fosse a mesma coisa o legislador diria que era a mesma coisa, mas o que o legislador diz é que o Deputado pode fazer perguntas diretas ao Governo, orais ou em requerimento escrito,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os legisladores somos nós!

O Orador: ... e pode também, sendo que não é a mesma coisa, por isso é que se acrescenta, fazer pedidos de informação de elementos informativos e documentais, que esses então não podem ser convertidos em perguntas orais em plenário.

E mais!... Não é só no caso do Estatuto Político-Administrativo.

O Regimento, por exemplo, da Assembleia da República faz a mesma distinção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E o nosso Regimento? O que é que diz o nosso Regimento?

O Orador: A própria Constituição faz a mesma distinção.

Portanto, esta distinção não foi inventada pela Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Até podia ter sido, reconheço essa capacidade, Sra. Presidente, mas não foi. É uma distinção fundada na lei.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus!

O Orador: Mais!... Depois desta interpretação ter sido fixada, digamos assim, em Conferência de Líderes, houve já partidos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi fixada! É falso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: A Sra. Deputada Zuraida Soares, antes de mim, descreveu o processo em que isso aconteceu.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Houve quem não concordasse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu não estou a dizer que toda a gente concordou. Estou a dizer que foi estabelecida, transmitida em Conferência de Líderes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É falso!

O Orador: A partir do momento em que isso aconteceu, já houve partidos nesta Casa que, perante requerimentos seus, cuja resposta não foi obtida no prazo legal, não os transformaram em perguntas orais em plenário.

E se forem ver quais são esses requerimentos verificarão que são aqueles em que os próprios partidos interpretaram que a resposta seria dada sobre a forma de listagem.

Portanto, isso é algo que faz parte do nosso património procedimental nesta Casa.

Deputado Marco Costa (PPSD): Tudo é património!

O Orador: É assim que tem acontecido e até o próprio Sr. Deputado Paulo Estêvão, no texto do seu requerimento, não diz que faz perguntas ou que apresenta as seguintes perguntas.

O que o senhor diz lá é que pede acesso às seguintes informações. Portanto, o senhor tem consciência de que aquilo que está a fazer não são perguntas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas uma pergunta subentende uma informação!

O Orador: Aquilo que o senhor precisa é de um conjunto de informações.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O senhor não pergunta, por exemplo, se em relação ao imóvel x quem é o proprietário, ou se o senhor z é proprietário do imóvel h. O que o senhor pediu foi uma listagem com 11 quesitos, como disse o Sr. Presidente,

que se multiplica pelos casos em que Região é inquilina e pelos casos em que a Região é senhoria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Faça lá uma pergunta sem pedir informação!

O Orador: Portanto, é todo esse conjunto de informação vezes dois, em duplicado.

Querer fazer crer às pessoas que o se passaria aqui seria uma mera resposta rápida a uma pergunta direta...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou surpreendido que os 5 minutos ainda não passaram!

O Orador: ... não tem cabimento e não tem fundamento naquilo que aconteceu.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Eu vou terminar, Sra. Presidente.

Agora é preciso que fique claro uma outra questão. Passada esta matéria, que é mais de âmbito jurídico, era bom que ficasse clara uma outra questão: não foi violada nenhuma prerrogativa democrática do Sr. Deputado Paulo Estêvão, nem de nenhum Deputado nesta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A pergunta é oral!

O Orador: V. Exa. exerceu o seu direito a questionar o Governo; V. Exa. exerceu o seu direito de recorrer a plenário de uma decisão da Presidente desta Assembleia; V. Exa. utilizou todas as prerrogativas democráticas...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pôde fazer a pergunta oral!

O Orador: ... constantes do Regimento, previstas no Estatuto.

Portanto, não houve nenhum direito democrático que lhe tivesse sido sonegado. Portanto, o conteúdo do seu recurso é, desse ponto de vista, desajustado, exagerado, lamentável em algumas das suas passagens e chega até a ser lesivo do respeito institucional e da sã convivência...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! Não é admissível!

O Orador: ... que deve nortear o nosso relacionamento dentro desta Casa.

Termino com esta reflexão. Eu considero que não se trata aqui essencialmente de uma questão que tenha a ver com a convivência democrática e o respeito pelas regras democráticas. Trata-se mais de uma questão que tem a ver com a convivência do Sr. Deputado Paulo Estêvão com opiniões diferentes da sua, com interpretações diferentes da sua,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... com decisões que não o favorecem.

O Orador: Esse é que é o problema central.

A atestar isso que acabei de dizer há o histórico, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado nos últimos cinco anos pediu por seis vezes a demissão da Sra. Presidente da Assembleia.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Deputado pediu a demissão da Sra. Presidente da Assembleia por não lhe ter sido dada a palavra num debate,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o que é que isso tem a ver com recurso?

O Orador: ... numa ocasião de um debate.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão fez conferências de imprensa em que pediu a demissão da Sra. Presidente por não lhe ter sido admitido um pedido de urgência.

Portanto, nos últimos cinco anos foram seis vezes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não pode?

O Orador: Isso diz muito não da forma como nós nos relacionamos, felizmente, do ponto de vista democrático aqui dentro, mas da forma como o senhor acata as decisões que são tomadas no âmbito da lei e com a legitimidade da democracia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que isto tem a ver com o assunto!

O Orador: Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para realizar uma interpelação à Mesa com duas questões.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Na primeira questão quero saber quanto tempo utilizou o Sr. Deputado do Partido Socialista na sua intervenção? É uma pergunta clara.

Foi interrompido brevemente por V. Exa., mostrando mais uma vez que a Sra. Presidente não tem isenção na forma como conduz estes trabalhos, porque o Sr. Deputado do Partido Socialista desenvolveu a sua argumentação e a sua pergunta ao longo de um período muito superior ao que lhe era permitido.

Deputado André Bradford (PS): Era mesmo isso que eu estava a dizer!

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, o Sr. Deputado André Bradford ultrapassou os cinco minutos...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E muito!

A Oradora: ... assim como a Sra. Deputada Zuraída Soares e assim como o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pergunto quanto tempo?

A Orador: Aos três chamei a atenção. Portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não quero, nem sei o que lhe possa dizer mais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas perguntei quanto tempo? Minutos?

A Oradora: Eu acabei de pedir ao Sr. Secretário da Mesa que me passasse essa informação. O Sr. Secretário da Mesa desligou o cronómetro aos cinco minutos. Assim que o senhor ultrapassou desligou aos cinco minutos, assim como para a Sra. Deputada Zuraida Soares...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor falou 9 minutos!

A Oradora: ... e assim como para o Sr. Deputado André Bradford.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão fez-me uma pergunta e eu estou a responder-lhe. Já pedi ao Sr. Secretário da Mesa o favor, para a próxima, não pare o cronómetro, para quando houver alguma pergunta concreta possamos responder.

Mas Sr. Deputado Paulo Estêvão assim fica difícil, porque acusar-me de falta de isenção quando agi exatamente de forma igual...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi, não senhora!

A Oradora: ... com os três intervenientes, o senhor naturalmente não espera que eu saia do meu lugar e vá tapar à boca a alguém com a minha mão.

Eu peço, repetidamente, que as pessoas terminem a sua intervenção...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que eu disse!

A Oradora: ... e naturalmente espero também que respeitem os meus pedidos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem agora a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Naturalmente que das várias intervenções que me antecederam podemos dizer que concordamos em substância com aquelas que defendem que esta é uma das principais formas de fiscalização política do Governo e que não pode nem deve ser coartada a sua utilização aos Deputados desta Casa por qualquer forma que seja.

Comprendemos a parte relativa ao fornecimento de documentos; não podemos compreender a recusa a transformar em perguntas orais aquelas que foram vertidas no requerimento do PPM e que levam a este recurso.

De facto, o PSD não pode deixar de censurar esta atitude da Sra. Presidente da Assembleia que não agendou para este plenário as perguntas feitas pelo PPM.

Trata-se, na nossa opinião, de uma violação grosseira,...

Deputado André Bradford (PS): Isso vindo de um jurista!

O Orador: ... do nosso Estatuto Político e do Regimento desta Assembleia, ao contrário do que diz o Sr. Deputado André Bradford que acha que devemos olhar para isto com um estilo desapaixonado.

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Deixe-me dizer-lhe que discordo em absoluto.

É a paixão pela democracia e pela transparência que nos devem motivar nesta Assembleia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em bom rigor, o que acontece com esta recusa consubstancia uma forma de impedir a verdadeira fiscalização política, o que, diga-se, é uma prática infelizmente cada vez mais frequente por parte deste regime socialista dos Açores.

O Governo não responde aos Deputados...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... no prazo que acha até que é suficiente para responder aos Deputados, como aliás verificámos a alguns plenários atrás, ou no plenário atrás, a respeito da redução desse prazo.

O Governo entendeu que este prazo dos 60 dias era o suficiente e defendeu-o (defendeu-o!), mas não responde aos Deputados. E não respondendo aos Deputados e os Deputados não podendo usar das figuras regimentais que têm ao seu dispor para exercer a fiscalização política por via da não resposta, ficamos sem resposta. É a transparência da democracia nos Açores que está em causa,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é a verdadeira democracia nos Açores que está em causa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: O que queria também salientar era que a interpelação do Sr. Presidente do Governo revelou-nos também o aspeto como o Governo olha para a sua relação com esta Assembleia.

Diz o Sr. Presidente do Governo, na interpelação que fez à Mesa, que o Governo responderá nos termos habituais.

Nós conhecemos bem os termos habituais com que o Governo responde aos Deputados desta Casa a requerimentos feitos.

Olhe, por exemplo, tínhamos requerimentos de 13 de março de 2013, sobre as SCUT de São Miguel e a Via Vitorino Nemésio, que até ao final da legislatura passada nunca obtiveram resposta.

Onde é que foi parar a fiscalização política? Onde é que foi parar a transparência? E onde é que foi parar a democracia nos Açores quando o Governo deixa de responder a requerimentos até ao fim de uma legislatura e se esses requerimentos não podem ser transformados em perguntas orais?

Abre-se aqui um gravíssimo precedente relativamente àquilo que é a atividade desta Assembleia, a fiscalização política por parte dos Deputados e aquilo que é o verdadeiro exercício democrático de fiscalizar o Governo sobre aquilo que é a sua governação e sobre aquilo que é a sua atitude.

Queria ainda dizer que o Governo emana do Parlamento. É o Parlamento que é o primeiro órgão da Autonomia.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é o Parlamento que deve submeter-se às regras do Governo; é o Governo que se deve submeter às regras do Parlamento.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Se me permitem uma interpelação que me parece útil e pertinente para a discussão que estamos aqui a ter.

Tendo em conta a monitorização que a Secretaria que tutelo faz dos requerimentos apresentados nesta câmara, até ao momento, em cinco meses e meio de legislatura,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é interpelação?

O Orador: ... entraram 192 requerimentos.

Em cinco meses e meio estão respondidos 119 requerimentos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quantos assessores o senhor tem?

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Tenho dois!

(Apartes inaudíveis dos Deputados das bancadas do PS, do PSD e do PPM)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Secretário Regional, fazendo a interpelação à Mesa quando lhe for permitido.

Sr. Secretário Regional...

O Orador: Entraram, como disse, 192 requerimentos; estão em cinco meses e meio respondidos 119 requerimentos, a esmagadora maioria deles, mais de 95%, muito abaixo do prazo estipulado pela lei. Estão pendentes 73 requerimentos que serão naturalmente respondidos.

Deputado Paulo Parece (PSD): E quantos não foram respondidos dentro do prazo legal?

O Orador: Portanto, era esta a informação que queria prestar a toda a câmara, para que não se criem ilusões desagradáveis...

Presidente: Sr. Secretário Regional, terá que concluir.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Concluir, ou interpelar?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é possível tudo!

O Orador: ... sobre o relacionamento entre o Governo e a Assembleia.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isto é possível tudo!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Presidente, eu faço uma interpelação à Mesa...

(Diálogo entre o Secretário Regional da Adjunto da Presidência e o Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.... Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

O Oradora: Sra. Presidente, eu ia fazer uma interpelação à Mesa, mas não o vou fazer. Vou usar do meu tempo.

A informação que o Sr. Secretário Regional dá com certeza é útil a esta Casa, mas não é numa forma de interpelação à Mesa, porque não o fez e a Sra. Presidente deu uma latitude exosférica ao Sr. Secretário Regional, latitude essa que conto usar em interpelações futuras, quando me der jeito, mas agradeço a informação.

Posto isto, devo dizer, que o Sr. Deputado Bradford veio aqui interpretar o espírito do legislador, mas o legislador explicou-se a ele próprio nesta Casa. O legislador, Vasco Cordeiro na altura líder parlamentar do PS, e como autor deste Regimento, explicou-se e explicou muito bem. E explicou porquê?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Gostava de ter essa paternidade, mas não tenho!

O Orador: Tem! Foi um dos autores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ah! Isso é diferente!

O Orador: E explicou porquê? Eu aceito a explicação do Presidente do Governo que põe por terra todo o seu argumento e todos os argumentos aqui aduzidos que são contra isto, porque o que o Sr. Presidente disse foi que apenas não respondeu a isso porque era muita matéria, era muita informação e precisava de mais tempo. Não disse, ao contrário daquilo que o senhor disse, que isto não cumpria os requisitos regimentais regulamentados.

Deputado André Bradford (PS): Não disse, porque não era essa a interpretação do Governo!

O Orador: Se quisesse podia ter dito, mas não disse.

E a forma de fiscalização do Governo é esta, por requerimento.

E se bem se lembra, a ex-Secretária Regional Adjunta da Presidência, Dra. Isabel Rodrigues, dizia, e disse daquela bancada, que o Governo respondia a requerimentos e a perguntas que tivessem dados, que o Governo não dava opinião política sobre as coisas.

Ora, o que se pede aqui é dados. E qual é a dificuldade de dizer qual ou quais os serviços que utilizam o edifício ou terreno? Qual a sua localização no concelho de Angra, no concelho da Horta, no concelho de Ponta Delgada?

Qual é a dificuldade de responder a isto?

Deputado André Bradford (PS): Não há nenhuma dificuldade! São muitos!

O Orador: Pode ser muita informação, agora a pergunta está bem formulada.

Agora o que nós não podemos nunca, Sr. Deputado, enquanto Deputados desta Casa, quer seja da oposição, quer seja da posição, é prescindir da nossa prerrogativa de fiscalizar a atividade governativa.

Deputado André Bradford (PS): Ninguém prescinde de nada!

O Orador: Se nós prescindirmos disto estamos a beneficiar o infrator e isso nós não podemos deixar de fazer.

Portanto, no nosso Regimento, temos o direito de fazer perguntas escritas, perguntas orais e de as transformar em escritas quando não são respondidas.

É muita informação. Dou latitude ao Governo para que possa responder, mais uma semana, mais 15 dias, etc., e vai responder com certeza à informação.

Quanto ao mais, Sr. Deputado, eu não concordei na Conferência de Líderes com a interpretação da Sra. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse que concordou!

O Orador: Não! O senhor disse que foi decidido em Conferência de Líderes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fixado!

O Orador: Foi fixado em Conferência de Líderes.

Eu não concordei com a fixação da Sra. Presidente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o Regimento e o Estatuto!

Deputado André Bradford (PS): É a interpretação!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual interpretação?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas não havia margem de interpretação?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu não concordo com a interpretação da Sra. Presidente. Sempre o disse.

Deputado André Bradford (PS): O senhor votou contra!

O Orador: Manifestei-me sempre contra.

Quem aceitou... A maioria, com certeza, em democracia, é que decide, com certeza. Respeito isso. Agora foi fixado unilateralmente por quem concordou.

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse “em pedra para todo o sempre”!

O Orador: O Regimento e o Estatuto são para cumprir e neste caso o Governo não cumpriu no prazo limite que são 60 dias. Esta é que é a questão. Ponto final parágrafo. Está tudo esclarecido.

Se isto for cada cabeça a sua sentença a interpretar o Regimento nunca mais lá vamos.

A ex-Secretária diz uma coisa, a Presidente interpreta de outra maneira... Portanto, não pode ser assim.

O que diz o Regimento é claro, o que estipula é claríssimo, e apenas temos todos que cumpri-lo e exercer a nossa atividade de fiscalizar o Governo todos os dias.

Isto é matéria que deve ser fiscalizada e sabe porquê, Sr. Deputado? Porque estão em causa dinheiros públicos, a utilização de dinheiros públicos.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso não está em causa!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está, está!

O Orador: Eu quero saber como é que o Governo o utiliza, a quem paga, como paga e quanto paga. Isso todos temos o direito de saber e com certeza que o Governo irá informar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Não me ouviu dizer uma palavra sobre isso!

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Eu, naturalmente, também gostaria de fazer um esclarecimento à câmara, aliás como é habitual.

Dizer que esta questão não é inédita, o Sr. Deputado Paulo Estêvão inclusivamente recorreu de uma situação semelhante o ano passado. Tem esse direito regimental.

Eu penso que também há aqui uma questão de interpretação daquilo que está muito claro no Estatuto e que é distinguir o que são requerimentos a pedir informações e o que são requerimentos que formulam perguntas.

Portanto, eu apenas gostaria de reiterar que trabalho todos os dias para exercer o meu mandato com isenção, rigor, coerência, e acima de tudo responsabilidade.

Deputada Isabel Quinto (PS): Muito bem!

A Oradora: E por isso, Sr. Deputado, com todo o respeito que lhe tenho institucional, quero dizer que o senhor pode fazer os recursos que entender, usar os termos e os adjetivos que entender, pedir a minha demissão as vezes que entender...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um direito que lhe assiste!

A Oradora: ... que eu não me vou desviar um milímetro deste caminho de responsabilidade e daquilo que é o meu propósito deste que tomei posse para este mandato, mas que também foi o meu percurso na legislatura passada.

Portanto, também não cederei a este tipo de pressão.

Naturalmente que em democracia temos que respeitar as regras,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pois temos!

A Oradora: ... temos que respeitar as interpretações que são diferentes.

Eu não estou acima de tudo, não tenho poderes, “sobrepoderes”, nem muito menos divinos, Sr. Deputado...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda bem!

A Oradora: ... mas faço o melhor que sei para respeitar esta Assembleia e respeitar o mandato que me foi conferido pelos meus pares.

Sendo assim, vamos colocar à votação este recurso.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O recurso apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma declaração de voto, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É importante que se perceba que até a votação deste recurso não correu dentro da normalidade regimental.

A verdade é que o Sr. Deputado do Partido Socialista ultrapassou três minutos o tempo regulamentar...

Deputado André Bradford (PS): Lá está o senhor outra vez!

O Orador: ... e teve apenas uma chamada de atenção. Esse tempo excedeu três vezes o tempo utilizado a mais pela Representação Parlamentar do PPM.

Portanto, que seja muito clara a desigualdade com que este debate decorreu.

Deputado Miguel Costa (PS): E isso é uma declaração de voto?

O Orador: Não é a desigualdade! É em absoluto contra as regras do Regimento.

Presidente: Sr. Deputado, está a fazer uma declaração de voto.

O Orador: A segunda questão...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, está a fazer uma declaração de voto.

O Orador: ... tem a ver com seguinte:...

Deputado Miguel Costa (PS): Está a dar um exemplo de isenção!

O Orador: Houve aqui quem referisse o Regimento da Assembleia da República, veja-se bem.

E eu pergunto: por que é que não foi referido o Regimento do Parlamento dos Açores, que é tão claro: “se uma pergunta não receber resposta no prazo legal poderá o seu autor transformá-la em pergunta oral, solicitando ao Presidente a sua inscrição na Agenda da Reunião plenária subsequente ao prazo referido”.

Qual a dúvida?! Qual é a dúvida do ponto de vista do Regimento do Parlamento dos Açores, que é esse que estabelece as regras de funcionamento do nosso Parlamento?

O que diz a lei?

A lei é tão clara: “Não tendo o Governo respondido no prazo estabelecido a um requerimento de um deputado, goza este do direito de o transformar em perguntas ao Governo que não contam para os efeitos do limite do número de perguntas fixadas por cada Deputado”.

A lei é tão clara, é tão automática. Ainda por cima esta lei esteve em debate apenas há dois meses. Se havia alguma coisa para clarificar, por que é que não se clarificou quem agora discorda da lei?

Mas a lei e o Regimento não têm outra interpretação política, não têm outra interpretação possível, quando se decide de forma diferente. Isto é uma questão absolutamente arbitrária.

Meus senhores, votei favoravelmente este recurso por várias razões. Uma das razões é porque fui eu que o fiz...

(Risos da Câmara)

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É uma razão tão meritória como qualquer outra!

O Orador: E há outras razões. A outra razão é que a Sra. Presidente já admitiu, por exemplo, esta pergunta: “qual a evolução dos custos globais com este gabinete entre os anos 2011 e 2016?” – estamos a falar do Gabinete de Apoio à Comunicação Social.

“Quantos colaboradores existem atualmente no referido gabinete, incluindo quadros de função pública, pessoal de nomeação política, funcionários requisitados, contratados, estagiários, trabalhadores oriundos dos diferentes programas ocupacionais?”

A Sra. Presidente, a este requerimento, não houve qualquer tipo de problema de o transformar.

Presidente: Não é verdade!

O Orador: Meus senhores, este Parlamento está transformado, em relação à utilização deste instrumento de transformar as perguntas escritas em perguntas orais, num oráculo,...

Presidente: Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque é impossível antever qual será a decisão da Sra. Presidente. É completamente impossível saber. Depende do interesse político do Governo.

Presidente: Não é verdade!

O Orador: E termino dizendo o seguinte: o interesse político do Governo, perante dados que poderão demonstrar a má administração brutal do Governo dos Açores em relação a esta matéria, é que estes dados não se conheçam e não sejam transmitidos, porque estas rendas são pagas todos os meses. Todos os meses se pagam estas rendas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou não!

O Orador: Todos os meses se pagam estas rendas!

O Governo sabe a quem paga, sabe quanto paga e sabe a quem paga.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E vai dar essa informação!

O Orador: Portanto, estes dados estão na posse do Governo.

Não interessa o Governo responder e a Sra. Presidente mostrou uma total arbitrariedade e total independência política.

Não posso dizer isto, não é bonito dizer isto, mas do ponto de vista democrático eu digo aquilo que acho que é verdade, aquilo que posso fundamentar e aquilo que acho que é de justiça para defender a democracia e a transparência nos Açores, para defender a democracia nos Açores.

(*) **Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu não posso deixar de fazer este esclarecimento à câmara, porque uma coisa é o combate político e as diferenças; outra coisa é diferente e o Sr. Deputado sabe bem, e naturalmente enganou-se, também é natural.

O requerimento que o senhor acabou de dar o exemplo, que é o requerimento 70/XI, deu entrada na Assembleia, para transformação em pergunta oral, no dia 30 de março.

Nesse mesmo dia entrou a resposta do Governo Regional e o despacho que eu dei a esse pedido, a esse requerimento de transformação de pergunta escrita em

pergunta oral, foi de que “considerando que o requerimento em causa já foi respondido, fica sem efeito o presente pedido”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O outro!

A Oradora: Eu só quero deixar claro que, o senhor não concorda com a minha decisão, aliás como outros partidos e estão no seu direito, agora eu fui coerente. Eu nem admiti o requerimento, porque tendo dado entrada a resposta...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Admitiu!

A Oradora: O despacho que lhe mandei o senhor naturalmente por lapso não verificou, mas peço-lhe que veja na GD, foi isso que aconteceu.

Portanto, Sr. Deputado, não é verdade que eu tenha admitido, para pergunta oral, esse requerimento.

Sr. Deputado André Bradford penso que pediu a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou, em nome do respeito pelas regras democráticas, resistir à tentação de transformar esta declaração de voto numa segunda intervenção, num debate que já terminou,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... à semelhança do que fez o Sr. Deputado Paulo Estêvão, ou melhor, ao contrário do que fez o Sr. Deputado Paulo Estêvão (era isso que eu queria dizer).

O Partido Socialista votou contra este recurso por considerar a fundamentação e a sustentação argumentativa jurídica da Sra. Presidente adequada, na linha do que vem sendo a prática neste Parlamento, portanto, cumprindo com aquilo que está estabelecido.

Mas, também votou contra, porque considera que as regras fundamentais da convivência democrática têm sido preservadas neste Parlamento, porque nenhuma prerrogativa, nenhum direito democrático do Sr. Deputado Paulo Estêvão, enquanto Deputado desta Casa, foi posta em causa, porque o Sr. Deputado exerceu dentro dos limites da lei a sua capacidade de fiscalização do Governo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está no âmbito da lei!

O Orador: ... porque o Governo se comprometeu politicamente nesta Casa, há poucos minutos atrás, pela voz do seu Presidente, em responder ao seu requerimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo não tem que se comprometer! É obrigação do Governo! O senhor compromete-se a pagar impostos? É a sua obrigação!

O Orador: Portanto, o senhor não foi lesado no exercício dos seus direitos democráticos, tem todas as suas prerrogativas asseguradas, e, portanto, o que se passou aqui foi mais um dos muitos incidentes que o Sr. Deputado provoca cada vez que é contrariado. Essa é que é a questão fundamental.

V. Exa. não convive bem quando é contrariado e isso nota-se na sua ação política. Infelizmente foi mais uma vez o que aconteceu.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para uma interpelação.

No sentido de lhe solicitar a defesa da honra, uma vez que o Sr. Deputado, em plena declaração de voto e sem que V. Exa. o tivesse alertado, se me dirigiu

diretamente, sem que o tenha feito em anteriores momentos, dizendo que eu convivo mal com a democracia.

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Portanto, nesse sentido, eu considero isso ofensivo da minha honra.

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse isso! Eu não disse que o senhor convive mal com a democracia!

Presidente: Eu vou conceder-lhe a palavra para defesa da honra. Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu não tenho, em relação a esta questão, nada pessoal, seja com que for, nem em relação à Sra. Presidente, nem em relação a V. Exa., que aliás de cuja prosa já demonstrei ser adepto entusiástico.

Devo dizer que nada me move do ponto de vista pessoal, ao contrário do que V. Exa. afirmou, de que eu convivo mal com a democracia...

Deputado André Bradford (PS): Eu não disse isso!

O Orador: ... e quando sou contrariado.

A questão é que eu estou absolutamente, Sr. Deputado, convicto que está a ser violado um direito, não é o meu, é dos Deputados todos desta Casa,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... de transformarem as perguntas escritas não respondidas em 60 dias, que é o dobro do prazo que dá a Assembleia da República e é o dobro do prazo que dá a maior parte dos Parlamntos Espanhóis.

Eu estou absolutamente convencido que os direitos, as prerrogativas dos Deputados desta Casa, não apenas o meu, mas de todos nós, está a ser violado.

A Lei, o Regimento e o Estatuto são taxativos, 60 dias, a pergunta não é respondida, transforma-se em pergunta oral. É só isso, Sr. Deputado. É uma

questão de convicção e de democracia. Mais nada! De convicção e de democracia!

Presidente: Sr. Deputado André Bradford, para prestar esclarecimentos dispõe também de três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho muito a acrescentar àquilo que já disse. Eu apenas gostava talvez de esclarecer que não fiz nenhuma acusação direta...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): “Convive mal com a democracia”!

O Orador: ... ao facto de o senhor conviver bem ou mal com a democracia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fez uma acusação direta: “Convive mal”!

O Orador: Não foi essa a questão. O que eu disse foi que V. Exa. tem demonstrado, na sua atuação neste Parlamento, que convive mal com opiniões contrárias à sua. Foi isso que eu disse e mantenho.

E a prova disso é que V. Exa. nos últimos (como disse há pouco) cinco anos, por seis vezes, já pediu a demissão da Sra. Presidente da Assembleia...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou a tentar!

O Orador: Pois, anda a fazer um esforço, é verdade, mas isso depois também tem a sua leitura política.

... e por matérias tão distintas como, porque resoluções sobre a monarquia não tenham sido aceites,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: ... porque pediu a palavra num debate sobre política nacional e não lhe foi concedida a palavra (veja lá, isto é a fundamentação do facto do senhor pedir a demissão da Sra. Presidente da Assembleia), porque pediu a palavra e não lhe foi dada, porque lhe cortaram a palavra e ainda tinha tempo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não!

O Orador: ... porque numa conferência de imprensa, por absoluta falta de isenção...

Eu tenho um levantamento, um rol grande de circunstâncias que levam a que V. Exa, ciclicamente, peça a demissão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sobre essa questão o senhor deputado está a mentir!

O Orador: Desculpe?!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado André Bradford está no uso na palavra.

O Orador: Desculpe, eu não percebi.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Está a mentir!

O Orador: Em que é que eu estou a mentir? Qual foi a mentira que eu disse?

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

Os apartes não podem ser ofensivos.

O Orador: É que uma acusação desse tipo já nos leva para outro patamar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor está a mentir!

O Orador: Porque?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Em relação às razões que me levaram a pedir a demissão da Sra. Presidente!

O Orador: Se quiser eu dou-lhe as datas todas de quando disse isso.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, não pode interpelar diretamente outro colega da bancada.

Sr. Deputado André Bradford pode continuar.

O Orador: Concluindo, não se trata de uma ofensa à honra do cidadão Paulo Estêvão, trata-se de uma apreciação política, da atuação política do Deputado Paulo Estêvão e isso ninguém me tira. Lá por eu ser membro, neste caso com responsabilidade de direção, de um partido que tem a maioria absoluta dos

deputados nesta Casa, não estou privado de exercer os meus direitos democráticos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas tem o direito de me ofender!

O Orador: E um dos meus direitos democráticos é apreciar politicamente a atuação política de V. Exa., e a minha apreciação é essa que eu fiz e farei sempre.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas essa sua apreciação é baseada em mentiras!

O Orador: Portanto, pode ter a certeza que com isso eu nunca ofenderei a sua honra pessoal, mas posso e devo, apesar de cada vez que nós falamos aqui, o peso da votação dos açorianos, da vontade dos açorianos, ser interpretado politicamente por V. Exas, apesar disso, eu não me privo do direito de apreciar politicamente a atuação de V. Exa..

Fá-lo-ei sempre, porque não é só V. Exa. que é corajoso do ponto de vista democrático. Nós também somos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Luís Maurício tinha pedido a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, era no sentido de solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Eu peço aos líderes parlamentares que me acompanhem à Sala da Mesa para uma breve reunião.

Regressamos a um quarto para as seis.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 33 minutos.

Conforme define o artigo 81.º do nosso Regimento, que confere prioridade à apresentação de iniciativas, deu entrada hoje um requerimento do PCP para apresentação do **Projeto de Resolução n.º 27/XI – “Recomenda ao Governo Regional que apoie as raças bovinas autóctones”**.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo dispõe até 10 minutos para apresentação desta iniciativa, findo o qual há um período de 10 minutos, no global, para pedidos de esclarecimento (portanto, terá que ser dividido por todos os intervenientes), ao que o Sr. Deputado depois terá até 15 minutos para proceder às respostas, se as houver naturalmente.

Tem a palavra então o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apresento hoje aqui publicamente um Projetos de Resolução que anunciei esta manhã, no âmbito da interpelação que agendámos sobre a situação do sector da produção de carne.

Esta proposta visa ultrapassar um dos obstáculos que se coloca aos nossos agricultores, um obstáculo que resulta, infelizmente, da opção não explicada nem fundamentada do próprio Governo Regional.

A recusa deste Governo Regional em apoiar as raças bovinas autóctones portuguesas prejudica os agricultores, limita-lhes as possibilidades, coloca-os numa situação objetiva de desvantagem em relação aos agricultores do

continente que, se optarem por utilizar estas raças, incluindo a raça “Ramo Grande”, são devidamente apoiados.

Os açorianos, ao invés, não têm esta possibilidade e não podem, em iguais circunstâncias, dedicar-se à criação das raças autóctones do seu próprio país. Então os agricultores açorianos não são portugueses?

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Portugal pode orgulhar-se de possuir um rico manancial de raças bovinas, com características próprias e distintivas. Este é um património dos agricultores portugueses, incluindo naturalmente os açorianos, que foi por eles criado com esforço e dedicação ao longo de gerações, que nos cumpre preservar e valorizar. A manutenção destas raças é um imperativo de defesa da biodiversidade animal e dos recursos genéticos nacionais. Não é um capricho.

A sua utilização pelos nossos agricultores não é um privilégio, é um direito. Trata-se de conseguir animais com características específicas pré-determinadas, bem-adaptados aos nossos solos e ao nosso clima.

Não estamos contra que se utilizem raças exóticas, mas achamos que não faz qualquer sentido que as raças nacionais não sejam apoiadas. E, o Senhor Secretário Regional da Agricultura que hoje mais uma vez recusou essa possibilidade, continua sem apresentar um único argumento para justificar essa opção do Governo Regional.

O nosso Projeto de Resolução, que em breve subirá a este Plenário, depois de analisado em Comissão, é a oportunidade de alterarmos essa política, prestando um bom serviço aos nossos agricultores, ao nosso ambiente e aos recursos que pertencem a todos os agricultores portugueses.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

A iniciativa agora, depois de apresentada, seguirá a tramitação processual na Comissão de Economia.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos então às 19H05.

Eram 18 horas e 39 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos trabalhos da nossa Agenda.

Eram 19 horas e 22 minutos.

Encerrámos o nosso dia de ontem com a apresentação do relatório da **Petição n.º 48/X – “Contra a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada”**, apresentada por José Manuel Viegas de Oliveira Neto Azevedo, na qualidade de primeiro subscritor, e estando apresentado o relatório abre-se agora um pedido de inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros tem a palavra.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por, na pessoa do seu primeiro signatário, Senhor Professor José Manuel Neto Azevedo, saudar todos os Peticionários da iniciativa “**Contra a Construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada**”, quer pelo seu significado e importância em termos de participação cívica e livre da vontade das populações na defesa dos seus interesses, quer pelo seu objeto e excelente fundamentação, com os quais o Grupo Parlamentar do PSD concorda e apoia.

Mencionaremos três fundamentos essenciais para a nossa oposição ao projeto de construção do Azores Aquarium:

1.º - Aspetos Urbanísticos

A cidade de Ponta Delgada, ao longo do Século XX e já no presente século, foi objeto de intervenções urbanísticas de grande dimensão que comprometeram e destruíram parte do seu património arquitetónico, da sua imagem, da sua organização como cidade, da sua história e da sua memória, sendo que muitas delas ocorreram na orla costeira.

Essas intervenções foram transversais a regimes políticos, edilidades municipais e governos regionais. Trata-se do passado, mas é fundamental retirar conclusões e, sobretudo, não cometer novos erros e atentados à cidade.

Dar voz e escutar a sociedade nesta matéria é seguramente relevante e, esta petição corresponde a este objetivo.

A construção do projeto que publicamente foi apresentado pelos promotores do Azores Aquarium, quer pela sua localização, quer pela sua dimensão e volumetria, é claramente um atentado urbanístico à cidade de Ponta Delgada.

O empreendimento teria dois mil metros quadrados de implantação, três mil e quinhentos metros quadrados de construção e 16 metros de altura.

Entre outros aspetos, destacamos a sua proximidade ao Forte de São Brás e por consequência, a anulação da visibilidade deste importante monumento regional

na orla costeira a nascente do projetado aquário, bem como a barreira que se constituiria entre a cidade e o mar.

Acresce, ainda, o impacto na operacionalidade do Porto, apesar do parecer favorável já emitido, incompreensivelmente, pela Portos dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

2.º fundamento – Vocação reconhecida como Destino de natureza

De acordo com o Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores e cito *“Os recursos naturais dos Açores são os principais argumentos da captação dos visitantes e a sua principal motivação, sendo que a sustentabilidade do turismo é um fenómeno a prosseguir com firmeza e convicção. No panorama regional e local devem ser incentivados os projetos com uma abordagem continuamente sustentável, integrada, que englobe boas práticas ambientais, económicas e socioculturais.”*

O destino de natureza é assim a marca determinante da oferta turística dos Açores. Acresce que este destino tem o mar como uma das suas mais-valias. Considerar um aquário como tendo enquadramento num destino de natureza será, no mínimo, prestar um mau serviço ao sucesso do turismo dos Açores.

Nem tão pouco será o estudo do impacte ambiental do projeto que será determinante na decisão.

3.º fundamento – Aspetos Económicos e Financeiros

É fundamental que as entidades governativas e o poder local apoiem, facilitem e criem as condições para a promoção do investimento privado. Sem investimento privado não há crescimento económico e não há criação de emprego de que tanto necessitamos.

Mas também é essencial, em determinadas situações, ter a coragem e a determinação de não apoiar investimentos cujos impactos são manifestamente negativos e duvidosos.

O projeto objeto da Petição, só seria concretizado, mediante o seu enquadramento em programa PIR ou através dos Programas de Incentivos em vigor.

Ora sendo um investimento de valor relevante, significa que as verbas que eventualmente viessem a ser alocadas (quer na componente de fundos comunitários quer na componente do orçamento regional), deixariam de estar disponíveis para outros investimentos, cujos objetivos terão enquadramento indiscutível na qualificação e na diversificação da oferta turística em geral.

E nesta matéria, as necessidades da nossa Região são imensas, sobretudo de pequenos investimentos que promovam o aparecimento de novos serviços, quer privados quer públicos, sem os quais, poderá estar comprometido o crescimento sustentável deste sector.

Entendemos que, por princípio, não nos compete pronunciar sobre a viabilidade económica de qualquer projeto de investimento. Qualquer projeto comporta riscos, baseia-se em premissas que podem ou não ocorrer.

Porém, sempre se deverá ter em conta que, pela sua natureza física e função exclusiva como aquário, a concretizar-se este tipo de investimento e, em caso de insucesso económico e financeiro, as consequências do seu abandono representariam um custo adicional para a sociedade.

E esse custo resultaria não só pelo impacto da visibilidade e exposição, no centro da cidade, da estrutura abandonada, (e S. Miguel tem alguns exemplos), mas também pelo custo que teria de ser suportado para o seu imprescindível desmantelamento, que acabaria por onerar o orçamento regional.

Ganha assim relevo a avaliação dos pressupostos da sua viabilidade económica, e, na verdade, da informação conhecida, no mínimo, suscitam-nos fortíssimas dúvidas, por exemplo, relativamente aos valores da procura esperada.

E terminando dizer apenas que este assunto há muito poderia ter sido encerrado, bastando que o Governo Regional, de forma inequívoca, determinada e simples,

tivesse declarado que um “Aquário” em geral e nestas dimensões, não tem enquadramento no que é o conceito de “Destino de Natureza” ou de destino certificado pela natureza que caracteriza as nossas ilhas. E sem enquadramento não deve haver participação no investimento.

Seria esta a mensagem necessária para que os promotores dirigissem a sua iniciativa e os seus capitais para outras alternativas de investimento nos Açores.

Disse. Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente saudar este tipo de iniciativa, os 573 peticionários, nomeadamente na pessoa do Sr. Professor José Manuel Neto Azevedo, no exercício do direito de se posicionarem quanto a questões da nossa sociedade.

Efetivamente o CDS-PP entende e está sensível às preocupações relativas às questões ambientais e turísticas na ótica da imagem de marca que se pretende para a nossa Região.

Também entende, e considerando toda a atividade económica que decorre no local para onde está projetado o aquário, na zona interior do Porto de Ponta Delgada, e desde toda a atividade que lá decorre, desde militar, piscatória, comercial e turística, que é necessário avaliar os constrangimentos que tal investimento poderá causar à operação e gestão normal naquele porto, assim como os pareceres de impacto ambiental e urbanístico e de viabilidade económica, pois sem tais instrumentos essenciais para avaliação de uma eventual construção, são necessários ponderar e analisar para também verificar o que poderá decorrer desta eventual construção.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Silva.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda e enaltece todos os movimentos cívicos que permitam dar voz ao povo, através da discussão, participação e troca de informações sobre os assuntos da atualidade que preocupam os cidadãos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É por isso importante realçar a abertura e disponibilidade de todos os intervenientes, peticionários, promotores, entidades públicas, e aqui se inclui a Câmara Municipal e o Governo Regional, e restante sociedade civil, nas audições que decorreram na Comissão de Economia, sobre a petição em análise. A petição intitulada “**Contra a construção do Azores Aquarium no Porto de Ponta Delgada**” tem como finalidade impedir a construção de um parque temático, considerado de grandes dimensões, no interior do porto de Ponta Delgada, tendo como principal preocupação e exigência que:

- **Qualquer decisão deva ser precedida da apresentação e debate público do respetivo estudo de impacte ambiental.**

Neste sentido, as audições realizadas na Comissão de Economia permitiram, desde logo, **conhecer um pouco mais sobre a ideia e a proposta de projeto**, tendo sido apresentados diferentes argumentos e pontos de vista e **sendo possível apurar, desde já, o seguinte:**

O **Azores Aquarium** é neste momento apenas uma **ideia**, que poderá ser, ou não, transformada em projeto de investimento;

É um projeto de **iniciativa privada** de um conjunto de investidores, que pretende **complementar, qualificar e diversificar a oferta turística**,

combatendo a sazonalidade do turismo, aumentando a retenção dos visitantes e a sua estadia média;

Prevê ainda a **criação direta de 30 postos de trabalho**, maioritariamente qualificados, bem como **mais 25 postos** de trabalho de forma indireta;

Tem uma forte **componente educativa, científica e integradora**, envolvendo a população e Universidade dos Açores, e **ampliando o conhecimento sobre o mar dos Açores** a um conjunto mais vasto de pessoas, de forma mais acessível;

A **construção do aquário** será ainda realizada sobre estacas, para evitar problemas de navegabilidade e a sua **localização proposta** permite beneficiar da proteção do molhe e dos fluxos turísticos, o que, no entender dos promotores, assegura a sua **viabilidade económica**, e cumpre assim um dos principais argumentos elencados na petição.

Além disso, terá uma **dimensão equilibrada**, mais uma vez na ótica dos promotores, pois permite assegurar um nível de qualidade e dignidade, compatível com a legislação e **normas de bem-estar animal**, outra das preocupações elencadas na petição.

Deve obedecer e cumprir rigorosos critérios legais, tais como as normas e a legislação do bem-estar animal; viabilidade económico-financeira; obedecer aos projetos de arquitetura e de engenharia; aos estudos de impacto ambiental; ao licenciamento municipal, entre outros;

Verificamos, assim, que o projeto do aquário está sujeito a **licenciamento camarário**, e isto ficou bem evidente na Comissão de Economia, pelo que poderá ser realizado um **Referendo Local**, para ao efeito, se a Câmara Municipal assim o entender.

Foi ainda possível confirmar, e de forma surpreendentemente, que a **Câmara Municipal de Ponta Delgada**, a maior da Região, **não contribuiu, nem respondeu ao** inquérito relativo ao Plano Estratégico e de Marketing para o

Turismo dos Açores, além de que o seu Presidente também não tinha conhecimento do mesmo;

Por sua vez, a estratégia do Governo Regional dos Açores, para o Turismo, assenta na **defesa, proteção e na preservação do património ambiental e cultural**, aliando **boas práticas ambientais com uma oferta turística diversificada e qualificada**.

Pelo que o **Governo Regional pretende exercer o seu papel fiscalizador** através da **avaliação do estudo de impacto ambiental**, que será precedido de uma **discussão pública...**

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e **partilha de informação**, garantindo assim o cumprimento rigoroso da lei e o **principal objetivo da petição**, conforme foi anunciado pela Sra. Secretária Regional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:
Ao longo das audições, verificamos, portanto, que a maior parte das **dúvidas colocadas pelos peticionários ficaram desde já esclarecidas**, através da apresentação e explicação do projeto, demonstrando assim que se trata de **uma iniciativa privada, da sociedade civil**, e que devemos **evitar fazer juízos de valor e aproveitamento político**, sobre o que é normal e aceite no mercado.

Deputado Luís Maurício (PSD): É isso que o senhor está a fazer!

Deputado Francisco César (PS): Lamentável, fazer política aqui no Parlamento!

O Orador: Constatamos ainda que esta Assembleia **não tem como função efetuar análises da viabilidade económica, nem mesmo estudos de impacto ambiental**; mas sim garantir um controlo rigoroso dos pressupostos subjacentes à realização do investimento e do cumprimento do normativo legal.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é isso que está em causa!

O Orador: Registamos assim com agrado o facto desta petição ter tido a virtude de trazer para a **discussão pública o Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores**, que já está a ser implementado pelo Governo Regional dos Açores, com excelentes resultados para a economia açoriana, o que demonstra a **atratividade do Destino Açores**, na captação de investimento externo, que gere emprego qualificado e valor acrescentado.

Assinalamos ainda o facto de ter ficado claro, na Comissão de Economia, que um projeto desta natureza **deve obedecer a rigorosas normas de bem-estar animal** e que a sua aprovação terá de ser sempre **precedida da apresentação pública do estudo de impacte ambiental e respetivo debate e partilha de informação, pelo que se encontra, desde já, cumprido o principal argumento elencado pelos peticionários.**

Concluindo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores **elogia a participação e a preocupação dos cidadãos pelos temas da atualidade**, mas também vê com agrado o **interesse em investir e criar emprego na Região**, reforçando assim a aposta na oferta turística qualificada, de valor acrescentado para a economia e garantindo sempre a preservação dos nossos recursos naturais.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas qual é a posição do PS, não percebi?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas são a favor ou contra o projeto?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria também saudar os peticionários e as peticionárias que corporizaram uma tomada de posição clara contra a construção de um aquário no porto de Ponta Delgada. Fizeram-no usando a prerrogativa de iniciativa cidadã, legítima, e, diria mesmo, que aplaudível a todos os níveis e sempre, concordemos ou não com o teor e com o conteúdo daquilo que os peticionários nesta ou noutra qualquer iniciativa pretendem, e, a este propósito, continuar com a mesma clareza...

(Diálogo entre os Deputados Duarte Freitas e André Bradford)

A Oradora: Sra. Presidente, eu depois vou pedir uns minutinhos no fim. Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai gastar 10 minutos?

A Oradora: Vou, vou.

... a tomar a posição que o Bloco de Esquerda, desde o princípio, tem tomado com toda a clareza, sem nenhum tipo de tibieza, e, portanto, não a vamos alterar agora.

Portanto, dizer aos peticionários que em vários fóruns, e dentro desta Casa e fora desta Casa, temos estado ao lado deles contra a construção de um aquário no porto de Ponta Delgada.

De uma forma genérica, e considerando que os Açores são uma Região que tem como uma das suas principais riquezas naturais a diversidade biológica do nosso mar, e que essa mesma diversidade constitui ela própria uma das principais atrações das nossas ilhas, e que a partir dela se desenvolveram diversas atividades económicas ligadas à observação de cetáceos e ao mergulho, a opção pela construção de aquários nos Açores, a nosso ver, não constitui uma mais-valia para o turismo na nossa Região.

Um aquário numa Região rodeada de mar e onde é fácil o acesso a uma viagem de barco para a observação de cetáceos ou mergulho, será uma opção um pouco atrativa e desajustada da realidade local.

Para além disso, mesmo seguindo as melhores práticas internacionais com vista ao bem-estar animal, a verdade é que um aquário implica a vida em cativeiro de animais marinhos com consequências para o seu bem-estar.

No caso concreto do Azores Aquarium o Bloco de Esquerda tem dito e repetido e defendido esta posição e acrescenta ainda que a sua localização e dimensão é tudo menos pacífica.

A concessão de um espaço de domínio público marítimo a uma empresa privada para um projeto de muito duvidosa sustentabilidade económica pode transformar-se em mais um elefante branco a ser pago e sustentado por todos os açorianos e açorianas.

Finalmente, do ponto de vista do urbanismo, a sua localização e dimensão irá emparedar o Centro Histórico de Ponta Delgada, substituindo a vista para o mar por uma vista para um edifício de vários andares.

Por esta razões, consideramos que o Azores Aquarium não é um projeto que sirva os Açores, em particular a Ilha de São Miguel, e ainda mais em particular a cidade de Ponta Delgada.

Mas chegada aqui, Sras. e Srs. Deputados, eu queria, Sra. Presidente, ainda acrescentar o seguinte:

Esta petição deu entrada nesta Casa no dia 31 de maio de 2016. Na altura, este projeto de aquário era assim uma espécie de, não elefante branco, mas elefante transparente.

Toda a gente falava dele, mas ninguém sabia exatamente o que era, quem é que o autorizava, que tipo de iniciativa já tinha sido tomada.

Na realidade, há pouco, um Deputado que me antecedeu disse que houve algumas revelações surpreendentes em sede de Comissão aquando de várias

audições e que todas as dúvidas dos peticionários tinham sido respondidas, e eu, permitam-me, Sras. e Srs. Deputados, dizer, não é verdade.

Surpreendente, houve, e já lá vamos. Agora que tenham respondido às dúvidas, não, não é verdade.

Esta petição entrou nesta Casa no dia 31 de maio. No dia 23 de maio desse mesmo ano, ou seja, do ano passado, a Autoridade Marítima, através do Capitão do Porto de Ponta Delgada, o Capitão Cruz Martins, dizia o seguinte, publicamente:

“Desconhecemos essa obra, nunca nos pronunciámos sobre ela porque nunca fomos chamados a tal, e, portanto, não tenho nada a dizer sobre o assunto”.

Reparem bem, Sras. e Srs. Deputados: no dia 23 de maio!

Eis senão quando no dia 1 de agosto surge uma outra notícia, já depois da petição ter entrado no dia 31 de maio, que diz o seguinte:

O senhor Filipe Macedo, vogal do Conselho de Administração, na altura, da Portos dos Açores, e atualmente Diretor Regional do Turismo, foi-lhe remetida uma nota do anterior Capitão do Porto de Ponta Delgada, o senhor Matos Nogueira, em que fez um parecer onde dizia que não tinha nada contra a construção do aquário, um parecer datado de março de 2016.

Sras. e Srs. Deputados, isto já não é gato escondido com o rabo de fora; isto é uma mentira em cima de uma mentira.

Primeiro, não havia nada. Depois o Sr. Capitão Cruz Martins, no dia 23 de maio, não sabe de nada, mas em março desse mesmo ano o anterior Capitão, que parece que à data já nem estava no cargo, emitiu um parecer favorável.

Isto não é um filme de terror, isto é uma absoluta anedota e é tentar enganar os açorianos e açorianas e no caso concreto os micalenses e as micalenses.

Mas há mais, Sras. e Srs. Deputados:

A Portos dos Açores diz que não tem nada contra a construção do aquário, tal como a Capitania, mas a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e

Turismo, no dia 7 de fevereiro deste ano, ouvida em sede de Comissão, disse o seguinte:

Referiu, na sua primeira intervenção, que “o projeto em análise”, que é a construção de um aquário no saco da doca do porto de Ponta Delgada, “era ainda uma intenção de projeto que não estava concluído, que não tinha dado entrada nenhum pedido de análise nas entidades governamentais”, isto em fevereiro.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, a Portos dos Açores não é uma empresa pública?

Deputado Miguel Costa (PS): Ó Sra. Deputada, não tem nada a ver uma coisa com a outra!

A Oradora: É ou não é uma empresa pública?

É possível que uma Secretária Regional ignore que uma empresa pública, que é tutelada pelo Governo a que pertence dê um parecer positivo à construção de um aquário que a mesma Secretária diz em sede de Comissão que não existe, que não há nenhuma intenção e que não sabe de nada.

Para resumir, esta história está toda mal contada desde o princípio e esta é mais uma razão para o Bloco de Esquerda saudar vivamente os petiçãoários e as petiçãoárias, que seguiram aquela célebre sabedoria popular que diz o seguinte: onde há fumo há fogo. E aqui, Sras. e Srs. Deputados, não há dúvida nenhuma: há um incêndio.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo pede a palavra?

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta é uma petição e pelas nossas regras o Governo não pode intervir.

A única figura que me resta é a de um protesto. É de um protesto, Sra. Presidente, pelo conjunto de considerações que foram feitas pela Sra. Deputada Zuraída Soares em nome do Bloco de Esquerda, não havendo sequer a possibilidade do Governo intervir.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas isso são as regras do jogo democrático. É o nosso Regimento!

O Orador: Claro!... Sra. Deputada, as regras do jogo democrático, na sua perspetiva, permitem-lhe fazer isto. Na minha perspetiva não deviam levá-la a fazer isso.

Deputada Zuraída Soares (BE): Fazer o quê?

O Orador: A fazer esse tipo de acusações quando o Governo não tem a possibilidade de esclarecer.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Um Deputado do Partido Socialista que responda pelo Governo. É costume fazerem isso! Ainda há pouco o Sr. Deputado António Parreira respondeu pelo Governo!

O Orador: Portanto, o que eu gostaria de deixar aqui era este protesto...

Presidente: Tem a palavra, Sr. Presidente.

O Orador: ... reafirmando ao mesmo tempo que há grande confusão nas afirmações da Sra. Deputada Zuraída Soares. Dizer que o Governo está, como sempre esteve, pronto e disponível para esclarecer, mas não lhe sendo permitido pelo Regimento desta Casa, pois não é este o momento em que o poderá fazer, mas quer esclarecer este assunto, porque aquilo que a Sra. Deputada Zuraída Soares disse não é verdade.

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Já esclareceu na Comissão!

Deputado Paulo Parece (BE): Pode fazer um requerimento e o Sr. Presidente do Governo responde!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Para um contraprotesto, dispõe de dois minutos, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo Regional, o senhor tem toda a legitimidade de concordar ou não com o uso das figuras regimentais do nosso Parlamento e até de ficar indignado com elas, agora o que não tem o direito é de me acusar de estar a mentir quando eu tenho na minha frente todas as provas para lhe dar, e que vou entregar à Mesa, para que o senhor Presidente leia com os seus olhos, primeiro, a página 34 do relatório da Comissão Permanente de Economia, feito em março de 2017.

Estão aqui as declarações da Sra. Secretária.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): A Sra. Deputada fez um conjunto de interpretações que não estão corretas!

A Oradora: A notícia da Autoridade Marítima...

Sr. Presidente, eu ouvi-o!... Sr. Presidente, eu ouvi-o!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Os apartes são regimentais!

A Oradora: Sr. Presidente, eu ouvi-o. Peço-lhe que faça o favor...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isto não são apartes, é uma lição!

O Orador: Eu não fiz apartes, eu fiz uma intervenção.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): É uma interpretação que não está correta!

A Oradora: Mais!... Notícia do dia 23 de maio (está aqui, é publicada):

“O Capitão do Porto de Ponta Delgada disse à RPT-Açores que ainda não recebeu qualquer pedido de parecer...”, o que eu li.

A seguir, 1 de agosto, como eu disse: “Capitania do Porto viabiliza aquário na baía de Ponta Delgada”. A história que eu contei.

Portanto, Sr. Presidente, se alguma destas coisas não é verdade, então o senhor tem que se zangar com a comunicação social e com o relatório. Não é com a Deputada Zuraída Soares.

Quanto ao esclarecimento, ó Sr. Presidente, ao tempo que o Bloco de Esquerda está à espera (mas ao tempo!...)...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O Bloco de Esquerda não quer é perceber!

A Oradora: ... que o Governo Regional finalmente esclareça se vai ou não vai...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: ... e como é que vai autorizar a construção...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O Bloco de Esquerda não quer é perceber!

A Oradora: ... deste elefante branco.

Muito obrigada.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não é só o Bloco de Esquerda que é sério nesta Região!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, encerrámos este ponto da nossa Agenda e vamos continuar os nossos trabalhos.

Entramos agora na **Petição n.º 2/XI – “Solicitação de tolerância de ponto na terça-feira das Festas de Nossa Senhora do Rosário, na Vila das Lajes”**, apresentada por Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses, na qualidade de primeiro subscritor.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo, relator da Comissão de Política Geral.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO PÚBLICA “PARA UMA TOLERÂNCIA DE PONTO NA TERÇA FEIRA DAS FESTAS DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, NA VILA DAS LAJES”.

Vila das Lajes, 30 de março de 2017

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu, no dia 30 de março, na Casa do Povo da Vila das Lajes, para apreciação e relato sobre a Petição Pública n.º 2/XI - “Tolerância de ponto na terça-feira das festas de Nossa Senhora do Rosário, na Vila das Lajes”.

A Petição, reunindo 605 assinaturas e tendo como 1.º subscritor o Presidente da Assembleia de Freguesia da Vila das Lajes, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 13 de janeiro de 2017.

Em reunião da Comissão de Política Geral, realizada em 21 de fevereiro de 2017, foi aprovada, por unanimidade, a sua admissibilidade.

Na mesma reunião foi deliberado, por unanimidade, ouvir presencialmente o 1.º subscritor da Petição, o membro do Governo competente em razão da matéria, a Câmara Municipal da Praia da Vitoria, a Junta de Freguesia da Vila das Lajes e a Associação Cultural Lajense.

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da

República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento e do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na alínea ii) do artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012 de 20 de novembro, a matéria objeto da iniciativa é da competência da Comissão de Política Geral.

CAPÍTULO II

APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise surge como forma de levar à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a pretensão dos habitantes da Vila das Lajes na ilha Terceira, atendendo à dimensão festiva da Vila das Lajes, no contexto da ilha Terceira, de lhes ser reconhecido publicamente o envolvimento social, cultural e de cidadania naquela comunidade, sendo que no entender dos peticionários esse reconhecimento público consiste na concessão de uma tolerância de ponto na Terça-Feira das Festas de Nossa Senhora do Rosário da Vila das Lajes.

Os peticionários fundamentam a sua pretensão na História das Festas, bem como na sua importância e envolvimento cultural e social, salientando que as festas das Lajes têm uma importância histórica com o bodo de leite abrilhantado

pelo desfile de carros alegóricos há mais de 50 anos. As festas das Lajes são as festas que encerram as festividades na ilha Terceira e neste sentido atraem pessoas de toda a ilha.

Ainda segundo os peticionários, só com a envolvência de toda a comunidade é possível levar por diante tão grande manifestação de cultura e tradição. A prova desta envolvência é o facto dos encargos inerentes à realização das festas serem na sua quase totalidade suportados pela comunidade, recorrendo ao longo do ano a eventos de angariação de fundos para o efeito. Releva-se ainda o facto das comissões de festas serem constituídas de forma altruísta.

Segundo os peticionários, a prova de que as festas das Lajes adquirem uma importância que justifica as suas pretensões, foi o facto de, em junho de 1975, em reunião de Assembleia Municipal da Praia da Vitoria, e após escrutínio popular, conforme cópia das atas anexas a este relatório, ter sido deliberado instituir como feriado anual municipal do Concelho da Praia da Vitoria o dia da terça-feira das festas das Lajes.

Na Casa do Povo da Vila das Lajes, compareceram, para audição pela Comissão de Política Geral, o primeiro subscritor da petição n.º 2/XI – “Tolerância de ponto na terça-feira das festas de Nossa Senhora do Rosário, na Vila das Lajes”, bem como os representantes da Câmara Municipal da Praia da Vitoria, da Junta de Freguesia da Vila das Lajes e da Associação Cultural Lajense

Audição do 1.º subscritor da Petição “Tolerância de ponto na terça-feira das festas de Nossa Senhora do Rosário da Vila das Lajes”

Convidado pelo Presidente da Comissão a apresentar os fundamentos da referida petição, o 1.º subscritor da petição apresentou os seguintes fundamentos:

- a) Fundamentalmente, trata-se de haver um reconhecimento público pelo facto das festas das Lajes terem uma importância histórica muito grande, onde o bodo de leite se destaca pela envolvente cultural e social que acrescenta às festas há mais de 50 anos.
- b) Evidenciou o facto das festas das Lajes serem aquelas que encerram o ciclo das festividades na ilha Terceira e que, por isso, suscitam a participação de muitos terceirenses, inclusivamente de emigrantes que se deslocam propositadamente à Terceira por altura dessas festas.

Feita a exposição, o Deputado José San-Bento interveio para efetuar as seguintes questões ao 1.º peticionário:

- 1- Quais as razões da alteração do feriado anual municipal que anteriormente existia e que agora já não existe?
- 2- Como caracteriza a natureza das festas, concretamente se estas tem uma dimensão de ilha, concelhia ou de freguesia?
- 3- Qual a evolução da envolvente social e cultural nos últimos 5 anos?
- 4- Se há alguma característica cultural ou de outra ordem para que se possa considerar estas festas como singulares?
- 5- Se há algum perigo desse património cultural acabar, ou de alguma forma se perder, se não for concedida a tolerância de ponto?
- 6- Se esta festa está inserida em alguma iniciativa de promoção turística?

O 1.º subscritor da petição respondeu que não há uma razão objetiva para justificar a substituição do feriado anual municipal. Contudo, na sua opinião, o poder que os meios urbanos têm sobre os meios rurais e o facto da Praia da Vitoria ter sido elevada a cidade são as razões para essa alteração. Relativamente à sua dimensão, referiu que sendo uma festa de base

organizacional de freguesia, é claramente uma festa de dimensão de ilha, acrescentando que a sua envolvência social fica comprovada com a criação de uma associação que se destina a organizar as festas e que também reflete juridicamente a importância que a comunidade lhe dá. No que diz respeito às suas características singulares, deu como exemplos que estão presentes nas festas, o Espírito Santo, o Carnaval, as filarmónicas, a raça bovina do Ramo Grande, a rainha das festas, o cortejo etnográfico e os carros alegóricos, o que envolve cerca de 250 participantes. Referiu ainda a influência da Base das Lajes, sentida na medida em que o impacto económico que advém da Base se faz sentir também nas festas.

Finalizou, dizendo que a petição não surge como algo para salvar as festas, porque essa situação para já não se coloca, mas sim com o objetivo de haver um reconhecimento público. Acrescentou que não há uma promoção turística oficial, havendo contudo uma promoção turística informal, pois há muitos emigrantes no continente americano que se deslocam propositadamente para as festas.

O Deputado Domingos Cunha enalteceu a iniciativa e questionou se o facto da Vila das Lajes ter cerca de 4000 habitantes e da petição constarem 605 assinaturas não seria um número de subscritores diminuto face ao todo da Vila.

O 1.º subscritor da petição respondeu que o facto de só terem 605 subscritores se devia a urgência da petição em dar entrada na Assembleia Legislativa Regional para que já em 2017 pudesse ser reconhecido pelo Governo Regional a tolerância de ponto na terça-feira das Lajes.

Audição da Câmara Municipal da Praia da Vitória

A Câmara Municipal da Praia da Vitória fez-se representar nesta audição pela sua Vice-Presidente, Paula Cristina Ramos, que fez uma apreciação genérica da

petição, enaltecendo a iniciativa, sublinhando que a Câmara Municipal subscreve os propósitos desta petição por todas as razões evocadas no seu texto. Salientou ainda o facto de, no âmbito da autonomia administrativa de que gozam os Municípios, a Câmara Municipal da Praia da Vitória já conceder tolerância de ponto a todos os funcionários do Município e empresas municipais na terça-feira das Lajes.

O Deputado José San-Bento questionou a Sra. Vice-Presidente se estas festas teriam uma abrangência de ilha e quais seriam os elementos que a tornavam singular, questionando ainda em relação à sua envolvência social e cultural, bem como se havia algum tipo de promoção turística direcionada para as festas. A Vice-Presidente respondeu que a dimensão das festas tem claramente uma dimensão que atrai pessoas de toda a ilha e ainda da comunidade emigrante. Relativamente à sua singularidade referiu que o bodo de leite é unicamente feito na Vila das Lajes por ocasião destas festas e é abrilhantado pelo cortejo etnográfico que envolve muitos participantes. Referiu ainda que a sua envolvência social está bem patente na forma como toda a comunidade se envolve nestas festas e é por ter consciência dessa envolvência social que a Câmara Municipal concede tolerância de ponto neste dia aos seus funcionários. Finalizou, dizendo que todas as festas do concelho da Praia da Vitória, pelas suas características, são motivo de promoção turística.

O Deputado Alonso Miguel interveio para questionar se o facto de ser concedida tolerância de ponto na terça-feira das Lajes poderia constituir algum precedente em relação a outras festas.

A Vice-Presidente referiu que não haveria qualquer problema de se abrir aqui um precedente porque as outras festividades não tinham dimensão que o justificasse.

A Junta de Freguesia da Vila das Lajes fez-se representar pela Secretária da Junta de Freguesia, Ana Paula Félix, que começou por referir que a Junta de Freguesia da Vila das Lajes se encontra em concordância com a petição entregue, porque reflete os anseios do povo Lajense ao longo dos anos, assim como do Concelho e da ilha. Esta reivindicação exposta na petição não é algo de novo mas sim um retomar do reconhecimento que esta Vila já teve no passado.

Por isso, há 2 anos atrás, a Associação Cultural da Vila das Lajes solicitou junto do Governo Regional dos Açores, que fosse concedida tolerância de ponto na terça-feira das Lajes. Infelizmente este pedido não foi aceite.

Em janeiro de 2016, a Junta de Freguesia, com aprovação da Assembleia de Freguesia, voltou a insistir, fazendo ofícios para o Governo Regional, Assembleia Regional e Assembleia Municipal. Perante a resposta de que “*o pedido formulado estava fora do âmbito das situações previstas para adoção da figura de Tolerância de Ponto dos trabalhadores da Administração Pública*”, a população Lajense não se conformou com a justificação, tendo em Assembleia de Freguesia tomado a decisão de fazer uma petição que envolvesse as Lajes e outras localidades fora dela.

De salientar o valor histórico, cultural, social e financeiro que envolve estas festividades, não só nas Lajes, no Concelho da Praia da Vitória como também na própria ilha, por serem estas que encerram as festas de Verão, de grande adesão na ilha Terceira e pelos terceirenses.

Estas festas possuem um valor histórico por serem as mais antigas da ilha, tendo sido o seu valor reconhecido em 1975 quando a Câmara Municipal da Praia da Vitória adotou o seu feriado Municipal na terça-feira das Lajes. A Vila das Lajes foi pioneira nos diversos cortejos, etnográficos, real e bodo de leite que serviram de base para as festas municipais dos dois concelhos.

Relativamente ao seu valor cultural, as Lajes é um berço de cultura popular no qual as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário são exemplo. A procissão no seu aspeto religioso, as touradas tradicionais e o seu bodo de Leite como uma manifestação cultural onde há o desfile de carros alegóricos, a partilha do pão e do leite e onde há uma interação com o povo numa componente educativa e formativa.

A mais-valia social que essas festas transportam e acrescentam, estão bem evidentes no facto das festas da Lajes promoverem uma união na própria comunidade, que em 2002 representava 5.000 habitantes, mas também na identificação do povo terceirense, com a cultura popular, uma vez que as festas de Nossa Senhora do Rosário foram e são uma referência social na ilha Terceira.

As Festas das Lajes são uma referência e um ponto de encontro na ilha Terceira no mês de outubro. De todos os cantos da ilha, movimentavam-se centenas de pessoas em autocarros e era um dia para ser passado nas Lajes. Este espírito de convergência mantém-se hoje e merece ser reconhecido.

O Deputado José San-Bento questionou a Sra. Secretária se estas festas teriam uma abrangência de ilha e quais seriam os elementos que a tornavam singular. Questionou ainda em relação à sua envolvência social e cultural, bem como se havia algum tipo de promoção turística direcionada para as festas.

A Secretária da Junta de Freguesia respondeu que as festas das Lajes são sem dúvida de dimensão de ilha, referindo também que nos últimos anos a evolução é positiva e que ainda pode ser maior. No que diz respeito à sua singularidade, salientou o bodo de leite com o desfile de carros alegóricos com uma envolvência muito grande das crianças e que estas ficam penalizadas pelo facto de não haver tolerância de ponto, uma vez que as festas decorrem em período escolar. Acrescentou que embora não se corra o risco do desaparecimento das festas, o facto de ser concedida a tolerância de ponto fortalecia, sobretudo na

transmissão dos valores sociais e culturais às gerações mais novas. Acrescentou ainda que estas festas são por si já um cartaz turístico a ilha Terceira.

O Deputado César Toste enalteceu a iniciativa, salientando que esta petição vem de alguma forma materializar os anseios dos Lajenses, que é manifestado na forma como uma vila que tem cerca de 4000 habitantes se mobiliza em torno das festas especialmente no bodo de leite que se realiza na terça-feira.

Audição da Associação Cultural Lajense

A Associação Cultural Lajense fez-se representar pelos senhores Verónica Raulino, Flávio Godinho, José Luciano Nunes e Ana Paula Félix.

A primeira fez uma apreciação genérica da petição, enaltecendo a iniciativa. Referiu que a comissão de festas é constituída por 14 elementos voluntários que trabalham 12 meses para preparar a festa, que finda a série de festividades de verão. No decorrer dos 12 meses são realizadas inúmeras angariações de fundos através da realização de diversos eventos, bem como um peditório realizado em toda a Vila, por duas vezes. Referiu que são ainda pedidos inúmeros patrocínios a empresas a nível ilha. Estes fundos são utilizados na execução do Bodo-de-leite (3 carros alegóricos, aquisição de materiais e licenças), Cortejo de Abertura (3 carros alegóricos, aquisição de materiais e licenças), touradas (5 touradas, 1 bezerrada e licenças) e cartaz musical (8 noite de animação, que implicam algumas estadias, camarins e licenças).

O orçamento para 2017 totaliza 55.000 €, em que 600 € são apoios da Câmara Municipal e 1000 € da Junta de Freguesia. Os restantes 53.400 € provém da angariação anteriormente referida.

A festa da Vila das Lajes mobiliza, para os seus cortejos, cerca de 400 pessoas, pois existe uma marcha oficial das festas da Vila das Lajes composta por 60 pessoas, um séquito real constituído por 20 pessoas, o cortejo etnográfico que

envolve 250 pessoas, um cortejo de abertura que envolve 40 pessoas (para além da marcha e séquito real) e o bodo de leite que totaliza o envolvimento de 300 pessoas (não inclui o cortejo etnográfico). Referiu que todos os envolvidos são convidados a participar nas festividades pela comissão de festas e vão em regime de total voluntariado.

O bodo de leite na terça-feira da Vila das Lajes gozou durante um largo período de tempo do feriado anual municipal e depois passou a tolerância de ponto decretada pelo presidente da Câmara da Praia da Vitória, tolerância esta que se mantêm, em moldes diferentes, tendo todos os funcionários camarários dispensas das suas funções para assistirem ao bodo-de-leite da Vila das Lajes. Referiu ainda que esta valorização se centra na transmissão de cultura que este cortejo representa para toda a ilha. Foi na Vila das Lajes que se geraram os cortejos reais, a criação de carros alegóricos e o bodo-de-leite, tendo sido através da cultura lajense que se geraram os cortejos municipais e das restantes freguesias.

Foi entregue na reunião um documento, que ficará apenso a este relatório, onde constam uma série de fotografias e recortes de jornal que, segundo a Associação, evidenciam o reconhecimento que é dado à Vila das Lajes e em especial ao bodo-de-leite, sendo possível vislumbrar nas fotografias que demonstram o aglomerado das pessoas que se deslocam às Lajes para ver os seus tão afamados bodos-de-leite.

Realçou que desde 1965 se tem mantido a tradição e nos últimos anos têm sido realizados esforços no reforço jurídico das festas. Um exemplo claro disso foi a criação da Associação Cultural da Vila das Lajes, que permite uma maior facilitação no que concerne a burocracia.

Frisou que esta tolerância de ponto é fundamentada no seu grande poder de transmissão cultural, transmissão esta que se está a perder, uma vez que as

festas acontecem em tempo letivo (1.ª semana de outubro) o que impossibilita o cultivo destas tradições nas crianças, que são o futuro.

Salientou que nos últimos dois anos têm sido realizados pedidos no sentido de ser readquirido o reconhecimento que outrora foi concedido através da tolerância de ponto e com o feriado municipal. Apenas solicitam que seja devolvido ao povo lajense o direito de participar numa das maiores demonstrações culturais que sucedem na ilha Terceira.

O Deputado José San-Bento questionou se estas festas teriam uma abrangência de ilha e quais seriam os elementos que a tornavam singular, questionando ainda em relação à sua envolvência social e cultural, bem como se havia algum tipo de promoção turística direcionada para as festas.

A resposta foi a de que há cada vez maior adesão ao bodo de leite e que a tolerância de ponto vem permitir um maior envolvimento, sobretudo das crianças, acrescentando que já estão a preparar o cartaz das festas para apresentação nas comunidades de emigrantes, designadamente América e Canadá.

O Deputado João Vasco Costa, interveio para questionar se o facto de ser concedida a tolerância de ponto na terça-feira das festas das Lajes não poderia abrir um precedente e levar a que outras Freguesias também a pudessem reivindicar.

A resposta foi a de que essa situação deixa de fazer sentido atendendo aos factos históricos, culturais e sociais que tornam as festas das Lajes diferentes de todas as outras.

Audição do Membro do Governo em razão da Matéria

O Governo Regional fez-se representar pelo Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Berto Messias, que foi ouvido no dia 31 de março de 2017, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da ilha Terceira.

O Membro do Governo enalteceu a iniciativa e referiu que o Governo Regional regista com a devida atenção a intenção e a vontade da população Lajense na pretensão da concessão de tolerância de ponto, por ocasião das festas das Lajes. Sublinhou o facto de não existir um regime jurídico que regule essa matéria, a qual depende das competências próprias do Presidente do Governo. Acrescentou que a 7 meses das festas das Lajes o Governo não se vai comprometer com a concessão da tolerância de ponto, mas regista as pretensões dos Lajenses.

O Deputado Alonso Miguel interveio para questionar o Secretário Regional se considera que estas festas reúnem um conjunto de particularidades em relação a outras festas da ilha.

O Secretário Regional respondeu que já teve oportunidade de vivenciar estas festas por várias vezes, considerando, no entanto, que a análise não se deve fazer com base em fatores subjetivos. Reconheceu, contudo, que as festas das Lajes constituem um chamariz para toda a ilha.

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 2/XI- “Tolerância de ponto na terça-feira das festas de Nossa Senhora do Rosário, da Vila das Lajes”, a Comissão de Política Geral aprovou, por

unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1 – A Petição, que propõe a concessão de tolerância de ponto na terça-feira da festa de Nossa Senhora do Rosário, na Vila das Lajes, foi subscrita por 605 cidadãos e tem como primeiro subscritor o Presidente da Assembleia de Freguesia da Vila das Lajes, Clélio Ribeiro Parreira Toste de Meneses. Foi apoiada institucionalmente pela Câmara Municipal da Praia da Vitoria, Junta de Freguesia da Vila das Lajes, bem como por diversas coletividades da Freguesia.
- 2 - Os peticionários fundamentam a sua pretensão na história das Festas, bem como na sua importância e envolvência cultural e social, salientando que as festas das Lajes têm uma importância histórica com o bodo de leite, abrilhantado pelo desfile de carros alegóricos há mais de 50 anos.
- 3 - Segundo os peticionários, só com a envolvência de toda a comunidade é possível levar por diante tão grande manifestação de cultura e tradição. A prova desta envolvência é o facto dos encargos inerentes à realização das festas serem na sua quase totalidade suportado pela comunidade, recorrendo ao longo do ano a eventos de angariação de fundos para o efeito.
- 4 – Segundo os peticionários, a prova de que as festas das Lajes adquirem uma importância que justifica as suas pretensões, foi o facto de, em junho de 1975, em reunião de Assembleia Municipal da Praia da Vitoria, e após escrutínio popular, ter sido deliberado instituir como feriado anual municipal do Concelho da Praia da Vitoria o dia da terça-feira das festas das Lajes.

5- Segundo os peticionários, as festas das Lajes são as festas que encerram as festividades na ilha Terceira e neste sentido atraem pessoas de toda a ilha.

6- Segundo os peticionários, a festa da Vila das Lajes mobiliza para os seus cortejos cerca de 400 pessoas, que incorporam uma marcha oficial das festas da Vila das Lajes composta por 60 pessoas, um séquito real constituído por 20 pessoas, o cortejo etnográfico que envolve 250 pessoas, um cortejo de abertura que envolve 40 pessoas, para além do bodo de leite que totaliza o envolvimento de 300 pessoas.

CAPÍTULO V

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

De modo genérico, os Deputados revelaram-se sensíveis às pretensões dos peticionários, reconhecendo que existem aspetos sociais e culturais que tornam as festas de Nossa Senhora do Rosário da Vila das Lajes genuínas, expressão de uma envolvimento bastante substancial, especialmente na terça-feira, tendo características singulares e valorizadoras da população da Vila das Lajes.

Vila das Lajes, 30 de março de 2017

O Relator, Bruno Belo

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, António Soares Marinho

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford pede a palavra para?

Deputado André Bradford (PS): Uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Para solicitar um intervalo regimental de 10 minutos, se faz favor.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10H00.

Eram 19 horas e 50 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal Lima

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco